

Editorial v. 31, n. 1 (2019)

Iniciamos este ano de 2019 com muitos desafios, assim como celebramos mais uma edição de nossa Revista. Mantemos o compromisso ético de publicar artigos científicos relevantes para o nosso campo de conhecimento, que se caracteriza pelos estudos da subjetividade. Podemos perceber o fortalecimento do campo e da importância da Fractal pelo número de artigos que recebemos anualmente e, também, pela qualidade daqueles que chegam ao processo final de avaliação. Reafirmo, como já disse em outro editorial, a importância dos pareceristas *ad hoc*, que dedicam um pouco de seu tempo, em meio às inúmeras exigências, para emitir pareceres que norteiam nossas publicações. Friso, ainda, a importância da qualidade desses pareceres para que a nossa Revista se mantenha no patamar de credibilidade que alcançamos. São 30 anos de muitos investimentos – financeiros, científicos, subjetivos, afetivos. Muitos avanços foram feitos para agilizar nossa plataforma, a despeito das dificuldades. Hoje temos uma funcionária dedicada e competente que nos ajuda nos trâmites, sempre difíceis e demorados, de nossos artigos. Agradeço, portanto, neste editorial, à chegada de Cláudia Castanheira à nossa equipe. Além disso, hoje contamos com alunos voluntários, que estão nos ajudando na melhoria da qualidade dos artigos postos na plataforma – aproveito para pedir aos autores que estejam atentos às normas da Revista, uma vez que não serão mais aceitos artigos que não observarem as normas de publicação.

Em relação a este número que agora publicamos, gostaria de destacar o fato de que três artigos, dentre os oito aqui apresentados, são da região Nordeste, sendo que um deles, intitulado “Por trás da máscara da loucura: cenários e desafios da assistência à pessoa com esquizofrenia no âmbito da Atenção Básica” – voltado para os desafios da saúde mental neste momento tão crucial de nosso país –, foi produzido fora de uma capital. Destaco, ainda, a diversidade dos temas trazidos, ligados à influência de autores como Foucault, Vigotski, Jung e Freud na produção de conhecimento no Brasil – mostrando como temos articulado este conhecimento e feito nossos escritos acadêmicos em nosso próprio território. Estes artigos são: *A recepção das premissas de Haeckel na obra de Jung*; *Um olhar sobre a “vivência” através do seu autor: conceitos e traduções na obra de Vigotski e Diálogos da Psicologia com Michel Foucault*. Sabemos da importância desta proposta, uma vez que afirmamos a diversidade nos estudos da subjetividade pautada, dentre outros critérios, pela variedade de autores citados e de propostas metodológicas. A diversidade também está presente na proposta de articular o pensamento ocidental com os sonhos (*A tecnologia de gestão coletiva dos sonhos*), com a subjetividade sindical (*A trama de vínculos na história de um representante sindical*) ou com as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família (*Subjetividades de beneficiárias do Programa Bolsa Família em contexto rural*).

Desta forma, podemos apresentar este primeiro volume da Fractal como uma afirmação do conhecimento científico pautado no respeito e na abertura de espaço para a proliferação de artigos científicos que façam com que diversas vozes sejam ouvidas. Como nos mostra o artigo *A movimentação das palavras: devir-construção no feminino da escrita*, precisamos estar aliados àqueles que, em muitos momentos, são negligenciados, para construir um conhecimento que faça sentido para muitos e não apenas para um número reduzido de pessoas. Sigamos em nossa proposta de divulgação da produção científica brasileira, feita por brasileiros e para brasileiros. Que a internacionalização aconteça, valorizando também o conhecimento produzido no hemisfério Sul de nosso planeta.

Ana Claudia Lima Monteiro

Editora de *Fractal: Revista de Psicologia*



“Por trás da máscara da loucura”: cenários e desafios da assistência à pessoa com esquizofrenia no âmbito da Atenção Básica

Ailton Pereira da Silva^{Orcid, I}, ★ Ellany Gurgel Cosme do Nascimento^{Orcid, I}

João Mário Pessoa Júnior,^{Orcid, II} Juce Ally Lopes de Melo^{Orcid I}

^I Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN, Brasil

^{II} Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, RN, Brasil

Resumo

Objetivo: Analisar os cenários e desafios enfrentados pelos profissionais de saúde na assistência às pessoas com esquizofrenia na Atenção Básica. Método: Pesquisa qualitativa, de caráter descritivo-exploratório, realizada junto a médicos e enfermeiros que atuam na Atenção Básica do município de Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte. Utilizaram-se entrevistas semiestruturadas com dez profissionais; as falas foram analisadas em quatro categorias, através da Análise de Conteúdo. Resultado: constatou-se que a assistência prestada à pessoa com esquizofrenia não consegue identificar e atender às suas reais necessidades e que as propostas das políticas públicas de saúde mental se distanciam da realidade, pois as ações na atenção básica se limitam à orientação da medicação e ao encaminhamento para o serviço de referência, o que contraria o princípio da integralidade da assistência, sendo necessárias aos profissionais da atenção básica maior autonomia e participação nesse processo. Para tanto, se faz imprescindível o uso de um trabalho integrado entre os profissionais, a adoção de um modelo de contrarreferência e a diversificação dos instrumentos de intervenção em saúde.

Palavras-chave: assistência; sofrimento mental; esquizofrenia; atenção básica.

“Behind the Mask of Madness”: scenarios and challenges of assistance to individuals with schizophrenia in primary care

Abstract

Objective: To analyze the scenarios and challenges faced by health professionals in the care of people with schizophrenia in Primary Care. Method: Qualitative research, descriptive and exploratory, performed with physicians and nurses who work in Primary Care in the city of Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte. We used semi-structured interviews with ten professionals, the lines were analyzed in four categories, through Content Analysis. Result: was found that the assistance provided to the person with schizophrenia can not identify and meet their real needs and that the proposals of the public policies of mental health are distanced from the reality, since the actions in the basic attention are limited to the orientation of the medication and the referral service, which is contrary to the principle of integral care, and it is necessary for the primary care professionals to have greater autonomy and participation in this process. Therefore, it is essential to use integrated work among professionals, the adoption of a counter-reference model and the diversification of health intervention instruments.

Keywords: assistance; mental suffering; schizophrenia; basic attention.

Introdução

Desde os primórdios, a sociedade humana difunde padrões e conceitos que, na maioria das vezes, devem ser adotados por seus membros como requisitos de inclusão dos indivíduos no sistema que coordena. Na medida em que o indivíduo não se adéqua aos padrões ou expectativas impostos pelo meio social, seja de comportamento, pensamentos, atitudes ou outros, desencadeia-se o processo de exclusão, reforçando-se preconceitos existentes e diferenças expressas na singularidade de cada um (SILVEIRA, L.; BRAGA, 2005). Dentre os grupos historicamente excluídos desse sistema, têm-se as pessoas com transtornos mentais e comportamentais que, por vezes, foram negligenciadas pelas políticas públicas de saúde, mediante abordagens e práticas marcadas pelo isolamento social.

Sabe-se que, no campo da atenção às pessoas com transtornos mentais, a rotulação de louco e a exclusão ao longo dos anos trouxeram repercussões negativas a este grupo considerado incapaz de desenvolver hábitos e atitudes sociáveis. (CANABRAVA et al., 2010). Na contramão dessa lógica, a Reforma Psiquiátrica (RP) – movimento internacional de lutas por mudanças na assistência psiquiátrica, a exemplo de países como Itália, França e Inglaterra, buscou romper com o modelo manicomial e asilar que segregava as pessoas com transtornos mentais do convívio familiar. Fortalece-se a ideia de tratamento humanitário e sem confinamento, que estimula sobremaneira a reinserção social do indivíduo na comunidade.

Inspirado nos ideais da RP, o Brasil (2001), a partir da Lei Federal 10.216/01 e Política Nacional de Saúde Mental, avança na perspectiva da adoção do modelo atenção psicossocial, com bases comunitárias, instituindo novos serviços e estratégias em saúde mental para acompanhamento das pessoas com transtornos mentais e suas famílias (BRASIL, 2015). Criam-se, entre outros, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), o Serviço Residencial Terapêutico

*Endereço para correspondência: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Faculdade de Ciências da Saúde. Rua Atirador Miguel Antônio da Silva Neto, s/n. Aeroporto - Mossoró, RN - Brasil. CEP: 59607360. E-mails: ailtonpereira@yahoo.com.br, ellanygurgel@hotmail.com, joamariopessoa@gmail.com, juceally@hotmail.com



(SRT), Ambulatórios de Saúde Mental, além de estratégias como Geração de Renda Economia Solidária, Leitos de Saúde Mental em hospitais gerais e saúde mental na Atenção Básica, que, em conjunto, atuam de maneira articulada compondo a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Entre os desafios, destaca-se o fortalecimento da saúde mental na Atenção Básica (AB), estruturada a partir da Estratégia Saúde da Família, (ESF) que carece de maiores investimentos financeiros e sofre com a falta de recursos humanos qualificados para se ampliarem as ações e os atendimentos às demandas nesse campo. Em municípios que ainda não dispõem de uma RAPS ou mesmo de serviços especializados instalados, como o CAPS, a ESF concentra importante papel na assistência psiquiátrica (PESSOA JÚNIOR et al., 2016).

No contexto dos transtornos mentais complexos, de múltiplas causas e, na maioria das vezes, diagnosticada em fase mais avançada, a esquizofrenia constitui um problema de saúde pública a ser enfrentado, especialmente no âmbito dos serviços que compõem a AB. Dadas as barreiras de convívio social, dificuldades das famílias em lidar com os sintomas na fase aguda da doença e a falta de acolhimento ou atendimento qualificado, entende-se a necessidade de se implementar ações e estratégias de cuidado em saúde mental pelas equipes da ESF voltadas às pessoas com esquizofrenia.

Preconiza-se o acompanhamento integral, englobando os diversos serviços e dispositivos que compõem a RAPS, articulando a ESF e o próprio no cuidado integral e longitudinal não apenas à pessoa com transtorno mental como também à família (PALMEIRA; GERALDES; BEZERRA, 2009). Reconhece-se, portanto, o papel social da AB na RAPS na promoção da saúde mental e no desenvolvimento de ações articuladas a partir da interdisciplinaridade e da intersetorialidade.

Visto o papel relevante da ESF no processo de inclusão social e na promoção do bem-estar da população em geral, almeja-se que “as ações de saúde mental na atenção básica devem obedecer ao modelo de redes de cuidado, de base territorial e atuação transversal com outras políticas específicas, e que busquem o estabelecimento de vínculos e acolhimento” (BRASIL, 2004, p. 03). Cabe aos profissionais da atenção básica propiciar cuidados em saúde mental voltados às pessoas com esquizofrenia, mesmo que estas estejam sob os cuidados de outros profissionais (FERREIRA, G., 2006).

Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar os cenários e desafios enfrentados pelos profissionais de saúde na assistência às pessoas com esquizofrenia na Atenção Básica.

Método

Pesquisa de natureza exploratória e descritiva, abordagem qualitativa realizada no município de Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, junto aos profissionais de saúde (médicos e enfermeiros) que atuam na Estratégia Saúde da Família (ESF). A escolha dos participantes se

deu por serem profissionais com contato direto com a população, além de disporem de formação específica para realizar abordagens aos usuários em questão.

Entre as oito Unidades Básicas de Saúde houve a participação de dez profissionais, sendo cinco enfermeiros e cinco médicos. Os critérios de inclusão estabelecidos foram: ser profissional enfermeiro ou médico atuante na ESF devidamente cadastrado na Secretaria Municipal; trabalhar na ESF há pelo menos seis meses. E os critérios de exclusão: estar de férias ou de licença do serviço em que atua no momento da coleta de dados.

O roteiro norteador da entrevista foi composto por questões que contemplavam as concepções sobre a esquizofrenia e seus efeitos, as políticas públicas de saúde mental e o papel da ESF na promoção da saúde mental. Durante o processo de elaboração do roteiro, foi considerada a relação entre teoria e prática, com a finalidade de tornar o entendimento das questões viável.

A realização das entrevistas aconteceu nos locais de trabalho dos profissionais, nas respectivas UBS, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os dados foram coletados e armazenados por meio da gravação com minigravador digital, posteriormente transcritos.

As fases de análise do conteúdo incluíram inicialmente a transcrição das respostas encontradas, a organização do material coletado e realização da leitura, para obter uma categorização dos dados obtidos, para atingir uma representação do conteúdo ou de sua expressão. Após ser concluída a fase da coleta de dados, foram realizadas a análise e a categorização das respostas obtidas nas entrevistas, de modo a avaliar a presença de semelhanças e diferenças nos diferentes discursos registrados (MINAYO, 2002).

A partir da interpretação das falas, foram geradas quatro categorias temáticas de discussão: I) Conceituações dos profissionais acerca da Esquizofrenia; II) Assistência à pessoa com esquizofrenia na Atenção Básica – da ideal à real; III) Entraves para assistência em saúde à pessoa com esquizofrenia; IV) Possibilidades para melhoria do trabalho em saúde mental.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), em 15 de Julho de 2011, nº CAAE (SIS-NEP) 0003.0.428.428-11, protocolo (CEP) Nº 007/11.

Resultados e discussões

Conceituações dos profissionais acerca da Esquizofrenia

Representa as conceituações sobre esquizofrenia e os seus efeitos na vida social da pessoa com transtorno mental. O primeiro conceito que emergiu nas falas foi o de “doença incapacitante”, com sequelas não apenas psíquicas, mas também no convívio social. Os depoimentos abaixo expõem o receio que os profissionais da atenção básica têm em lidar com usuários com esquizofrenia, sobretudo evidencia atitude de preconceito e medo adotada pela maioria da população:

É um mal que, infelizmente, limita, sequela o cidadão na sociedade e o deixa inválido. [...] é um problema

também que além de sequestrar a pessoa, também a torna vítima de preconceito da sociedade (profissional de saúde E).

[...] Eu tenho medo de esquizofrênico! [...] Já tive a oportunidade de trabalhar, de fazer visitas a pacientes esquizofrênicos e eu tinha muito medo, sempre ficava na retaguarda porque eu nunca sabia qual reação ele teria. Infelizmente é isso que eu penso (profissional de saúde F).

O segundo conceito observado foi o de “doença que altera o comportamento humano”. Na maioria das falas há ênfase na descrição de sinais e sintomas da doença como forma de exporem o seu entendimento sobre a esquizofrenia. Por outro lado, demonstram desconhecimento ou uma definição reducionista sobre as causas e os sintomas da doença.

A esquizofrenia é um problema muito grave porque as pessoas aparentam ter um comportamento e mudam de comportamento muito rápido. Pra mim não são pessoas confiáveis! (profissional de saúde F).

É uma pessoa que já deve ter passado por problemas de comportamento, gerados por *N causas e que ela não pode sair* (profissional de saúde H).

[...] a gente vê que é algo muito triste porque vê que a pessoa, ela experimenta de momentos de lucidez a momentos em que ela está com as ideias sem coordenação (profissional de saúde H).

O terceiro conceito aponta para esquizofrenia como doença que requer diagnóstico e tratamento adequado:

[...] o esquizofrênico depois do primeiro surto que ele tem de esquizofrenia e ele recebe diagnóstico, se faz um tratamento, o tratamento vai equilibrar os neurotransmissores dele e ele pode passar meses, anos ou décadas sem ter recaídas e viver bem [...] Mas, infelizmente, se o diagnóstico não é dado rapidamente, o tratamento não é feito da maneira correta e o indivíduo começa a ter uma piora da qualidade de vida social muito grande que marca negativamente a história dele (profissional de saúde D).

O que se caracteriza como um problema que tem que ser tratado (profissional de saúde E).

Mesmo com os avanços advindos com a terapêutica medicamentosa e o novo paradigma da reabilitação psicossocial, que estimula o processo de convívio social da pessoa com transtorno mental, os profissionais de saúde demonstram desconhecimento ou falta de habilidade em lidar com pessoas com esquizofrenia e seus familiares. Tal concepção, em parte, remete à concepção higienista de loucura de outrora. Soma-se a isso o fato de este pensamento contribuir para o isolamento desse público, fato que se contrapõe à assistência em saúde mental e ao processo de reabilitação psicossocial (JARDIM; DIMENSTEIN, 2007).

Entende-se que a rotulação de “louco” e “incapaz” se torna grande empecilho à manutenção da saúde mental equilibrada por parte das pessoas com esquizofrenia e suas famílias. O *background* sociocultural, ou seja, a cultura,

juntamente com fatores socioeconômicos, pode influenciar nas manifestações do estigma relacionado a indivíduos com esquizofrenia (HENGARTNER et al., 2012).

Observa-se em algumas falas uma visão ampliada do conceito de esquizofrenia, enfatizando a relação entre o diagnóstico e a terapêutica. No geral, os depoimentos denotam uma concepção de esquizofrenia como uma doença do grupo de transtornos psiquiátricos que traz modificações profundas não só para a pessoa, desde o momento do diagnóstico, mas também para o seu meio familiar e social.

Sabe-se que a esquizofrenia se apresenta como um problema de saúde pública, de evolução crônica e marcada pela desorganização dos processos mentais e pelo forte estigma social. Na maioria dos casos, a idade de início do transtorno varia entre 15 e 20 anos para os homens e entre 20 e 25 anos para as mulheres. Atualmente, o acompanhamento multiprofissional e adesão adequada ao tratamento possibilitam uma melhoria no desempenho das atividades diárias e maior qualidade de vida (HANSEN et al., 2014).

Desde o processo de formação dos profissionais de saúde, em nível de graduação, observam-se atitudes preconceituosas em relação aos transtornos mentais, de modo que esses estigmas podem influenciar no tratamento ofertado e na interação com os pacientes de vários segmentos da comunidade, pois fortalece a crença de que os pacientes psiquiátricos são imprevisíveis e exibem comportamento violento, o que contribui para o distanciamento social e o aumento do estigma (FERREIRA, F. et al., 2015).

Destacamos que os profissionais de saúde devem ter consciência de que suas atitudes podem gerar maior impacto na sociedade do que as atitudes da população em geral. Portanto, é preciso precaução para não se gerar uma ideia errônea acerca da doença que possa contribuir para aumentar a estigmatização do paciente e prejudicar a interação deste com vários segmentos da sociedade (FERREIRA, F. et al., 2015). Nesse sentido, faz-se necessário abandonar os mitos e preconceitos, especialmente por parte dos profissionais de saúde, com vistas a promover uma assistência em saúde mental ética e de qualidade (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSQUIATRIA [ABP], 2014).

Deve-se ressaltar que, devido a questões culturais, o esquizofrênico acaba por ser excluído da sociedade pela família, por ele mesmo e pelas outras pessoas, e isso acaba se constituindo como um fator agravante do quadro clínico do paciente, já que a evolução desta patologia está atrelada ao convívio social. Torna-se fundamental a luta contra o estigma; para tanto faz-se necessária a educação para a saúde mental tanto para os familiares como para a sociedade em geral (SHIRAKAWA, 2000).

Assistência à pessoa com esquizofrenia na Atenção Básica – da ideal à real

A demonstração acerca da percepção da assistência à pessoa com esquizofrenia na Atenção Básica, representada nas falas, inicia-se elencando as principais necessidades das pessoas com essa doença, para um melhor atendimento em saúde mental nesses serviços.

O primeiro item a ser identificado pelos profissionais de saúde foi o atendimento multiprofissional:

[...] acho que o portador de esquizofrenia ele deve ter uma equipe multidisciplinar para acompanhá-lo, não só da unidade básica, mas a parte de psicólogo, de assistente social, de médico, de nutricionista. Tem que ter todo esse aparato para poder tá trabalhando com ele [...] (profissional de saúde I).

[...] São pessoas que precisam de um acompanhamento tanto por parte da equipe quanto de um acompanhamento especializado (profissional de saúde G).

A maior necessidade é o acompanhamento psiquiátrico, tanto o acompanhamento com o profissional como o acompanhamento de psicoterapia [...] (profissional de saúde D).

Apesar de reconhecerem que os usuários com esquizofrenia necessitam de um atendimento multidisciplinar, os participantes do estudo não destacam como seria a atuação dos outros profissionais no âmbito da equipe mínima de saúde de família (enfermeiro, médico, técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde). Observa-se a transferência de responsabilidade do profissional da atenção básica na assistência à pessoa com esquizofrenia, por vezes delegada aos profissionais do serviço especializado (CAPS, ambulatório de saúde mental, etc.) ou mesmo o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), que engloba em sua equipe médico, psiquiatra, psicólogos, entre outros.

A atuação de profissionais de saúde especialistas e específicos para casos de saúde mental não exclui as ações a serem desenvolvidas pelos profissionais generalistas da atenção básica, de modo a constituir um sistema de referência e contrarreferência que, de maneira ampliada e articulada, constitui a RAPS. A organização dos serviços ou das ações de saúde mental na atenção básica pressupõe priorizar as necessidades de saúde dos usuários e famílias como eixo central do cuidado (SILVEIRA, D., 2003)

Outro item destacado pelos profissionais foi a ênfase na terapêutica medicamentosa, como se observa nos depoimentos a seguir:

[...] É necessário um acompanhamento continuado da medicação que fazem uso, é necessário ver também como está a sua readaptação ao convívio em sociedade e também ver como está o meio que cerca ele, se a família está preparada para lidar com essa situação, porque têm muitos casos em que o problema já começa de casa [...] (profissional de saúde J).

O que é feito no PSF não é nem o acompanhamento da medicação, mas talvez a troca de receitas para que o paciente ele tenha acesso à sua medicação [...] (profissional de saúde H).

Vê-se que os profissionais concebem como maior necessidade da pessoa com esquizofrenia o acesso aos medicamentos. Na realidade dos serviços da atenção básica, se verifica que o usuário ou a família procurava o serviço de saúde apenas para ter acesso à receita médica e, por consequência, à medicação psicotrópica, sendo que alguns até enfatizaram que essa seria a maior necessidade, a qual era atendida. Todavia, desvinculada de outras intervenções, ela não poderá ocasionar a melhora significativa do quadro clínico-social do paciente.

Neste contexto, ao citarem o tratamento medicamentoso, os profissionais acabam reforçando o modelo biomédico da contenção farmacológica dos sintomas, pelo qual se fortalece a crença de que os pacientes indesejáveis devem ser mais medicados e que devem tolerar mais efeitos colaterais a longo prazo (LOCH et al., 2011). Negligenciam-se, assim, outros aspectos terapêuticos fundamentais que, em conjunto, podem constituir uma assistência integral, envolvendo aspectos não medicamentosos, como a autonomia, o trabalho ou alguma atividade produtiva, a terapia ocupacional, a terapia familiar e a psicoterapia individual. No imaginário social, a crença de que a medicação cura e afasta os delírios, devolvendo tranquilidade ao paciente e à família, torna-se, por vezes, um mito ou uma ilusão. (PALMEIRA; GERALDES; BEZERRA, 2009). Destarte, muitos desses casos que se encontram em regime ambulatorial são insuficientemente tratados e ficam desestabilizados, contribuindo para uma impressão negativa (LOCH et al., 2011).

No que se refere à participação da família no tratamento em saúde mental realizado na atenção básica, os profissionais dizem o seguinte:

[...] Eu acho que a maior a necessidade é principalmente atenção e outra necessidade também eu vejo a questão da família, de tentar melhorar o quadro dessa pessoa, de tentar buscar alternativas [...] (profissional de saúde F).

[...] trabalhar a família de modo que permita que esse pessoal esteja realmente fazendo uso do medicamento (profissional de saúde G).

Percebe-se, entre as necessidades mencionadas pelos profissionais, o papel central da família na adesão e manutenção do tratamento, repercutindo positivamente no processo de reinserção social das pessoas com esquizofrenia, tendo em vista que, em grande parte do tempo, estas estão em convívio direto no seio familiar. Da mesma forma, enfatizaram a necessidade de desmistificar os preconceitos ainda existentes em relação a estas pessoas, para que possam ser acolhidas no meio social.

Entretanto, na maioria das vezes, falta maior preparo ou mesmo conhecimento acerca da doença mental enfrentada. Tal realidade pode ser melhorada com o apoio direto dos profissionais da ESF, seja orientando sobre o tratamento ou mesmo acompanhando as angústias vivenciadas, de modo a buscar conjuntamente estratégias de enfrentamento.

Sobre os cenários da assistência em saúde mental à pessoa com esquizofrenia no âmbito da atenção básica, especificamente a realidade como ela é, os participantes do estudo destacaram as principais ações, a saber: a visita domiciliar e o encaminhamento para serviços especializados. A visita domiciliar se configura como importante instrumento na abordagem da pessoa com esquizofrenia pelos profissionais, fato que justifica a predominância desta ação nas falas participantes:

Na verdade meu envolvimento é pequeno demais. Como falei, eu tenho medo. A gente não tem esse envolvimento! [...] *O que a gente faz é uma visita, é uma coisa mais assim [...]* *Tentando referenciar para um cuidado específico. Mas a gente nunca traz essas pessoas pra cá, até mesmo porque*

elas não vêm também. Não existe esse envolvimento (profissional de saúde F).

Os usuários esquizofrênicos geralmente são pessoas que devido a uma própria característica da doença acabam se isolando e tornam-se reclusos da sociedade. Neste sentido, o contexto de vida, o domicílio e os aspectos socioculturais podem ser reveladores para o maior entendimento do processo saúde-doença mental e trazer novos olhares para a conduta clínica dos profissionais.

Embora, como relatado pelos profissionais, não seja tão frequente devido às outras demandas, a visita domiciliar se configura como principal atividade voltada às pessoas com esquizofrenia, conforme os relatos:

[...] a visita domiciliar é mais pelo agente, só fazemos uma visita quando o agente ele diz que há necessidade, porque a gente sabe que a demanda é muito grande. Mas quando o paciente vem até a gente, nós tentamos ouvir esse paciente e tem a família também (profissional de saúde G).

Apenas a visita domiciliar. O agente de saúde vem, chama, a gente faz a visita, leva o médico, passa por aquela parte de suplemento, faz o acompanhamento da medicação controlada. Não existe nada fora disso! (profissional de saúde H).

O que a gente faz aqui é uma visita, até mesmo porque como enfermeira eu não posso prescrever e essa assistência que a gente sabe que é necessária depende muito do médico e não podemos obrigar nossos colegas a fazerem o que não querem (profissional de saúde H).

[...] Se for preciso a gente faz uma visita quando o agente de saúde identifica o caso e nos comunica (profissional de saúde C).

Mesmo considerando a relevância da visita domiciliar no trabalho da atenção básica, a ferramenta ainda é utilizada de forma incipiente. Cabe reforçar a necessidade de sistematizar e organizar melhor tal instrumento, considerando o contexto de saúde mental, tornando-a assim mais efetiva. Desse modo, deve-se romper a ideia de visita domiciliar como uma atividade rotineira ou pontual a ser realizada pela equipe, mas tornar esse momento um potente encontro de acolhimento, de orientações e de fortalecimento do vínculo entre família e serviço.

A visita domiciliar da equipe da atenção básica em relação ao paciente com transtornos mentais compreende acolher, diagnosticar e tratar os casos de sofrimento mental inespecífico, bem como propiciar atenção integral à família. De modo que, considerando a diversidade de casos, torna-se importante a formação em saúde mental, treinamentos ou atualizações, para minimizar as dificuldades em desenvolver ações nesta área, bem como para acompanhar mudanças propostas nas diretrizes da Reforma Psiquiátrica Brasileira (SILVA, 2011).

Foram destacados, ainda, entre as ações realizadas, a prescrição de medicamentos e os encaminhamentos aos serviços especializados:

Na prescrição dos medicamentos, no encaminhamento para profissionais especializados [...] A gente prescreve os medicamentos. Mas nem sempre acompanha o paciente, ele mesmo se esquia e a família não procura o serviço (profissional de saúde A).

O meu papel como enfermeiro está na questão de proporcionar o bem-estar a estes pacientes. Tentar fazer algo com que eles possam ter uma melhor qualidade de vida [...] Mas, [...] como a gente tem o CAPS como referência aqui, então a gente vê muito a questão do encaminhamento, de 'vê' como é que 'tá', de tentar sempre conversar com o pessoal por causa da questão do medicamento (profissional de saúde G).

[...] Encaminhamos para o CAPS e deixamos esse paciente sobre a responsabilidade do CAPS. A gente aqui na verdade não prescreve nada não, a gente apenas faz um acompanhamento da medicação que é prescrita lá no CAPS, o que a gente faz aqui é 'dá' alguma orientação quando há a troca da medicação, por exemplo (profissional de saúde C).

A questão do encaminhamento exprime para muitos uma ação efetiva no cuidado com a saúde da pessoa em sofrimento mental. Entretanto, pode demonstrar eximir-se da responsabilidade. Segundo Franco (2003), encaminhamentos sem esgotamento das possibilidades diagnósticas na rede básica, informações necessárias sobre o quadro mórbido, revelam uma atuação com falta de solidariedade com o serviço e de responsabilização no cuidado ao usuário.

Um depoimento chamou atenção, pelo modo de reconhecer também as falhas existentes no trabalho que a equipe da Estratégia Saúde da Família desenvolve. Menciona a necessidade de mudanças nesse trabalho, enfocando também a questão do trabalho que é desenvolvido de forma desarticulada entre diferentes profissionais.

Na verdade o que a gente faz aqui é pouco. Logo porque tem o CAPS que é aqui perto e se é dos usuários procurarem a unidade de saúde eles procuram o CAPS. Mas faço o que posso se for preciso, encaminhando pro serviço social, pra médica aqui da unidade ou até mesmo para o CAPS (profissional de saúde H).

Furtado (FURTADO; CAMPOS, 2005) destaca que, do ponto de vista dos princípios do SUS, se torna muito importante a existência nos municípios de um serviço de referência em saúde mental como o CAPS para atender a demanda de pacientes. Entretanto, o funcionamento deste serviço deve seguir as bases de apoio matricial, onde são referenciados os casos provenientes da atenção básica que, após fazer esse encaminhamento, continua a acompanhar o tratamento do usuário. A proposta dos CAPS objetiva o acompanhamento da clientela considerada mais comprometida em termos psicossociais, conforme a gravidade do quadro clínico ou a cronicidade pelos longos anos de internação (SILVEIRA, D., 2003).

Afinal, verifica-se que a maior resolutividade da assistência prestada pelas Unidades Básicas de Saúde poderá reduzir as necessidades das consultas especializadas e exames, reservando os recursos públicos para garantir os procedimentos realmente necessários (FRANCO, 2003).

Entraves para assistência em saúde à pessoa com esquizofrenia

Destacam-se os principais entraves e desafios enfrentados pelos profissionais de saúde na assistência à pessoa com esquizofrenia. Três aspectos emergiram nos depoimentos: a falta de envolvimento e participação da família

no tratamento, a ausência de ações e atividades voltadas às pessoas com esquizofrenia e ausência de ações e atividades voltadas às pessoas com esquizofrenia.

Entre as dificuldades na execução de ações em saúde mental, tem-se a falta de envolvimento e participação da família em lidar com o ente com doença mental, o que acaba por dificultar a adesão ao tratamento.

Os problemas são muitos! A começar pela família que não aceita o problema e tenta escondê-lo, a sociedade que exclui o portador da patologia. De modo geral, a impossibilidade de cumprir o que propõem as políticas públicas de saúde mental, uma vez que não há um serviço de referência consistente, como é o caso da nossa realidade, em que há um CAPS para vários municípios, um psiquiatra para todos estes municípios (profissional de saúde A).

A família não participa! Na maioria das vezes eles não entendem a dimensão do problema ou não querem aceitar e isso atrapalha e muito o paciente (profissional de saúde A).

Muitas vezes a família ela é o maior empecilho! A família, ela não participa e muitas vezes é preciso o agente de saúde vir até o profissional pra tá chamando, porque a família é muita exclusiva nisso aí e quando ela tá presente quer que a gente tome conta do paciente. Muitas vezes ela quer responsabilidade só da gente e acaba se eximindo da responsabilidade dela (profissional de saúde A).

Afirmam, também, que a maioria das famílias priva o esquizofrênico do convívio social e que a sociedade é preconceituosa, excluindo-o do seu meio. A família tem toda a sua rotina modificada a partir do diagnóstico, exigindo-se dela, nessa fase inicial da doença, uma dedicação quase exclusiva ao doente, por tratar-se de um período em que o quadro clínico passa pelas maiores oscilações.

[...] A família é omissa! A comunidade é rotulante! Pra comunidade todo mundo é doído e não esquizofrênico! [...] A família é omissa tanto no cuidado como na socialização do problema [...] (profissional de saúde F).

[...] A família quer esconder para procurar ajuda, mas quando é pra ter um auxílio-benefício da previdência social eles logo mostram o paciente pelo dinheiro, mas quando é alguma coisa assim referente à ajuda para o paciente ter um acompanhamento de profissionais capacitados a família não quer levar não, eles preferem excluir o paciente. Essa é nossa realidade! (profissional de saúde G).

De fato, a família parece despreparada, mas não por vontade própria, são múltiplos os fatores que fazem com que ela não aceite a necessidade do tratamento do esquizofrênico. Muitas vezes a própria desinformação ocasiona isso, o que ocorre quando os familiares não compreendem o que vem a ser a esquizofrenia, suas principais manifestações e seus efeitos na vida do esquizofrênico (PALMEIRA; GERALDES; BEZERRA, 2009).

Aspectos como a negação da doença e a dificuldade em expressar seus sentimentos, o entendimento da esquizofrenia com o sentido de limitações, o cansaço e sobrecarga, com prejuízo da qualidade de vida, e incerteza em relação ao futuro são fatores que refletem nas dificulda-

des vivenciadas no cotidiano. Restando, por vezes, à família apenas a resiliência e a fé, como fonte de consolo e alívio (OLIVEIRA; FUREGATO, 2012).

São muitos os estigmas que a esquizofrenia causa à sociedade, e a família, muitas vezes por não querer ser vista de forma diferente pela condição de um de seus membros, acaba por não aceitar o diagnóstico e até mesmo querer suprimir a realidade. Em outros casos, quando aceitam o diagnóstico, os familiares acabam não compreendendo seu real significado e consideram a pessoa inválida para uma vida produtiva. Alguns profissionais, embora disponham de formação intelectual, acabam por confirmar as ideias dos familiares ao conceberem o sofrimento mental como invalidez e ao não ampliarem a compreensão que têm sobre as potencialidades da pessoa com esquizofrenia.

A ausência de ações e de atividades voltadas às pessoas com esquizofrenia na AB foi vista como outro entrave a ser enfrentado, implementando-se ações programadas realizadas pelas equipes, como visitas domiciliares, trabalho com grupos educativos, atendimento individual, entre outros, rompendo com o medo de lidar com este grupo:

O principal problema é que não existe uma ação programada para atender essas pessoas. Existe um estigma muito grande acerca da esquizofrenia que as pessoas têm até medo de se envolver numa situação dessa e por isso se torna complicado (profissional de saúde F).

[...] o maior problema está na estrutura da atenção básica hoje, onde não se há condições de desenvolver muitas dessas ações, porque isso necessita de um transporte adequado para os profissionais para fazerem essa visita, outro que é necessário que todos trabalhem juntos, coisa que não existe! (profissional de saúde J).

Através das falas, identifica-se a necessidade de se trabalhar o meio social no qual o usuário está inserido e ampliar a visão do processo saúde-doença mental, com vistas a intervir de modo a considerar todos seus aspectos biopsicossociais. Mencionou-se, também, a existência de problemas conjunturais dos serviços como empecilhos à efetivação de ações em saúde mental, uma vez que se torna difícil desenvolver a assistência preconizada pela Política Nacional devido à insuficiência de recursos materiais e estruturais nesta realidade.

Destacou-se, ainda, a dificuldade de articulação entre a atenção básica e os serviços especializados:

A falta de uma contrarreferência que deveria existir, pois o paciente não é acompanhado após ‘dá’ início ao tratamento, uma vez que a demanda na atenção básica não deixa muito tempo pra realizar visitas domiciliares e ‘dá’ a atenção necessária a estes pacientes (profissional de Saúde A).

Outra problemática exposta pelos profissionais foi a *contrarreferência* ligada à falta de articulação na RAPS, com reflexo da grande demanda de atendimento na atenção básica, que impede que os profissionais tenham maior tempo para se dedicarem a usuários com este perfil. Mesmo existindo estratégias de intervenção de saúde mental na AB, como o matriciamento, na prática falta maior en-

gajamento entre os profissionais da rede e incentivo por parte da gestão local no que se refere a sua implantação no cotidiano dos serviços (JORGE et al., 2015).

O matriciamento em saúde na AB visa a uma atuação conjunta e qualificada entre as equipes da ESF, do Núcleo Ampliado de Saúde da Família na Atenção Básica (NASF-AB) ou mesmo da RAPS, como o CAPS, pois no geral dispõe de médico psiquiatra, psicólogo, terapeuta ocupacional, entre outros. Neste cenário, criam-se possibilidades para discussão e suporte clínico de casos, apoio na formulação do Projeto Terapêutico Individual ou mesmo a formulação de uma agenda de educação permanente entre os profissionais (JORGE et al., 2015).

Menciona-se que a efetivação da Política Nacional de Saúde Mental entre os municípios brasileiros é permeada por controvérsias e dificuldades, tendo em vista aspectos como a falta investimento da gestão das ações e serviços em nível local, falta de preparo e escassez de recursos humanos entre as equipes de profissionais, além da grande demanda de atividades cotidianas que envolvem o trabalho na AB.

Circunscrevendo esse cenário, observa-se a dificuldade em incluir a família no tratamento, embora se identifique a necessidade de apoio e suporte a pessoa com esquizofrenia em suas redes de convívio, inclusive acerca das medidas necessárias para evitar os episódios de crise. Sabe-se que as reais dimensões da esquizofrenia têm implicações diretas para a pessoa que sofre com a doença e sua família (PALMEIRA; GERALDES; BEZERRA, 2009).

Em contraposição, houve profissionais que afirmaram:

Não! Não existe nenhum problema, porque quando há esse tipo de paciente o recebemos logo, dando prioridade pra ele. Aqui ele é bem atendido! Agora o acompanhamento mais seguro é o do CAPS! [...] Não há nenhum problema, não, porque aqui na unidade tem de tudo o que eles precisam! (profissional de saúde C).

[...] em relação a esses pacientes, não temos nem tantas dificuldades, não, porque, assim... Principalmente quando ele precisa de medicamento que a prescrição só é feita pelo médico com um receituário controlado, mas a gente tenta agilizar para que eles não fiquem sem medicamento [...] (profissional de saúde G).

Os depoimentos expressam certa limitação em relação à compreensão das necessidades do usuário do serviço, do ponto de vista das políticas públicas de saúde mental, mencionando apenas a transcrição das receitas médicas feitas pelo médico psiquiatra e visitas domiciliares esporádicas. Eles frisaram, em muitos momentos, os aspectos biológicos da doença, ou não os associaram aos outros fatores determinantes do quadro clínico dos usuários, o que acaba por conceber uma definição equivocada das estratégias utilizadas para prestar assistência a essa clientela.

Furtado (FURTADO; CAMPOS, 2005) aponta que, antes de tudo, a pessoa com transtorno mental necessita de vínculo, escuta e acolhimento por parte dos profissionais que compõem a AB, de maneira a valorizar suas demandas e sua singularidade enquanto sujeito capaz de conviver em sociedade. Compreende-se que, além do acesso a medicamentos e a consultas médicas, importan-

tes no tratamento, torna-se fundamental fortalecer a autonomia do usuário, seus modos de viver e se relacionar com o outro, valorizar suas potencialidades, suas relações de afeto e estima na comunidade.

Possibilidades para melhoria do trabalho em saúde mental

Apreenderam-se estratégias fundamentais para a melhoria do trabalho em saúde mental no âmbito da AB, a partir da visão dos profissionais. A primeira estratégia mencionada foi fortalecer o processo de educação permanente dos profissionais e, por conseguinte, melhorar a qualidade da assistência:

Pelo que conheço, só é possível superar parcialmente algumas dificuldades a partir do trabalho conjunto entre a equipe de saúde, pela busca do conhecimento por parte do profissional que precisa se capacitar para atender estes pacientes que apresentam muitas especificidades. Só assim que é possível melhorar a qualidade da assistência prestada! (profissional de saúde B).

Olha, o que eu faço é estudar psiquiatria para poder diagnosticar o paciente [...] poder dar o diagnóstico inicial para poder referenciar o paciente para que ele chegue no especialista. A Unidade Básica de Saúde eu acho que ela só 'tá' preparada para diagnosticar, tirar o paciente da fase crítica, quando dentro do possível, e referenciar para diminuir o risco desse paciente (profissional de saúde C).

As falas confirmam o esforço individual por parte de alguns profissionais em aprimorar seus conhecimentos, com vistas a oferecer uma melhor conduta ou intervenção terapêutica às situações que chegam à unidade básica de saúde. Assim, evidencia-se a necessidade de se ampliar esse processo de qualificação em saúde mental às equipes da AB mediante a implementação do processo de educação permanente. Reconhece-se que a discussão conjunta de casos clínicos, implantação de cursos de formação e capacitação, formação de grupos de estudos, entre outros, constituem estratégias que potencializam o trabalho interdisciplinar, fortalecem a RAPS e impactam a qualidade da assistência ofertada.

No Brasil, a Política de Educação Permanente em Saúde (PNPS) aponta a necessidade de melhorar as ações e serviços de saúde, por meio da formação e qualificação das equipes de profissionais em um processo dinâmico e integrador, capaz de estimular o desenvolvimento individual e coletivo dos envolvidos.

Outro aspecto estratégico apontado pelos profissionais refere-se a qualificar e estimular a participação da família no tratamento:

A família não está preparada, não tem conhecimento sobre a doença, então você tem que trabalhar a família, conscientizar ela do que é a doença do paciente e como ela deve reagir às alterações de comportamento do paciente e entender o que se passa, também para ela começar a perceber as alterações e nunca deixar o paciente sem o tratamento adequado de modo a sempre procurar o especialista, sempre procurar o médico para encaminhar [...] (profissional de saúde D).

[...] A implementação da participação da família e da comunidade para dar atenção ao paciente psiquiátrico é

educação, esclarecer o que é a doença e saber entender o paciente, o que é que ele está sentindo, porque é que ele está sentindo aquilo (profissional de saúde D).

A família, ao lidar com a doença mental, nem sempre se mostra de fato preparada. Faltam informação acerca dos sintomas e maior capacidade de ação frente às diversas situações e à nova realidade do lar. No geral, visualiza-se uma postura de omissão dos serviços de saúde, especialmente na abordagem a esse público, ou mesmo o sentimento de culpabilização da família pela situação vivida, todavia, poucas estratégias capazes de fortalecer a participação ativa dos familiares nos serviços de atenção básica vêm sendo implementadas.

Observa-se que a participação da família no tratamento em saúde mental ainda constitui um desafio para os profissionais e serviços, fato que se reflete diretamente no processo de exclusão e rejeição da pessoa com esquizofrenia da vida em comunidade.

[...] É muito complicado porque ninguém se aproxima dessa pessoa e ela não vai ter um cuidado e assim ela vai se sentir rejeitada e não vai buscar esse cuidado. Vai se sentir doído realmente! Numa crise ele vai pra um hospital psiquiátrico de onde ele volta pior do que ele foi, que geralmente é isso que acontece. Então esse é o fator complicador. A comunidade rotula e a família esconde o caso dentro de casa [...] (profissional de saúde F).

[...] tem família que não liga, que os paciente são largados, vivem trancados, a higiene é precária. E outros não! Que cuidam bem dos pacientes, que já são bem tratados, que participam de terapias no CAPS, na APAE, depende muito. Isso é muito relativo. Depende muito de família pra família, umas incluem e outras excluem (profissional de saúde I).

As falas expressam a responsabilização da família pelo cuidado com este grupo de usuários que supervalorizam as limitações impostas pela doença e minimizam suas potencialidades, contribuindo para o estigma e o preconceito por parte da sociedade. Apesar da maior homogeneidade, para alguns profissionais não é possível estabelecer uma verdade absoluta em relação a esse ponto, pois, segundo eles, isso é uma coisa que varia conforme a estrutura familiar.

Diante dos entraves apontados, os participantes do estudo identificaram ainda outros instrumentos de intervenção a serem potencializados na AB, como a visita domiciliar, que possibilita uma aproximação entre família, usuário e serviço no processo formação de vínculo que ajude na adesão da terapêutica. A visita domiciliar parece estar sendo a única alternativa de dinamização do trabalho e pela busca pelo conhecimento em psiquiatria, especificamente em esquizofrenia.

Franco (2003) defende a resolutividade na rede básica vinculada ao recurso instrumental, conhecimento técnico dos profissionais, ação acolhedora, vínculo e a relação profissional/usuário. Entretanto, na realidade da AB se percebe a ausência de ações coletivas voltadas às pessoas com transtornos mentais e atividades capazes de

promover espaços de interação entre os grupos, não se limitando ao ato de medicar, a visita domiciliar ou mesmo encaminhar para o serviço de referência.

Para a garantia da assistência integral e humanizada na rede de saúde mental, conforme preconiza a reforma psiquiátrica, existe a necessidade de suporte financeiro à rede dos serviços comunitários em saúde e sistematização do processo de trabalho, e para tanto é fundamental conhecer as necessidades dos cuidadores e das famílias e traçar estratégias para a resolução dessas demandas (BESSA; WAIDMAN, 2013).

A respeito da busca por mudanças no quadro atual das ações em saúde mental, Silveira, D. (2003) destaca a necessidade de unir esforços, sejam dos profissionais, das famílias ou da sociedade, em prol de uma assistência qualificada que atenda às necessidades da pessoa com transtorno mental. Menciona, ainda, que a gestão e os profissionais de saúde necessitam conhecer e efetivar os princípios da Política Nacional, propiciando meios e recursos que aproximem as ações em saúde mental no cotidiano da AB.

Considerações finais

A partir do conhecimento sobre o desenvolvimento da assistência à pessoa com esquizofrenia na atenção básica, evidenciou-se que ele ocorre de uma forma que não possibilita identificar as maiores necessidades dessa clientela e distante da garantia do princípio da integralidade. As ações para a promoção da saúde da pessoa que sofre de esquizofrenia são desenvolvidas a partir de um trabalho desarticulado com o serviço de saúde em questão, de forma fragmentada, seguindo um modelo ambulatorial e programático, em que cada profissional desenvolve o seu trabalho sem manter grandes elos de comunicação.

Nesse modelo de atendimento, baseado na lógica do encaminhamento sem contrarreferência e na supervalorização da consulta médica e do uso da medicação, tanto a família como a sociedade parecem ser excluídas dos planos de intervenção, o que caracteriza uma noção reducionista de abordagem em saúde, que enxerga apenas o usuário do serviço de saúde e desconsidera o meio no qual está inserido.

O trabalho desenvolvido na atenção básica mostrou-se totalmente dependente do que é desempenhado no CAPS, no setor hospitalar psiquiátrico e no setor privado, ao passo que apenas repete parte do que é feito no serviço especializado. A dependência existente não significa necessariamente vinculação dos profissionais da ESF à referência, mas sim baixa autonomia nas intervenções.

Acredita-se que a realidade poderia ser alterada através da qualificação permanente dos profissionais da atenção básica, da efetivação de um sistema de referência e contrarreferência entre atenção básica e serviço especializado, da efetivação das políticas públicas em saúde mental, da promoção de recursos por parte da iniciativa pública para desenvolver estas ações e da diversificação de instrumentos de intervenção que expandam as ações para a comunidade.

Compreende-se que apenas a partir da efetiva apreensão da realidade como um todo e do compromisso com a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos pela atenção básica é que se tornará possível trilhar os caminhos para a construção de ações em saúde integrais, comprometidas, sobretudo, com a promoção da saúde que se envolve com a melhoria das dimensões sociais do esquizofrênico.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. *Diretrizes para um modelo de assistência integral em saúde mental no Brasil*. Rio de Janeiro: ABP, 2014. Disponível em: http://www.abpbrasil.org.br/diretrizes_final.pdf. Acesso em: 23 maio 2016.

BESSA, Jacqueline Botura; WAIDMAN, Maria Angélica Pagliarini. Família da pessoa com transtorno mental e suas necessidades na assistência psiquiátrica. *Texto & Contexto em Enfermagem*, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 61-70, 2013. [CrossRef](#)

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001*. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10216.htm. Acesso em: 22 jul. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf. Acesso em: 18 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Saúde Mental em Dados – 12, ano 10, n. 12*. Informativo eletrônico. Brasília, out. 2015. Disponível em: http://www.mhinnovation.net/sites/default/files/downloads/innovation/reports/Report_12-edicao-do-Saude-Mental-em-Dados.pdf. Acesso em: 18 jun. 2016.

CANABRAVA, Danielly de Souza et al. Tratamento em saúde mental: estudo documental da legislação federal do surgimento do Brasil até 1934. *Rev. Eletr. Enf.*, Goiás, v. 12, n. 1, p. 170-176, 2010. Disponível em: <https://www.fen.ufg.br/revista/v12/n1/pdf/v12n1a21.pdf>. Acesso em: 22 maio 2016.

FERREIRA, Fernanda Nunes et al. Avaliação das atitudes de estudantes da área da saúde em relação a pacientes esquizofrênicos. *Rev. bras. educ. med.*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 4, p. 542-549, 2015. [CrossRef](#)

FERREIRA, Gina. A reforma psiquiátrica no Brasil: uma análise sócio política. *Revista de Psicanálise*, v. 4, n. 1, p. 77-85, 2006. Disponível em: <https://www.ebah.com.br/content/ABAAAFH-IAH/a-reforma-psiquiatica-no-brasil-analise-socio-politica>. Acesso em: 3 maio 2016.

FRANCO, Túlio Batista. *Integralidade na assistência à saúde: a organização das linhas de cuidado*. São Paulo: Hucitec, 2003.

FURTADO, Juarez Pereira; CAMPOS, Rosana Teresa Onocko. A transposição das políticas de saúde mental no Brasil para a prática nos novos serviços. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 109-122, jan./mar. 2005. [CrossRef](#)

HANSEN, Nayara Fernanda et al. A sobrecarga de cuidadores de pacientes com esquizofrenia: uma revisão integrativa da literatura. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, Goiás, v. 16, n. 1, p. 220-227, 2014. Disponível em: <https://www.fen.ufg.br/revista/v16/n1/pdf/v16n1a25.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2018.

HENGARTNER, Michael Pascal et al. Atitudes de profissionais de saúde mental em relação a indivíduos com esquizofrenia: uma comparação transcultural entre Suíça e Brasil. *Rev. psiquiatr. clín.*, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 115-121, 2012. [CrossRef](#)

JARDIM, Katia; DIMENSTEIN, Magda. *Risco e crise: pensando os pilares da urgência psiquiátrica*. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 169-190, 2007. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/267/276>. Acesso em: 21 nov. 2018.

JORGE, Maria Salete Bessa et al. Apoio matricial, projeto terapêutico singular e produção do cuidado em saúde mental. *Texto & Contexto em Enfermagem*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 112-120, 2015. [CrossRef](#)

LOCH, Alexandre Andrade et al. O estigma atribuído pelos psiquiatras aos indivíduos com esquizofrenia. *Rev. psiquiatr. clín.*, São Paulo, v. 38, n. 5, p. 173-177, 2011. [CrossRef](#)

MINAYO, Maria Cecília de Souza. et al. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2018.

OLIVEIRA, Renata Marques de; FUREGATO, Antonia Regina Ferreira. Um casal de idosos e sua longa convivência com quatro filhos esquizofrênicos. *Rev. esc. enferm. USP*, São Paulo, v. 46, n. 3, p. 618-625, 2012. [CrossRef](#)

PALMEIRA, Leonardo Figueiredo; GERALDES, Maria Thereza de Moraes; BEZERRA, Ana Beatriz Costa. *Entendendo a esquizofrenia: como a família pode ajudar no tratamento?* Rio de Janeiro: Interciência, 2009.

PESSOA JÚNIOR, João Mário et al. A política de saúde mental no contexto do hospital psiquiátrico: desafios e perspectivas. *Escola Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 83-99, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452016000100083. Acesso em: 25 maio 2016.

SHIRAKAWA, Itiro. Aspectos gerais do manejo do tratamento de pacientes com esquizofrenia. *Rev. Bras. Psiquiatr.*, São Paulo, v. 22, supl. 1, p. 56-58, 2000. [CrossRef](#)

SILVA, Carlos Magno Carvalho da Silva et al. Visita domiciliar na atenção à saúde mental. *Cienc. enferm.*, Concepción, v. 17, n. 3, p. 125-136, 2011. [CrossRef](#)

SILVEIRA, Daniele Pinto da. *Sofrimento psíquico e serviços de saúde: cartografia da produção do cuidado em saúde mental na atenção básica de saúde*. Rio de Janeiro: s. n., 2003. Disponível em: <http://teses.icict.fiocruz.br/pdf/silveiradpm.pdf>. Acesso em: 27 maio 2016.

SILVEIRA, Lia Carneiro; BRAGA, Violante Augusta Batista. Acerca do conceito de loucura e seus reflexos na assistência de saúde mental. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 13, n. 4, p. 591-595, jul./ago. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692005000400019&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 27 maio 2016.

Recebido em: 12 de agosto de 2016

Aceito em: 13 de dezembro de 2018

A recepção das premissas de Haeckel na obra de Jung[★]

Victor de Freitas Henriques^{Orcid, ★★} Walter Melo Junior^{Orcid}

Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, MG, Brasil

Resumo

Este artigo analisa a apropriação da teoria da recapitulação da filogênese pela ontogênese do biólogo Ernst Heinrich Philipp August Haeckel pelo psiquiatra suíço Carl Gustav Jung na formulação de seu projeto de psicologia, denominado Psicologia Analítica. Para isso, foram utilizadas definições contidas na obra *Símbolos da Transformação*, além do conceito de arquétipo, que estabelecem diálogos entre os campos da biologia e da psicologia. A formação biológica de Jung, aliada a seu interesse e prática no campo da psicologia, possibilitou uma ampliação em seu modo de conceber os fenômenos que observava. A tentativa de abordar um tema tanto pelo viés biológico quanto psicológico revela não só um cuidado como, também, o compromisso com a produção de conhecimento, que, mais do que buscar engrandecer seu campo original de trabalho, pretende estabelecer o diálogo interdisciplinar. Sendo o livro *Símbolos da Transformação* a obra através da qual Jung se prontifica a divulgar suas teorias e ideias próprias, podemos depreender que ao utilizar em tal trabalho certas premissas de Haeckel o autor acaba nos revelando uma de suas importantes influências epistemológicas.

Palavras-chave: filogênese; ontogênese; interdisciplinaridade; Jung; Haeckel.

The reception of Haeckel's premises in Jung's work

Abstract

This article analyzes the appropriation of the theory of recapitulation of phylogenesis by the ontogenesis, of the biologist Ernst Haeckel, by the Swiss psychiatrist Carl Gustav Jung in the formulation of his psychology project. For this purpose, we used the definitions contained in the book *Symbols of Transformation*, and the concept of archetype, that establish dialogues between the fields of biology and psychology. The biological formation of Jung, combined with his interest and practice in the field of psychology, allowed an amplification in his way of conceiving the phenomena he observed. The attempt to address a theme, both biologically and psychologically, reveals not only care but also a commitment to the production of knowledge, which, rather than seeking to enhance its original field of work, seeks to establish interdisciplinary dialogue. Being the book *Symbols of Transformation*, the work through which Jung is prepared to divulge his own theories and ideas, we can deduce that in using in such work certain premises of Haeckel the author ends up revealing to us one of his important epistemological influences.

Keywords: phylogenesis; ontogenesis; interdisciplinarity; Jung; Haeckel.

Introdução

Este artigo está inserido na linha de pesquisa Fundamentos, Método e Clínica da Psicologia Analítica, coordenado pelo Grupo Caminhos Junguianos (GCJ) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), priorizando o debate interdisciplinar, através do diálogo de Jung com autores de diversas áreas do conhecimento, dentre os quais o biólogo Ernst Haeckel. Nesse sentido, podemos dizer que o projeto de psicologia desenvolvido por Carl Gustav Jung, designado como Psicologia Analítica, recebeu grande influência de seu conhecimento em biologia, adquirido através de sua formação médica. Em alguns conceitos utilizados pelo autor, como a ideia de arquétipo e de libido, assim como na concepção de seu consagrado teste de associação de palavras, podemos perceber o esforço de conciliação entre os pressupostos biológicos e as explicações fundadas em instâncias psíquicas.

Na autobiografia *Memórias, Sonhos, Reflexões*, Jung (1961/1990) relata ter iniciado seus estudos em medicina na Universidade da Basileia, na Suíça, em 1895, uma consequência de seus interesses pelas ciências naturais, que dividia espaço com seus estudos acerca de temas como religião e filosofia. Passado algum tempo de seu

ingresso na universidade, Jung tornou-se assistente na disciplina de anatomia e encarregado do curso de histologia, ramo da biologia que estuda a função e estrutura dos tecidos vivos. Jung diz ter se interessado pela teoria da evolução¹ e pela anatomia comparada.

Em 1899, na reta final de sua formação acadêmica, Jung ponderou a escolha pela especialização em cirurgia devido à inclinação para a anatomia, mas, devido a restrições financeiras, contentou-se com a possibilidade de trabalhar como clínico em um hospital. Ao se preparar para os exames finais, Jung entrou em contato com um manual de psiquiatria de Richard Von Krafft-Ebing, disciplina que não lhe despertava o menor interesse (JUNG, 1961/1990). De acordo com Pereira (2009), Krafft-Ebing foi o responsável por incorporar as noções de sadismo, masoquismo e fetichismo na literatura médica. O que impactou Jung, no entanto, foi a afirmação de que a psiquiatria lida com a personalidade. De acordo com Jung (1961/1990, p. 104): “num relance, como que através de uma iluminação, compreendi que não poderia ter outra meta a não ser a psiquiatria. Somente nela poderiam confluir os dois rios do meu interesse, cavando seu leito num único percurso”.

¹A teoria da evolução não é um construto único, tendo sido alvo de inúmeras abordagens ao longo dos anos. A teoria de Charles Darwin é uma das mais conhecidas e foi amplamente difundida para o público de língua alemã, segundo Winograd (2007), através das traduções realizadas pelo biólogo Ernst Haeckel. A edição de *A Origem das Espécies*, de Charles Darwin, publicada pela editora portuguesa Planeta Vivo, em 2009, possui uma seção denominada Resenha histórica, na qual realiza um levantamento das principais ideias acerca do tema evolução e origem das espécies à época que antecede a publicação de Darwin sobre o tema.

* Fonte de Financiamento: Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei.

** Endereço para correspondência: Universidade Federal de São João del-Rei. Campus Dom Bosco. Praça Dom Helvécio, 74, sala 1.53. São João del Rei, MG – Brasil. CEP: 36301160. E-mails: vf_henriques@hotmail.com, wmelojr@gmail.com



Jung nos conta que o estudo de medicina fez com que se dedicasse menos aos temas filosóficos, que lhe eram tão caros, restringindo-se a algumas leituras nos finais de semana. A possibilidade de retomada desse foco de interesse, aliada a sua prática médica, fez com que a psiquiatria parecesse uma escolha viável. Sobre isso, diz: “lá estava o campo comum da experiência dos dados biológicos e dos dados espirituais, que até então eu buscara inutilmente. Tratava-se, enfim, do lugar em que o encontro da natureza e do espírito se torna realidade” (JUNG, 1961/1990, p. 104).

De acordo com Sonu Shamdasani (2003/2005), Jung concluiu a faculdade de medicina em 1900, tornando-se médico-assistente de psiquiatra do Hospital Burghölzli, em Zurique. De início, a maior parte do trabalho de Jung consistia na dissecação e análise de cérebros no intuito de descobrir, através da anatomia, alguma causa para os transtornos mentais. Essa atividade teria se revelado pouco produtiva, fazendo com que o interesse de Jung pela anatomia cerebral fosse se esvaindo. A grande contribuição de Jung para a psiquiatria em seus tempos de médico-assistente se deu através dos testes de associação de palavras, como “instrumento que ajudasse no diagnóstico diferencial dos distúrbios mentais” (SHAMDASANI, 2003/2005, p. 60). A hipótese de Jung (1907/2013a) era a de que determinadas respostas eram frutos de perturbações do campo da consciência, advindas de associações afetivas estruturadas para além do campo da consciência. Jung denominou como complexo de tonalidade afetiva a estrutura responsável por tais perturbações. Os testes de associação renderam amplo reconhecimento a Jung.

O interesse de Jung em relação aos aspectos inconscientes levou-o ao encontro do círculo psicanalítico de Viena, com o qual romperia anos mais tarde, devido a divergências político-conceituais. Foi através do livro *A Interpretação dos Sonhos* que o psiquiatra suíço conheceu o pensamento de Sigmund Freud. A noção de inconsciente possibilitou a Jung lançar um novo olhar sobre a relação entre a base orgânica e os conteúdos psíquicos para além da formação estritamente médica.

Este artigo analisa a apropriação da teoria da recapitulação da filogênese pela ontogênese do biólogo Ernst Haeckel pelo psiquiatra suíço Carl Gustav Jung na formulação de seu projeto de psicologia. Para isso, foram utilizadas definições contidas na obra *Símbolos da Transformação* (JUNG, 1952/2013c), além do conceito de arquétipo, que estabelecem diálogos entre os campos da biologia e da psicologia.

A teoria de Haeckel

Ernst Heinrich Philipp August Haeckel foi um biólogo alemão responsável pela divulgação da lei biogenética, a teoria de que a ontogênese recapitula a filogênese que, em linhas gerais, diz que cada indivíduo de determinada espécie traz consigo a herança da forma e do comportamento de seus antecessores, transmitida geração após geração. A lei de Haeckel é postulada em 1874 em seu livro *Anthropogenie oder Entwicklungsgeschichte des Menschen*,² no qual diz

² *Antropogenia ou a história evolutiva do homem* (tradução livre).

que o feto, em seu amadurecimento, passaria por todas as etapas evolutivas referentes ao desenvolvimento de sua espécie. Essas etapas seriam preservadas através de caracteres hereditários, possuindo funções adaptativas. Haeckel teria sido “um apóstolo do darwinismo”, afirmado que “a teoria de Darwin era a chave para uma visão monista unificada do cosmos” (SHAMDASANI, 2003/2005, p. 204).

Haeckel criou o sistema filosófico conhecido como monismo, através do qual professava a unicidade da matéria, aplicando o modelo evolutivo de Darwin na compreensão do universo. Para o biólogo, as matérias orgânicas e inorgânicas não se diferenciavam, sendo que toda vida teria se originado da matéria não orgânica a partir da intervenção de uma entidade a qual chamou de monera (ELLENBERGER, 1970/1994). A afirmação de Haeckel de que teria visualizado a monera, com auxílio de um microscópio, não teria sido bem recebida em seu meio. O pensamento de Haeckel avançou para a ideia da existência de consciência em nível molecular, afirmação que, segundo Ellenberger (1970/1994), gozara de imenso prestígio à sua época, especialmente na Alemanha, sendo considerado um dos pilares na construção da chamada psiquiatria dinâmica moderna.

As ideias de Haeckel teriam cruzado não só o campo da biologia como o próprio Atlântico, sendo recebidas pelo norte-americano Stanley Hall, criador da noção de “inconsciente filogenético” (SHAMDASANI, 2003/2005, p. 208). A lei da biogenética, transferida para o campo da psicologia, encontrou terreno no estudo do desenvolvimento humano a partir de profusão de estudos envolvendo crianças. A ideia de um substrato comum de caráter hereditário também foi algo concebido por Jung em seu trabalho, o que o levou a postular as noções de arquétipo e de inconsciente coletivo.

O pensamento de Haeckel em *Símbolos da Transformação*, de Jung

Em uma carta datada de 11 de dezembro de 1911, direcionada a Sigmund Freud, Jung comenta que a análise realizada pelo criador da psicanálise a respeito de Daniel Schreber, um juiz alemão cujo caso de adoecimento psíquico fora estudado por ambos, havia suscitado algumas dúvidas sobre a aplicação da teoria da libido. Jung observava o caso Schreber pela ótica da esquizofrenia (demência precoce), distúrbio que investigara em sua parceria com o psiquiatra Eugen Bleuler, enquanto Freud visualizara na história relatada por Schreber, em seu diário, a comprovação de sua teoria da sexualidade, gerando certo incômodo em Jung (BAIR, 2003/2006). A esse respeito, observa Jung:

A perda da função de realidade na D. pr. [demência precoce] não pode ser reduzida à repressão da libido (definida como desejo sexual). Não por mim, de qualquer forma. A sua dúvida demonstra-me que, também ao seu ver, o problema não pode ser resolvido dessa maneira. Juntei agora todas as ideias sobre o conceito de libido que me ocorreram ao longo dos anos e dediquei a elas um capítulo na segunda parte do trabalho. [...] O ponto essencial é que tento substituir o conceito descritivo por um conceito *genético* da libido. Tal

conceito abrange não apenas a libido sexual recente, mas todas aquelas formas de libido que há muito se dividiram em atividades organizadas. Um pouquinho de biologia era inevitável aqui (McGUIRE, 1976, p. 537, grifo do autor).

Nessa carta, Jung se refere ao livro *Símbolos da Transformação*, o qual se encontrava em processo de formulação. Ao analisar a relação de Jung e Freud nesse período, Bair (2003/2006) chama a atenção para o conflito que a proposta de expansão do conceito de libido, por parte de Jung, gerara entre os dois pensadores. Em uma nota de rodapé, a biógrafa diz que, ao buscar um conceito genético para embasar sua proposta de libido, utilizando-se da biologia, Jung estaria se pautando nas premissas de Haeckel acerca da recapitulação da filogenia pela ontogenia. A biógrafa diz, ainda, que Jung “usou algumas das ideias de Haeckel em *Wandlungen* [*Símbolos da Transformação*], mas não o citou especificamente” (BAIR, 2003/2006, p. 540).

No capítulo dedicado ao conceito de libido, Jung (1952/2013c, p. 165) a define como energia psíquica que “filogeneticamente são as necessidades físicas como fome, sede, sono, sexualidade, e os estados emocionais, os afetos”. Jung (1952/2013c, p. 166) segue sua descrição dizendo que os fatores que compõem a energia psíquica tiveram sua origem em “formas primitivas mais simples [que sofreram deslocamentos na] série ascendente dos animais”. Nessas passagens, podemos perceber uma clara apropriação do pensamento biológico evolutivo de Haeckel por Jung.

Além da formulação de seu conceito de libido, Jung aborda o tema da existência de dois tipos de pensamento: o pensamento dirigido e o pensamento fantasia. O pensamento dirigido é voltado para a assimilação da realidade de modo objetivo, ordenando os fatos por meio de sucessões causais com auxílio da linguagem. O pensamento fantasia é expresso através dos sonhos e outras formas de imagens criadas espontaneamente pelo inconsciente. Na primeira edição de *Símbolos da Transformação* o pensamento dirigido é descrito como estando voltado para a adaptação, enquanto o pensamento fantasia não cumpriria esta função. Na quarta edição, porém, Jung acrescenta uma nota de rodapé dizendo que o pensamento fantasia também cumpriria esta função, pois no inconsciente também haveria “forças e conteúdos criativos” (JUNG, 1952/2013c, p. 39).

A concepção de dois tipos de pensamento também aproxima Jung da teoria biogenética de Haeckel. O pensamento fantasia é visto por Jung como uma faculdade fundamental do homem primitivo. Ao postular a existência de um substrato comum em nosso psiquismo, no qual herdamos a potencialidade do comportamento e das expressões humanas, o pensamento fantasia seria uma função que nos fora repassada, ora concorrendo ora complementando o pensamento dirigido, adquirido com o passar do tempo. O interesse de Jung pelos povos primitivos reside na ideia de podermos averiguar, a partir da compreensão dos elementos que rodeiam suas ações, a estrutura de nossa psique. Os estudos acerca da mitologia e do folclore surgiriam como uma busca pela compreen-

são da linguagem, na qual esse tipo de pensamento se manifestaria: os símbolos. Em carta datada de novembro de 1909, Jung diz a Freud:

Um dos motivos que me levaram a deixar de escrever por tanto tempo foi que passei as minhas noites imerso na história dos símbolos, i.e., na mitologia e na arqueologia. Andei lendo Heródoto, onde achei coisas maravilhosas (p. ex., Livro II, culto de Papremis). Agora estou lendo os 4 volumes do velho Creuzer, nos quais há uma mina de material. Todo meu interesse pela arqueologia (latente há anos) voltou de novo a se manifestar. Aqui se encontram fontes valiosas para a fundamentação filogenética da teoria da neurose (McGUIRE, 1976, p. 310).

Em outra carta, também para Freud, datada de dezembro de 1909, Jung segue comentando sobre a importância dos estudos mitológicos na compreensão filogenética da psique:

Tornou-se-me absolutamente claro que não desvendaremos os segredos finais da neurose e da psicose sem a mitologia e a história da civilização, pois a embriologia vai de par com a anatomia comparada e sem a última a primeira não passa de uma contrafação da natureza que permanece incompreendida no âmago (McGUIRE, 1976, p. 333).

Dessa maneira, mais do que propor um método de compreensão dos conteúdos inconscientes do psiquismo, Jung estava iniciando a formulação de uma fenomenologia da psique, buscando nos próprios conteúdos manifestos a razão de ser dessa camada coletiva.

A noção de arquétipo na obra de Jung

As concepções de arquétipo e de inconsciente coletivo são indissociáveis. Sobre o inconsciente coletivo, Jung (1936/2012d) diz se tratar de uma matriz psicológica comum a todo ser humano, não sendo pessoal, mas herdada e de cunho universal. Os conteúdos do inconsciente coletivo são os arquétipos, estruturas inatas de percepção e apreensão do mundo. A construção dos conceitos de arquétipo e de inconsciente coletivo por Jung remonta, segundo Shamdasani (2003/2005), à proposta de investigação a que o psiquiatra suíço estava se dedicando por volta de 1909: a tentativa de estabelecer as bases filogenéticas da teoria das neuroses. Assim como os estudos de filogenia, embriologia e anatomia comparada constituíam o conjunto a partir do qual seria possível, para a biologia, investigar as origens do comportamento humano, Jung estaria procurando, envolto pelo pensamento biologicista de sua época, um meio pelo qual fosse possível compreender o psiquismo e seus conteúdos, pautando-se na ideia da existência de estruturas psíquicas que foram sendo desenvolvidas e, posteriormente, transmitidas.

Um dos principais motivos que teria levado Jung a propor tal raciocínio fora o surgimento de conteúdos mitológicos, não pessoais, na fala de um paciente que discursava sobre a presença de um falo que pendia do sol, origem do vento. Alguns anos após esse relato, Jung se deparou com um manuscrito mitológico que versava sobre o mesmo tema: a origem do vento a partir do sol. O manuscrito havia sido descoberto e traduzido posteriormente, o que implicaria admitir que o paciente de Jung não possuía conhecimento consciente sobre o tema. Des-

sa maneira, Jung (1952/2013c) postulou que parte dos conteúdos de nossa psique tinha como base estratos em comum com a história da humanidade, que se expressavam em uma linguagem própria: simbólica e mitológica.

Em 1936, Jung ministrou uma palestra na Sociedade Abernethiana, no Hospital de São Bartolomeu, em Londres, posteriormente publicada com o título de *O conceito de inconsciente coletivo*, para esclarecer esta noção. Nessa conferência, Jung (1936/2012d, p. 53) diz que os instintos são “forças motrizes especificamente formadas, que perseguem suas metas inerentes antes de toda conscientização, independentemente do grau de consciência”. Partindo desse postulado inicial, Jung sugere que os arquétipos seriam expressões imagéticas dos instintos. Ressalta, ainda, que os arquétipos não trazem consigo um conteúdo dado, sendo, antes de tudo, “formas sem conteúdo” (JUNG, 1936/2012d, p. 57), possibilidades de percepção e de ação. A ideia do arquétipo como expressão do instinto aproxima Jung da noção biogenética de Haeckel, pois diz de uma estrutura herdada comum a toda espécie que possui função adaptativa.

Algumas passagens da obra de Jung evidenciam aproximações com a proposta de Haeckel. Em artigo intitulado “Aspectos gerais da psicologia do sonho”, Jung (1928/2013b, p. 197) diz que “o pensamento onírico é uma forma filogenética anterior de nosso pensamento [e que] nosso organismo conserva os traços de sua evolução filogenética, [sendo que] o mesmo se dá com o espírito humano, [e] nada há de espantar quanto à possibilidade de que a linguagem figurada dos sonhos seja um vestígio arcaico de nosso pensamento”. Outra afinidade com o pensamento de Haeckel aparece no livro *A energia psíquica*, no qual Jung (1928/2012a, p. 65-67, grifo do autor) diz:

Da disposição embrionária infantil surgirá posteriormente o ser humano *inteiro*, razão pela qual a disposição embrionária não é pura sexualidade, da mesma maneira que a psique do ser humano adulto não o é. Além disso, essa disposição embrionária não contém unicamente o começo de uma vida adulta, mas também toda a herança da série de antepassados, de extensão indefinida. Essa herança ancestral compreende não só os instintos provenientes, lá atrás, do estágio animal, mas também todas as diferenciações que legaram traços hereditários.

Costuma-se encarar com ceticismo esse tipo de hipótese porque acreditam tratar-se de “ideias herdadas”. É óbvio que nem sequer podemos pensar nisso. Trata-se antes de possibilidades de pensamentos herdados, de “trilhas”, que foram formando com o acúmulo gradual das experiências dos ancestrais.

Negar a constituição hereditária dessas trilhas seria o mesmo que negar a constituição hereditária do cérebro. Para serem coerentes, tais pessoas deveriam defender a tese de que a criança nasce com um cérebro de macaco. Mas como ela nasce com um cérebro humano, esse cérebro mais cedo ou mais tarde vai começar a funcionar como humano, e vai começar necessariamente no nível dos mais recentes antepassados.

Outra passagem da obra de Jung que evidencia a aproximação de seu pensamento com a teoria da recapitulação da filogênese pela ontogênese pode ser encontra-

da na segunda das cinco conferências que apresentou em Londres no ano de 1935, que ficaram conhecidas como as conferências de Tavistock. Ao falar sobre análise de sonhos, Jung (1935/2012c, p. 56) diz:

Nossa mente tem sua história, bem como nosso corpo. Pode-se às vezes ficar intrigado pelo fato de o homem ter um apêndice. Para que serve? Bem, ele nasceu assim, e acabou-se. Milhões de pessoas não sabem que têm um timo, mas isso não impede que ele exista. Também não sabem que, em certa parte, sua anatomia pertence à espécie dos peixes, entretanto é assim. Nossa mente inconsciente, bem como nosso corpo, é um depositário de relíquias e memórias do passado. Um estudo da estrutura do inconsciente coletivo revelaria as mesmas descobertas que se fazem em anatomia comparada.

Em uma conferência realizada na Sociedade de Filosofia Livre, em 1937, na Alemanha, Jung (1937/2012e, p. 41) apresentou o artigo “Alma e terra”, no qual diz:

De acordo com a lei filogenética, recapitulamos, em nossa infância, reminiscências da pré-história da raça e da humanidade em geral. Filogeneticamente, procedemos e evoluímos dos obscuros confins da terra. Por isso os fatores que mais nos afetaram se transformaram em arquétipos e são estas imagens primordiais que nos influenciam mais diretamente e por isso também parecem ser as mais poderosas.

Embora no artigo “Sobre os arquétipos do inconsciente coletivo”, Jung (1934/2012b, p. 13) enuncie ter retirado o termo arquétipo de pensadores como os filósofos clássicos Platão e Filo Judeu, assim como de Santo Agostinho e do bispo Irineu de Lyon, que utilizavam o termo para tratar de “tipos arcaicos – ou melhor – primordiais, isto é, de imagens universais que existiram desde os tempos mais remotos”, não podemos deixar de considerar que a teoria dos arquétipos parece ter se beneficiado dos postulados biogenéticos de Haeckel. A ideia do surgimento de estruturas de apreensão da realidade, que se fazem presente em todo indivíduo da espécie humana, contendo vestígios de modos de atuação e atualizando a experiência humana com base na linguagem simbólica, coaduna-se perfeitamente com as disposições da lei biogenética.

Ambas as propostas, a da existência de arquétipos e a da recapitulação da filogênese pela ontogênese, sofreram retaliações. Shamdasani (2003/2005) afirma que Jung fora acusado de operar conceitos de teor lamarckista e de propor a tese da possibilidade de transmissão de ideias por meio de processos hereditários. Apesar de Jung ressaltar que os arquétipos não representam conteúdos, mas apenas a forma para que o conteúdo possa ser apreendido, tal alegação se manteve entre os críticos de suas proposições.

O mesmo acontece com Haeckel. Richards (2009) nos conta que ainda hoje há a tentativa de desmerecimento da teoria de Haeckel, pautando-se em uma possível fraude em seus experimentos com embriões, nos quais teria omitido algumas estruturas anatômicas a fim de proteger suas alegações. Contudo, a lei biogenética possuiria tanto adeptos quanto desafetos, revelando diferentes correntes do estudo em embriologia.

O pensamento de Haeckel ecoa nas proposições de Jung até meados da década de trinta, mas podemos assegurar que se restringe à qualidade de ilustração dos postulados do psiquiatra suíço. Xavier (2012, p. 151) diz que, apesar de não abrir “mão de seu porto seguro em uma concepção de natureza unificada”, Jung não pode ser considerado nem monista nem dualista, pois “mantinha-se atento às diversas antinomias” existentes na psique. Xavier sugere a ideia de complementariedade, cunhada pelo físico Niels Bohr, para compreendermos os postulados de Jung, no qual monismo e dualismo parecem conversar. Desse modo, podemos pensar que a recepção das teorias de Haeckel na obra de Jung constitui-se como um evento circunscrito, uma parcela ilustrativa que ganhou importância em determinados momentos da obra de Jung.

A formação biológica de Jung, aliada a seu interesse e prática no campo da psicologia, possibilitou uma ampliação em seu modo de conceber os fenômenos que observava. A tentativa de abordar um tema tanto pelo viés biológico quanto psicológico revela não só um cuidado como o compromisso com a produção de conhecimento, que, mais do que buscar engrandecer seu campo original de trabalho, pretende estabelecer o diálogo interdisciplinar.

Referências

- BAIR, Deirdre. *Jung, uma biografia* (2003). São Paulo: Globo, 2006. v. 2.
- ELLENBERGER, Henri F. *The discovery of the unconscious: the history and evolution of dynamic psychiatry* (1970). London: Fontana, 1994.
- HAECKEL, Ernst. *Anthropogenie oder Entwicklungsgeschichte des Menschen*. Leipzig: Engelmann, 1874.
- JUNG, Carl Gustav. *Memórias, sonhos, reflexões* (1961). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- JUNG, Carl Gustav. *A energia psíquica* (1928). Petrópolis, RJ: Vozes, 2012a.
- JUNG, Carl Gustav. Sobre os arquétipos e o inconsciente coletivo (1934). In: _____. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012b. p. 11-50.
- JUNG, Carl Gustav. Fundamentos de Psicologia Analítica (1935). In: _____. *A vida simbólica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012c. v. 18/1, p. 13-200.
- JUNG, Carl Gustav. O conceito de inconsciente coletivo (1936). In: _____. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012d. p. 51-62.
- JUNG, Carl Gustav. Alma e terra (1937). In: _____. *Civilização em transição*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012e. p. 38-59.
- JUNG, Carl Gustav. O complexo de tonalidade afetiva e seus efeitos gerais sobre a psique (1907). In: _____. *Psicogênese das doenças mentais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013a. p. 48-62.
- JUNG, Carl Gustav. Aspectos gerais da psicologia do sonho (1928). In: _____. *A natureza da psique*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013b. p. 186-234.
- JUNG, Carl Gustav. *Símbolos da transformação* (1952). Petrópolis, RJ: Vozes, 2013c.
- McGUIRE, William. *Freud e Jung: correspondência completa*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- PEREIRA, Mário Eduardo Costa. Krafft-Ebing, a Psychopathia Sexualis e a criação da noção médica de sadismo. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 379-386, 2009. [CrossRef](#)
- RICHARDS, Robert J. Haeckel's embryos: fraud not proven. *Biol. Philos.*, n. 24, p. 147-154, 2009. Disponível em: <http://home.uchicago.edu/~rjr6/articles/Haeckel--fraud%20not%20proven.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2015.
- SHAMDASANI, Sonu. *Jung e a construção da psicologia moderna: o sonho de uma ciência* (2003). Aparecida: Idéias & Letras, 2005.
- WINOGRAD, Monah. Freud e a filogenia anímica. *Revista do Departamento de Psicologia - UFF*, Niterói, v. 19, n. 1, p. 69-81, 2007. [CrossRef](#)
- XAVIER, Cesar Rey. *A Psicologia e o problema mente-corpo: uma nova proposta para a imponderável epistemologia da consciência*. Curitiba: Juruá, 2012.

Recebido em: 23 de novembro de 2015

Aceito em: 8 de novembro de 2018

Um olhar sobre a “vivência” através do seu autor: conceitos e traduções na obra de Vigotski

Daniel Luiz Poio Roberti^{Orcid}★

Universidade Federal Fluminense, Angra dos Reis, RJ, Brasil

Resumo

Quase 80 anos depois da morte de Vigotski, o grande público de intelectuais do campo da psicologia e da pedagogia fica com a sensação de desconhecimento sobre o pensamento desse autor; muito em função dos problemas de tradução dos seus textos em russo para outras línguas. A parte das edições estrangeiras dessas obras aconteceu durante o período de disputa ideológica entre EUA e URSS; e, mesmo em seu país, a produção científica de Vigotski foi retaliada pelo governo de Joseph Stalin. Hoje em dia, ainda há textos desse pensador que não foram publicados em russo. O presente artigo se pauta por um recorte teórico dentro da extensa produção acadêmica de Lev Vigotski. Este ensaio pretende discutir os conceitos de “vivência” nas obras de Vigotski. A palavra “vivência” é uma tradução para a língua portuguesa do vocábulo *perejivanie*, do idioma russo. Vigotski, em seus textos, também utiliza a palavra *opit* (experiência, em português), mas com um sentido distinto. A pesquisa defende que o conceito de “vivência” contribui para que os estudiosos da educação interpretem toda ação humana como portadora de uma certa atividade criativa.

Palavras-chave: Vigotski; vivência; atividade criadora.

A look at the “experience” by its author: concepts and translations in the work of Vygotsky

Abstract

Almost 80 years after Vygotsky's death, the great public of intellectuals in the field of psychology and pedagogy gets the feeling of ignorance about the thought of this author; much due to the problems of translating his texts in Russian into other languages. Part of the foreign editions of these works occurred during the period of ideological dispute between US and USSR; and even in his country, the scientific production of Vygotsky was retaliated by the government of Joseph Stalin. Nowadays, there are still texts of this thinker that have not been published in Russian. The present article is based on a theoretical cut within the extensive academic production of Lev Vygotsky. This essay aims to discuss the concepts of “experience” in Vygotsky's works. The word “experience” is a translation into the Portuguese language of the word *perejivanie*, from the Russian language. Vygotski, in his texts, also uses the word *opit* (“experience”, in Portuguese), but with a different meaning. The research argues that the concept of “experience” contributes to education scholars interpret all human action as having a certain creative activity.

Keywords: Vygotsky; experience; creative activity.

Introdução

Lev Semionovich Vigotski foi um importante psicólogo bielorrusso que nasceu em 1896 e morreu em 1934. Ele fez parte de um grupo, ao lado dos intelectuais soviéticos A. R. Luria e A. N. Leontiev, que fundou a teoria Histórico-Cultural. Estes pesquisadores buscaram unir ontogênese e filogênese numa mesma escala histórica. Esta introdução é uma breve apresentação da vida e obra de Vigotski, que poderia ter sido tirada dos mais de 860.000 verbetes do *Google* em que aparece o nome deste autor. Mas acreditamos que poucas pessoas sabem sobre os pormenores acadêmicos da vida do intelectual bielorrusso. Os textos de Vigotski foram proibidos no seu país de origem por mais de 20 anos. A sua primeira reedição estrangeira aconteceu nos EUA, durante a Guerra Fria e, talvez por isso, o seu pensamento tenha sido tão lido, debatido e censurado no mundo ocidental capitalista.

Quase 80 anos depois da morte de Vigotski, o grande público de intelectuais do campo da psicologia e da pedagogia fica com a sensação de desconhecimento sobre o pensamento desse autor, muito em função dos problemas de tradução dos seus textos em russo para outras línguas.

A parte das edições estrangeiras dessas obras aconteceu durante o período de disputa ideológica entre EUA e URSS; e, mesmo em seu país, a produção científica de Vigotski foi retaliada pelo governo de Joseph Stalin. Hoje em dia, ainda há textos deste pensador que não foram publicadas em russo. São cerca de dez volumes que estão para serem traduzidos em diversas línguas.

O presente artigo se pauta por um recorte teórico dentro da extensa produção acadêmica de Lev Vigotski. Este ensaio pretende discutir os conceitos de *perejivanie* (vivência, em português) e *opit* (experiência, em português) e suas traduções do russo para o português. Buscamos entender o que alguns tradutores da obra de Vigotski chamaram de “experiência”.

A professora Zoia Prestes (2010), que dedicou uma tese¹ para compreender os conceitos de Vigotski vertidos para o português, nos informa que as primeiras traduções da palavra em russo *perejivanie* foram para as línguas inglesa (*experience*) e espanhola (*experiencia*). Acreditamos que o significado da palavra *perejivanie* é muito mais complexo do que o vocábulo experiência e suas derivações para outras línguas, escolhido a título de interpretação das ideias de vigotskianas.

* Endereço para correspondência: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Educação de Angra dos Reis, IEAR. Avenida do Trabalhador, 179, Verolme – Angra dos Reis, RJ – Brasil. CEP: 23914-360. Email: daroberti@yahoo.com.br

¹ O título da tese é *Quando não é quase a mesma coisa: análise de traduções de Lev Semionovich Vigotski no Brasil – Repercussões no campo educacional*.



As primeiras traduções de Vigotski no mundo e no Brasil

Grande parte dos autores da teoria Histórico-Cultural foi perseguida pelo regime socialista soviético entre os anos 1920 e 1930 do século passado. Vigotski faleceu no ano de 1934; suas obras foram censuradas pelo governo de Stalin dois anos após sua morte. As pesquisas de Vigotski foram reeditadas na URSS e ao mesmo tempo nos EUA, no ano de 1955. Sendo assim, a primeira edição de um livro de Vigotski, fora da URSS, foi no Japão, em 1962, sob o título *Shiko to genko*, no mesmo ano em que é lançado *Thought and language* nos EUA, editado por John Wiley & Sons (VIGODSKAIA; LIFANOVA, 1996, p. 411 apud PRESTES, 2010, p. 65-66).

No Brasil, o pensamento vigotskiano chega primeiro através de pesquisadores brasileiros que o citam a partir da obra *Michlenie i retch*, editada nos EUA por John Wiley & Sons, em 1962, e, em Portugal, pela Editora Antídoto no ano de 1979 (PRESTES, 2010, p. 66-67). Mas a primeira edição brasileira de um livro de Vigotski aconteceu somente no ano de 1987. Ele foi traduzido por Jefferson Luiz Camargo da versão inglesa de *Michlenie i retch* para o português. A obra recebeu o título no Brasil de *Pensamento e Linguagem*. Zoia Prestes (2010, p. 67) comenta que a edição de 1987 cometeu uma “violência com a produção científica de um pensador” e talvez possa ser considerada uma das maiores “agressões” sofridas por uma obra de Vigotski.

O livro *Pensamento e Linguagem*, de 1987, sofreu uma série de modificações em seus capítulos, com supressão de citações, capítulos e páginas inteiras por parte dos editores. Prestes chega a denunciar uma certa censura num capítulo especial em que Vigotski tece críticas a Jean Piaget sobre os problemas do pensamento e da fala na infância. O capítulo original do russo tinha 54 páginas, e a versão inglesa ficou com apenas 19 páginas. Os comentários de Piaget, que aparecem na obra em russo, desapareceram na tradução para o inglês. O professor Newton Duarte (2004, apud PRESTES, 2010, p. 68), que faz parte de um grupo de críticos das traduções e apropriações indevidas do pensamento de Vigotski no Brasil, fez uma interessante observação sobre a atualização do pensamento do escritor soviético:

[...] Se as ‘discussões polêmicas’ foram consideradas de ‘pouco interesse para o leitor contemporâneo’, então a cada nova edição o texto de Vigotski deveria ser ‘atualizado’? Os textos de todos os autores clássicos, de séculos passados, deveriam ser atualizados constantemente? O leitor não tem o direito de decidir por si mesmo o que lhe interessa ou não no texto de um determinado autor?.

A produção científica de Vigotski sofreu deturpações e censuras em diversas línguas em que suas obras foram traduzidas. Mesmo em seu país de origem, seus trabalhos foram proibidos por mais de 20 anos.

Mas o que é traduzir?

A professora Zoia Ribeiro Prestes (2010), em pesquisa de doutorado, propôs investigar a atividade de tradução em meio às obras do professor Lev Vigotski publicadas em português. A pesquisadora encontrou uma série de

equivocos nas traduções do russo para o português, inglês e espanhol. Para a nossa investigação, a relevância dessa tese decorre de ela discutir como se dá o ato de traduzir e a opção que os tradutores fizeram pelo conceito de “experiência” no lugar do original em russo, *perejivanie*.

Prestes (2010, p. 88) acredita que não exista uma posição “unânime” entre os estudiosos do assunto sobre o que seja a tradução, mas sim dois tipos de encaminhamentos teórico-metodológicos que seguem direções opostas. Eles são divididos entre aqueles que enxergam a atividade como facilitadora do acesso do povo estrangeiro à cultura de um país distante e os que “menosprezam” a função, creditando à aprendizagem da língua a melhor forma para compreender os escritos originais. A autora ainda discute a diferença entre tradução literária e científica, apontando que a última deve ser realizada por um profissional estudioso da ciência a ser vertida.

Alheio a essa discussão, mas nem tanto,² Vigotski acredita que a tradução é uma atividade criadora ou combinatória,³ porque o tradutor, através da sua experiência, ou seja, do acesso ao acervo cultural de que dispõe, apresenta a possibilidade de criar. Para o autor bielorrusso, quanto maior a “experiência” que o tradutor tem, maior a sua capacidade de criar. Traduzir e criar são atividades homônimas para Vygotsky (VYGOTSKY; LURIA, 1996, p. 14), segundo o qual o cérebro (humano) “não é apenas o órgão que conserva e reproduz nossa ‘experiência’ anterior, mas também o que combina e reelabora, de forma criadora, elementos da “experiência” anterior, erigindo novas situações e novo comportamento”.⁴

Experiência e/ou vivência em Vigotski⁵

A nossa pesquisa se preocupou em compreender os conceitos de “experiência” e “vivência” nas obras de Vigotski; para isso, os textos e livros da sua bibliografia mais consultados foram: *Voobrajenie e tvortchestvo v detskom vozraste (Imaginação e criação na infância [VIGOTSKI, 2009])*, *Etiudi po istorii povedenia. Obeziana, Primitivij. Rebionok (Estudos sobre a história do comportamento: o macaco, o primitivo, a criança [VIGOTSKI; LURIA, 1996])*, *Krizis semi liet (A crise dos sete anos [VIGOTSKI, 2006a])*, *Psirrologiia iskusstva (Psicologia da arte [VIGOTSKI, 1999])* e *Problema sredi v pedologuii (Quarta aula: a questão do meio na pedologia [VINHA; WELCMAN, 2010])*. Para entendermos a complexidade de “experiência” e “vivência” no

²Prestes cita o especialista em tradução Octávio Paz, que, assim como Vigotski, acredita na tradução como atividade de verter do original a nova língua, originando o poder de criação.

³Tomasello (2003) toma essa capacidade ontológica do sujeito de fazer parte e apropriar-se da cultura humana como “efeito catraca”, e Corsaro (2011) discute essa mesma ideia dentro do conceito de reelaboração interpretativa. Aliás, tem um texto interessante da professora Zoia Prestes (2013) que contribui para elucidar os diferentes ou semelhantes pontos de vista entre a Sociologia da Infância, no qual Corsaro se envolve, e a teoria Histórico-Cultural, de que Vigotski fez parte.

⁴Em sua tese, a professora Zoia Prestes (2010, p. 77) apresenta uma citação muito parecida com esta, retirada do livro *Voobrajenie e tvortchestvo v detskom vozraste (Imaginação e criação na infância [VIGOTSKI, 2009])*.

⁵O termo “vivência” (em russo *perejivanie*) foi traduzido no Brasil pelo professor Paulo Bezerra (VIGOTSKI, 2001) como emoção e sentimento, e em inglês por *experience* (experiência, em português) (MINICK, 1987).

pensamento de Vigotski, acreditamos na premissa de que podemos estudar, ao mesmo tempo, os conceitos vigotkianos de “material” e “forma”.

Vigotski (1999), no livro *Psicologia da Arte*, discute a relação entre “material” e “forma”⁶ nos diversos gêneros literários. Os dois conceitos são elementos básicos que se encontram dentro da produção literária. Segundo o professor bielorrusso, “material” é um conceito que serve como base, estrutura ou suporte para a atividade criativa. O escritor de obras literárias usa as relações cotidianas, “experiências” e o ambiente social, ou seja, o que existia antes da sua criação artística e vai continuar existindo, independente dela (VIGOTSKI, 1999). A “forma” tem a ver com o ato criativo do narrador de organizar esse “material” com a intenção de provocar uma reação estética no leitor.

Não é à toa que Vigotski defende o protagonismo da criação artística em relação ao usuário e do próprio autor da obra de arte, e para isso ele coloca em relevo as palavras “mínimo” e “forma” ao longo da sua pesquisa. Vigotski (1999, p. 42) elucidou a relação entre “mínimo” e “forma” quando disse que

[...] a diferença entre um regente genial e um medíocre na execução da mesma peça musical, a diferença entre um pintor genial e um copiador absolutamente preciso de seu quadro resume-se inteiramente a esses elementos infinitamente pequenos da arte, que pertencem à correlação dos seus componentes, isto é, aos elementos formais. A arte começa onde começa o mínimo, e isto equivale a dizer que a arte começa onde começa a forma.

Portanto, as palavras “mínimo” e “forma” são usadas como sinônimas no livro *Psicologia da arte* (VIGOTSKI, 1999).⁷ Elas são categorias que se sobressaem na análise da produção artística. Toda a criação na arte tem uma estrutura e uma lógica própria que a explica. Vigotski, com o uso dessas categorias, quis dizer que os artistas e os apreciadores de arte compartilham dos mesmos acontecimentos sociais e contexto histórico da produção artística, por isso ele defende que a obra de arte ganha vida e se desprende do processo criativo.⁸

Perejivanie (vivência, em português) é uma palavra relevante para a teoria Histórico-Cultural. Há relatos (PRESTES, 2010) de que este conceito científico provocou um embate epistemológico entre Leontiev e Vigotski. Este definiu “vivência” como:

⁶ Vigotski (1999) usa os termos “fábula” e “enredo” como sinônimos, respectivamente, de “material” e “forma” ao longo do livro *Psicologia da arte*.

⁷ Neste livro aparece uma história narrada por Tolstói sobre o pintor Briulov que nos ajuda a entender a relação do “mínimo” na obra de arte: “ao corrigir o estudo de um aluno, Briulov deu um leve toque em algumas partes, e o estudo ruim e morto de repente ganhou vida. ‘Vejam, bastou um mínimo toque e tudo mudou’, disse um dos alunos. A arte começa onde começa esse mínimo, disse Briulov” (VIGOTSKI, 1999, p. 41).

⁸ Vigotski, ao longo do seu livro, explica que o processo de criação artística envolve o que ele chamou de “o social em nós”, ou seja, o artista e o apreciador da produção artística compartilham todo o contexto histórico e social da produção artística. Vigotski propôs estudar a fábula em sua pesquisa e identificou algumas características gerais que sempre aparecem neste gênero literário. Por exemplo, o fabulista (artista) escolhe determinado animal como personagem na história, a partir de suas características psicológicas. É a raposa considerada um animal astuto e rápido ou o corvo que aparece como um bicho de aspecto desagradável. A fábula só tem a capacidade de contar o seu enredo, porque o autor e o seu leitor já conhecem esses perfis psicológicos previamente. A força da fábula se encontra na falta de necessidade em explicar as características comportamentais dos “personagens-animais” literários.

uma unidade na qual, por um lado, de modo indivisível, o meio, aquilo que se vivencia está representado – a vivência sempre se liga àquilo que está localizado fora da pessoa – e, por outro lado, está representado como eu vivencio isso, ou seja, todas as particularidades da personalidade e todas as particularidades do meio são apresentadas na vivência, tanto aquilo que é retirado do meio, todos os elementos que possuem relação com dada personalidade, como aquilo que é retirado da personalidade, todos os traços de seu caráter, traços constitutivos que possuem relação com dado acontecimento. Dessa forma, na vivência, nós sempre lidamos com a união indivisível das particularidades da personalidade e das particularidades da situação representada na vivência (VIGOTSKI, 1999, p. 686).

A leitura que Leontiev (2007) fez do conceito de *perejivanie* leva a crer que o pensamento de Vigotski segue uma base epistêmica interacionista. A. N. Leontiev acredita que o ambiente social e as peculiaridades do indivíduo entram em interação, mas mantêm uma relação de independência um com outro. Acreditamos que Vigotski não entendia *perejivanie* dessa forma, e o cerne da questão, para a compreensão desse conceito, passa pela tal relação, antes descrita, de independência entre ambiente social e particularidade do sujeito. “Unidade” é um dos conceitos-chave do pensamento de Vigotski. “Unidade” é um conceito que se relaciona diretamente com o de *perejivanie* e que nos ajudou a compreender uma certa contradição na crítica de Leontiev à Vigotski.

[...] Pero precisamente a causa de que la personalidad representa una unidad y actúa como un todo único, destaca desigualmente en el desarrollo unas u otras funciones, diversas y relativamente independientes entre sí. Estas tesis – la diversidad de funciones relativamente independientes en el desarrollo y la unidad de todo el proceso de desarrollo de la personalidad – no solo no se contradicen, sino, como demostró Stern, se condicionan mutuamente. [...] Lo mismo que la personalidad, el intelecto representa, sin duda alguna, un todo único, pero una unidad estructural homogénea y simples, sino diversa e compleja (VIGOTSKI, 2006b, p. 23-24).

Neste trecho, Vigotski explica a relação simples e ao mesmo tempo diversa entre a construção da personalidade e o desenvolvimento das funções motoras do corpo. Assim como “unidade”, “vivência” é esse todo único, homogêneo, mas complexo e independente entre si. “Vivência” é essa relação de “unidade”, ao mesmo tempo independente e inseparável do sujeito e do meio social. Por isso, não é uma relação de interação, como afirmava Leontiev; não existe meio em absoluto sem a presença do indivíduo que o interprete (PRESTES, 2010).

Perejivanie e “unidade” são conceitos que devem ser discutidos conjuntamente, assim como o de “forma”, que, como já dissemos, faz parte do pensamento vigotkiano. Acreditamos que a “vivência” (ou forma) é o uso consciente da “experiência” (ou material), acumulada pelo sujeito, como ato criativo do novo no mundo. Agora, aprofundaremos o conceito de “experiência” em Vigotski.

Opit (experiência, em português) é uma palavra completamente diferente de *perejivanie* em russo. O professor Holbrook Mahn (2007 apud PRESTES, 2010) discute

que não existe uma palavra em inglês que possa traduzir *perejivanie*, mas *opit* pode ser vertido do russo para o inglês com o uso da palavra *experience*.

Opit é um conceito do campo da psicologia que não foi criado por Vigotski e nem pelo grupo de estudiosos da teoria Histórico-Cultural. Vigotski (2004) discute um pouco esse termo em sua obra *Pedagogičeskaia psirologiia (Psicologia Pedagógica)*. É um livro em que o autor bielorrusso propõe estudar a psicologia em meio às práticas educacionais que contribuiriam para o desenvolvimento de uma nova sociedade socialista soviética. Vigotski discute o surgimento da psicologia positivista contrária às propostas teóricas da psicologia metafísica. A psicologia positivista ou empírica se baseava na “experiência”.

A professora Zoia Prestes (2010) relata que, no livro *Imaginação e criação na infância*, Vigotski discute a importância da brincadeira para a criança, pois, segundo ele, é nesta situação que ela aprende as regras sociais que estão presentes na vida real. Quando a criança brinca de imitar um adulto, ela não reproduz por completo cada ato, comportamento e atitude deste adulto. A criança cria, numa brincadeira de imitar. Ela coloca a sua marca de criação, combinando situações da realidade e sua “experiência”. A palavra “experiência” aparece novamente na teoria de Vigotski. Mas que “experiência” é essa de que o autor fala?

Acreditamos que o conceito de “experiência”, dentro do pensamento de Vigotski, leva em conta o processo de quantificação numa escala linear de amadurecimento do indivíduo ao longo do seu processo histórico. A “experiência” é uma atividade acumulativa em que o sujeito mais experiente é aquele que está mais avançado (mais velho) nas fases do desenvolvimento humano. O conceito de “experiência” pode ser vinculado ao de “material”. Para Vigotski, “material” é um dos suportes que constituem a atividade de criação humana. Assim como “experiência”, “material” fornece subsídios sociais para a criação humana; a partir desses elementos da história progressiva do homem, o indivíduo aumenta a sua gama de possibilidades de interpretar, combinar e criar algo novo no mundo.

Conclusão

Este ensaio apresenta avanços e limites na discussão da teoria de Vigotski. Os avanços ficaram em torno de desmistificar a visão interacionista da teoria de Vigotski; invólucro que encapsulou o pensamento desse autor, tanto no seu país de origem como nas traduções de seus textos para o mundo ocidental. Apresentamos a história das traduções do conceito de *perejivanie* em português e propusemos um renovado debate à luz da “unidade” dos conceitos vigotskianos em prol do desenvolvimento de um novo conhecimento sobre a palavra *perejivanie*.

Os limites do artigo apontam para a necessidade de sairmos da “zona de estabilidade” em que se encontra o significado da palavra “vivência”, dentro do pensamento de Vigotski. Significado e sentido para o pensador bielorrusso não são a mesma coisa. “O sentido da palavra é sempre complexo, e possui várias zonas de estabilidade diferentes. O significado é somente uma das zonas daquele sentido que a palavra adquire no contexto de al-

guma fala e, além do mais, uma zona mais estável, mais unificada e precisa” (VIGOTSKI, 1999, p. 328 apud PRESTES, 2010, p. 81). Buscamos um novo sentido para “vivência” em que possamos ao mesmo tempo criar e explicar a realidade à nossa volta.

Referências

- CORSARO, William A. *Sociologia da infância*. São Paulo: Penso, 2011.
- LEONTIEV, Alexis Nikolaevich (Org.). *Slovar L. S. Vigotskogo*. Moska: Smisl, 2007.
- MINICK, Norris. Implications of Vygotsky's theories for dynamic assessment. In: LIDZ, Carol S. (Ed.). *Dynamic assessment: an interactional approach to evaluating learning potential*. New York: Guilford, 1987. p. 116-140.
- PRESTES, Zoia Ribeiro. *Quando não é quase a mesma coisa: análise de traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil – Repercussões no campo educacional*. 2010. 295 f. Tese (Doutorado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/9123>. Acesso em: 12 dez. 2018.
- PRESTES, Zoia Ribeiro. A sociologia da infância e a teoria histórico-cultural: algumas considerações. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 22, n. 49, p. 295-305, 2013.
- TOMASELLO, Michael. *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- VIGOTSKI, Lev Semionovitch. *Pensamento e linguagem*. Tradução de M. Resende. Lisboa: Antídoto, 1979.
- VIGOTSKI, Lev Semionovitch. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- VIGOTSKY, Lev Semionovitch. *Psicologia da Arte*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- VIGOTSKI, Lev Semionovitch. *A construção do pensamento e da linguagem*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- VIGOTSKI, Lev Semionovitch. *Psicologia Pedagógica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- VIGOTSKI, Lev Semionovitch. *La crisis de los siete años*. Madri: Machado Libros, 2006a. Obras Escogidas, t. 4, p. 11-40.
- VIGOTSKI, Lev Semionovitch. *Introducción: los problemas fundamentales de la defectología contemporánea*. Madri: Machado Libros. 2006b. Obras Escogidas, t. 5, p. 377-386.
- VIGOTSKI, Lev Semionovitch. *Imaginação e criação na infância*. Tradução de Zoia Prestes. São Paulo: Ática. 2009.
- VIGOTSKY, Lev Semionovitch.; LURIA, Alexander Romanovich. *Estudos sobre a história do comportamento: o macaco, o primitivo e a criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- VINHA, Márcia Pileggi; WELCMAN, Max. Quarta aula: a questão do meio na pedologia, Lev Semionovich Vigotski. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 681-701, 2010. [CrossRef](#).

Recebido em: 19 de fevereiro de 2016

Aceito em: 16 de janeiro de 2019

Diálogos da Psicologia com Michel Foucault*

Carlysson Alexandre Rangel Gomes^{Orcid},** Aline Kelly da Silva^{Orcid}
Larissa de Moura Cavalcante† Simone Maria Hüning^{Orcid}

Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, Brasil

Resumo

O objetivo desse artigo é discutir como a Psicologia no Brasil tem dialogado com as teorizações do filósofo Michel Foucault. Apresentamos os resultados de uma pesquisa que analisou artigos científicos da Psicologia que utilizam as ferramentas teórico-metodológicas do autor. Estes artigos foram publicados em periódicos eletrônicos indexados e estão disponíveis no sítio eletrônico da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS-Psi). Os resultados apontam para uma utilização crescente do autor a partir do início dos anos 2000, principalmente na Psicologia Social. Os principais pontos de articulação com o pensamento foucaultiano foram: a problematização da própria produção científica, questionando a sua neutralidade e afirmando, portanto, sua dimensão política; a análise da inter-relação entre a produção de discursos e modos de subjetivação, por sua vez ligada a práticas de governamentalidade, estratégias biopolíticas e normalização da vida; e, por fim, o questionamento das práticas psicológicas como dispositivos éticos de subjetivação.

Palavras-chave: Foucault; Psicologia; Psicologia Social.

Dialogues of Psychology with Michel Foucault

Abstract

The purpose of this article is to discuss how psychology in Brazil has dialogued with philosopher Michel Foucault's theorizations. We present the results of an investigation that analyzed scientific articles of psychology that use the theoretical and methodological tools of the author. These articles were published in indexed electronic journals and are available on the website of the Virtual Health Library (Biblioteca Virtual em Saúde, BVS-Psi). The results point to an increasing use of the author since the early 2000s, especially in social psychology. The main points of articulation with the Foucauldian thought were: the problematization of the scientific production itself, questioning its neutrality and affirming, therefore, its political dimension; the analysis of the inter-relationship between the production of discourses and modes of subjectivity connected to governmentality practices, biopolitics strategies, and normalization of life; and, finally, the questioning of psychological practices as ethical devices of subjectification.

Keywords: Foucault; Psychology; Social Psychology.

Introdução

O legado do filósofo Michel Foucault tem sido utilizado cada vez de forma mais frequente em trabalhos da Psicologia, especialmente da Psicologia Social no Brasil, trazendo contribuições e mudanças para este campo do conhecimento, já bastante diverso. Especificamente em relação à Psicologia Social, onde se concentra grande parte dessas produções que dialogam com o pensamento foucaultiano, as referências às perspectivas clássicas dão conta de três grandes tendências: a Psicologia Social Norte-Americana, a Psicologia Social Europeia e a Psicologia Social Latino-Americana (FARR, 2002; FERREIRA, M., 2010). Porém, muitas pesquisas recentes no campo da Psicologia Social situam sua produção a partir de um referencial de estudo foucaultiano e, a partir desse, não apenas rompem com as perspectivas tradicionais, mas introduzem conceitos e operadores teóricos oriundos do pensamento desse autor na produção do conhecimento nessa disciplina.

Assim, a despeito da tensa relação do autor com a Psicologia – cujas críticas podem ser encontradas em trabalhos como *Doença Mental e Psicologia* (FOUCAULT, 1975), “A Psicologia de 1850 a 1950” (FOUCAULT, 2006a), ou em trabalhos que se referem de modo mais amplo ao que se convencionou chamar “campo psi” (incluindo aí não apenas a Psicologia, mas outros campos

de saber que se ocupam do eu e da subjetividade, como a psiquiatria e a psicanálise), como no curso *Os anormais* (FOUCAULT, 2001) e no livro *A história da sexualidade* (FOUCAULT, 2012) – muitos pesquisadores contemporâneos têm encontrado no pensamento do autor ferramentas potentes para problematizar o presente e afirmar novas formas de se produzir conhecimento em Psicologia.

Nosso interesse de pesquisa surge, desse modo, a partir do contato com esses trabalhos, buscando analisar as aproximações conceituais entre o pensamento desse autor e o campo da Psicologia, discutir quais são as principais ferramentas foucaultianas das quais a Psicologia tem se apropriado, bem como as potencialidades dessa articulação. A partir de trabalhos da Psicologia que dialogam com o pensamento foucaultiano e considerando a proposta do autor de uma análise da relação mútua entre objetivação e subjetivação (FOUCAULT, 2006b), buscamos conhecer e problematizar como essa articulação tem sido construída no campo acadêmico da Psicologia brasileira. Tomamos como alvo neste artigo a discussão sobre as principais contribuições do autor para o campo da Psicologia, concentrada, como mostraremos a seguir, principalmente na Psicologia Social.

Método

Realizamos um levantamento bibliográfico através da ferramenta de busca da Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil (BVS-Psi Brasil), pelo acesso a Bases em Texto Completo. Esse recurso permite que a pesquisa acesse

* Fonte de financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

** Endereço para correspondência: Av. Lourival de Melo Mota - Tabuleiro do Martins - Maceió-AL. CEP: 57072-970. E-mails: carlysson_al@hotmail.com, kelly_legiao@hotmail.com, simone.huning@ip.ufal.br



artigos completos publicados em diferentes bases de dados, periódicos e bibliotecas eletrônicas. A busca e a inclusão dos artigos no material analisado aconteceram pela ocorrência conjunta dos descritores “Psicologia” e “Foucault”.

Não se fez delimitação temporal em relação ao período inicial das publicações, na medida em que nos interessou analisar o desenvolvimento dessas produções também a partir de uma perspectiva histórica. Assim, inicialmente foram considerados todos os materiais que correspondessem aos critérios de busca, disponíveis online. Estabelecemos como limite temporal final os materiais publicados até 2013, considerando sua disponibilidade nas revistas eletrônicas.

Após a identificação inicial do material pela correspondência aos descritores utilizados na busca, os resumos foram lidos para análise dos aspectos relativos aos objetivos específicos desta pesquisa. Tomamos como principal critério de inclusão dos artigos o fato de eles dialogarem com as teorizações de Michel Foucault no campo da Psicologia.

Nos casos em que o resumo não permitiu a decisão a partir dos critérios adotados, realizou-se a leitura na íntegra do material para que pudéssemos decidir se iríamos incluir o material ou não. Após o levantamento do material, procuramos identificar quais os conceitos foucaultianos utilizados nos materiais analisados e como esses conceitos se articulam com a Psicologia.

Ao total, foram identificados 58 artigos publicados em periódicos eletrônicos a partir da ferramenta de busca Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil (BVS-Psi Brasil). Desses 58 artigos, 9 foram excluídos durante a pesquisa, pois, mesmo tendo apresentado os descritores para a análise, não articulavam as teorizações de Michel Foucault com a Psicologia, e esse foi um dos critérios para a seleção do material. Da totalidade de artigos analisados, 28 relacionavam-se ao campo da Psicologia Social.

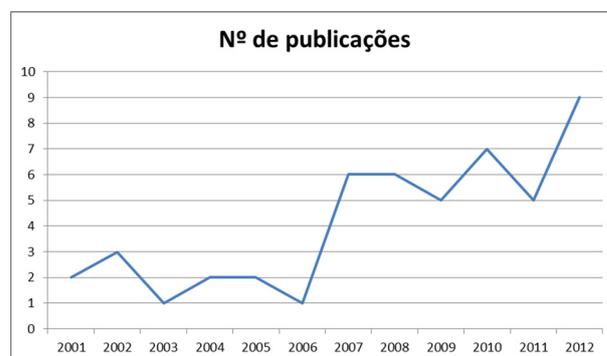
Resultados e discussão

A obra de Michel Foucault possui uma potência crítica não só para a Psicologia, mas para as Ciências Humanas em geral. O autor considerava que seus estudos pudessem ser usados como uma caixa de ferramentas, e não como teorias universais (FOUCAULT, 1979). É a partir dessa caixa de ferramentas que a Psicologia vem recentemente repensando suas práticas como ciência, conforme o levantamento do material analisado aponta.

Como não delimitamos nenhum recorte temporal em relação ao início das publicações a serem analisadas, constatamos que a utilização das teorizações de Michel Foucault no campo da Psicologia é um fenômeno relativamente recente, já que os primeiros trabalhos publicados em periódicos científicos indexados nas bases de busca são do ano de 2001, sendo eles um artigo de Bastos (2001) e um artigo de Coimbra e Nascimento (2001).

A partir do levantamento do material, podemos afirmar que ao longo dos anos houve um aumento significativo do número de publicações que são fundamentadas pelo referencial teórico-metodológico foucaultiano. Esse aumento está ilustrado no gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Número de artigos por ano



Conforme o gráfico 1 permite visualizar, o número de publicações por ano que utilizam a obra de Michel Foucault como fundamentação teórica na Psicologia cresceu significativamente. Além disso, não somente o número de publicações aumenta no decorrer dos anos, como também há um aumento do uso de diferentes conceitos teóricos desenvolvidos por Foucault no decorrer de sua obra. O aumento dessa quantidade de conceitos, que abordaremos a seguir, pode ser analisado como uma intensificação do aprofundamento teórico das obras foucaultianas por parte dos pesquisadores, e, conseqüentemente, da potência de crítica que um trabalho que utiliza esse referencial teórico pode trazer.

Devido à complexidade da obra de Michel Foucault, nós optamos, para fins didáticos, por organizar nossa análise a partir da divisão do pensamento do autor em três domínios, tomando por base um critério teórico-metodológico: o arqueológico, o genealógico e o da ética (VEIGA-NETO, 2011). É importante ressaltar, entretanto, que essa divisão não significa que cada domínio possa ser tratado como um momento isolado do autor e nem que a passagem de um a outro domínio ocorra de forma linear e excludente. Na obra de Foucault, o início de um novo domínio não significa o término do anterior. Pelo contrário, eles vão se incorporando e se agregando. Tendo como referência essa divisão apresentada por Veiga-Neto (2011), discutiremos a inserção dos conceitos do autor no campo da Psicologia, a partir dos trabalhos analisados, considerando que um mesmo artigo pode relacionar-se simultaneamente a mais de um dos domínios apresentados. Assim, embora indiquemos o número de artigos situados em cada um dos três domínios, a soma deles três ultrapassa o número total de artigos analisados.

O domínio da arqueologia

No domínio da arqueologia, Foucault está interessado em utilizar seu método arqueológico como uma forma de analisar as regras discursivas da formação dos saberes. A partir desse método, o autor passou a compreender a história como algo que não é linear, homogêneo e contínuo. No momento em que o autor trata os documentos históricos como

monumentos, ele passa a identificar as rupturas e descontinuidades históricas na produção de certas verdades, buscando estabelecer relações, séries e conjuntos discursivos no próprio tecido documental (FOUCAULT, 2008a).

Essa possibilidade de identificar e analisar essas descontinuidades históricas permitiu ao autor questionar a própria ciência como uma verdade neutra e absoluta, pois, para o autor, a construção de todo saber é atravessado por relações de poder, como ele mesmo fala: “Não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 1996, p. 29).

Dos artigos analisados, 35 dialogavam com esse domínio foucaultiano. A seguir, discutimos as principais questões e conceitos abordados nesses trabalhos, bem como suas contribuições ao campo da Psicologia.

Nos artigos analisados, a arqueologia foi trazida como uma ferramenta teórico-metodológica que permitia ao pesquisador questionar a suposta neutralidade científica presente no campo da Psicologia e também contestar a produção de verdades provenientes desse campo. Tal posicionamento é expresso, por exemplo, no artigo de Coimbra e Nascimento (2001, p. 247), um dos primeiros encontrados que propõe o diálogo da Psicologia com o autor, afirmando que:

A potência do pensamento de Foucault em nossas práticas diz respeito a desconstrução de todas essas crenças ao apontá-las enquanto produções histórico-sociais, indicando a multiplicidade presente nos diferentes objetos que estão no mundo, negando com isso a possibilidade de apreendê-los de forma objetiva e neutra, colocando em questão nosso conhecimento baseado em verdades.

A contestação da neutralidade científica ocorre, nos trabalhos que dialogam com a arqueologia, situando o caráter histórico-social da produção do saber psicológico. Atentando para esse aspecto, Prado Filho (2011, p. 465), em artigo publicado 10 anos após a primeira publicação identificada pelos nossos critérios de busca, também situa a contribuição da arqueologia para a produção do conhecimento em Psicologia, argumentando que:

em vez de se perguntar sobre as condições para a existência de verdades num campo discursivo, um estudo arqueológico ocupa-se centralmente da formação histórica e da disciplinarização de um campo de saber – importa mais à análise arqueológica o caráter disciplinar da formação de um campo de saberes e práticas, do que a cientificidade de um domínio de conhecimento.

Ao mesmo tempo em que os estudos arqueológicos de Foucault levam à recusa da ideia de neutralidade da Psicologia e de outras ciências sociais e humanas, também indicam a existência de um sistema regulador de discursos e saberes que permitem a emergência de verdades científicas, situadas historicamente, demonstrando, assim, que essas verdades são provisórias, elas só obedecem a uma episteme que é variante com o passar dos séculos. Sendo assim, as verdades científicas só podem aparecer em um determinado contexto sociocultural e circunscritas a determinadas condições.

Essa análise da produção do conhecimento possibilitada pela arqueologia, muitas vezes referida como desnaturalização de verdades, torna-se bastante produtiva para a Psicologia ao desestabilizar alguns de seus conceitos e teorias. No material analisado, o conceito de subjetividade/subjetivação é um dos que, sob a perspectiva arqueológica, foi bastante discutido pelos pesquisadores. O conceito de subjetividade é algo muito caro à Psicologia, ao mesmo tempo em que controverso, e, portanto, merece atenção. A partir das teorizações foucaultianas, a subjetividade passou a ser repensada como algo que é histórico, local e fruto de relações de saber e poder (PRADO FILHO; MARTINS, 2007). Os diálogos da Psicologia com o pensamento foucaultiano não impõem um novo conceito de subjetividade, substituindo e invalidando outras definições; porém introduzem uma nova compreensão dos processos de subjetivação que passará a coexistir com outras formas de saber já tradicionais nesse campo disciplinar.

O artigo de Soler (2008, p. 572) ilustra essa nova compreensão, ao afirmar que a arqueologia permite “uma crítica com relação a certas tradições psicológicas que entendem a subjetividade através de uma concepção anistórica e universalizada”. Do mesmo modo, Silva e Mélo (2011) referem-se à importância do uso da arqueologia na ciência psicológica, levando ao abandono da concepção de subjetividade como uma entidade dada e imutável, regida por leis psíquicas universais: “Deve-se passar a concebê-la como processualidade que se realiza num plano histórico-político, no qual o sujeito emerge como efeito de relações de poder” (SILVA; MÉLLO, 2011, p. 368).

A análise dos modos de subjetivação e das subjetividades estará ligada, a partir do trabalho de Foucault, ao estudo dos discursos e suas regras de formação, também compreendidos a partir do domínio da arqueologia. Passa-se a entender o discurso como algo que é sempre produzido por um embate de forças imersas em relações de saber e poder e que inscreve sua marca nos corpos, produzindo uma maneira de pensar e agir de acordo com esses discursos (FOUCAULT, 2005). Nas publicações da Psicologia analisadas, encontramos ainda o uso do conceito foucaultiano de discurso vinculado à produção de subjetividades. Lembramos que, para o autor, o discurso não tem função de descrever ou representar um objeto; ao invés disso, o discurso é quem produz o objeto, ou seja, nós também somos constituídos pelos discursos. A relação entre a produção de discursos e subjetivações pode ser assim definida:

Subjetivações se edificam em discursos, em relações de enunciados, mas não se restringem a eles. É necessário compreender que regulamentos de condutas são engendrados nesses discursos; que práticas e técnicas, autoridades, lugares, posições e aparatos constituem regimes de subjetivação e gerência de práticas (MÉLLO; PAOLO, 2007, p. 494).

Temos, portanto, uma articulação da Psicologia com o domínio da arqueologia que envolve o questionamento do conhecimento científico, discursos e modos de subjetivação. Essa articulação tangencia o conceito de sujeito, que deixa de ser entendido a partir de uma suposta essên-

cia universal ou de estruturas psíquicas, para ser pensado como um emaranhado de relações de força e de poder que o atravessam e constituem. A subjetividade passa, dessa maneira, a ser entendida como fruto de relações que se produzem localmente e são fluidas. Uma das principais contribuições de Michel Foucault, ao colocar em discussão a subjetividade como fruto de processos pelos quais nos constituímos como sujeitos, é possibilitar recusas ao que somos e abrir possibilidades de construção de outros processos de subjetivação.

O domínio da genealogia

Conforme já descrito, a passagem de um domínio a outro da obra foucaultiana não implica dizer que o domínio anterior foi abandonado. No que se refere à genealogia, por exemplo, Castro (2009, p. 185) argumenta que

[...] não devemos entender a genealogia de Foucault como uma ruptura e, menos ainda, como uma oposição à arqueologia. Arqueologia e genealogia se apoiam sobre um pressuposto comum: escrever a história sem referir a análise à instância fundadora do sujeito.

Durante o período genealógico, Foucault toma como principal objeto de estudo a análise das formas de exercício do poder e, diferentemente de outros autores, entende o poder como algo positivo, como algo que produz comportamentos, sujeitos e embates de forças. A partir de suas obras, Foucault vai mostrando como o sujeito moderno é fruto de relações de saber e poder, pois a genealogia se torna uma forma para “entendimento acerca dos processos pelos quais os indivíduos se tornam sujeitos como resultado de um intrincado processo de subjetivação que se dá no interior de redes de poderes, que os capturam, dividem, classificam” (VEIGA-NETO, 2011, p. 55).

Rompendo com a ideia de um sujeito universal e racional, Foucault (1979, p. 22) afirma que nossos corpos são historicizados, que nossas subjetividades podem ser datadas, que a genealogia nos permite “mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo.” Conforme um dos artigos analisados aponta, “sua inovação consiste em assinalar que os objetos, saberes e sujeitos que estão no mundo não tem uma existência ‘em si’, não são naturais, mas forjados historicamente por práticas datadas que os objetivam, como um trabalho jamais completado” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2001, p. 246).

Essa nova concepção de sujeito, formulada a partir de Foucault pela Psicologia, traz uma série de questionamentos para o campo. Um dos trabalhos analisados ilustra bem como o uso da genealogia ofereceu ferramentas para a produção desses questionamentos, pois, segundo Escóssia e Manguiera (2005, p. 94), o uso das problematizações de Michel Foucault na Psicologia permitiu compreender que:

[...] o sujeito não é um dado preexistente e de que sua forma não é definitiva: sua natureza é fundada e re-fundada historicamente [...] a própria Psicologia é produto e faz parte de uma trama de saberes e poderes voltada para a disciplina e controle dos corpos individuais e coletivos [...] o abalo se deve ao fato de a Psicologia ter pautado suas práticas em uma crença substancialista do sujeito. O sujeito psíquico

era concebido como entidade acabada, idêntica a si própria, imutável, a-histórico.

Outra contribuição importante que o uso da genealogia proporcionou nos trabalhos analisados foi a compreensão de que o discurso científico é também um discurso político. Na obra de Foucault, a ciência passa a ser compreendida como fruto de relações de saber e poder; portanto, não pode ser considerada neutra e distante dos embates políticos presentes no corpo social de diferentes períodos históricos. Nesse sentido, podemos assinalar um encontro da arqueologia com a genealogia.

Alguns trabalhos analisados colocam em discussão a neutralidade científica. De acordo com Silveira e Furlan (2003, p. 175), por exemplo, o pensamento foucaultiano nos permite superar “a neutralidade difusamente presente em diversos grupos intelectuais, de que ‘fazer ciência não é fazer política’, ou a concepção na qual a ciência está dissociada de qualquer disputa pelo poder”.

Essa ideia de que fazer ciência é fazer política se mostra de suma importância para o campo da Psicologia, pois permite questionar diversas práticas psicológicas que possuem um intuito de normalização da vida, e não de compreender a vida como uma potência criativa. As verdades produzidas a partir do campo científico passam a ser vistas como provisórias e históricas; verdades que são oriundas de relações de saber e poder; verdades que podem, dessa maneira, ser contestadas de diversas formas.

É no domínio genealógico que Foucault (1996) publica *Vigiar e Punir*, onde traça uma genealogia da penalidade moderna. Nesse momento, o autor constrói uma série de conceitos que permitem problematizar o funcionamento da prisão no Ocidente. Esses conceitos também ajudam a questionar uma série de práticas psicológicas principalmente no campo jurídico.

Nesse momento, Foucault foca seus estudos no chamado poder disciplinar, um poder que tenta regular e normatizar os corpos através de sanções e da vigilância. E é a partir daí que ele vai desenvolver uma análise do exame. Segundo ele:

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as técnicas da sanção que normaliza. É um olhar normalizador, uma vigilância constante, que permite qualificar, classificar, castigar. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade mediante a qual se lhes diferencia e sanciona (FOUCAULT, 1996, p. 186-187).

Essa análise do exame permite questionar diversas práticas psicológicas dentro do âmbito jurídico, pois muitas dessas práticas são baseadas em normas sociais; normas que muitas vezes servem para regular a conduta e os comportamentos dos indivíduos, tentando encaixá-los em um modelo dito normal. Um dos artigos analisados discute que, a partir do pensamento foucaultiano, é possível problematizar que a “justiça não é neutra, mas é produtora de um padrão normalizador e regulador do comportamento” (SCISLESKI; GUARESCHI, 2011, p. 223). As autoras também afirmam que:

As tecnologias de vigilância, sempre apoiadas em algum saber, são produtoras de discursos que conduzem o caminho

que levará ao encontro com a verdade. O pensamento foucaultiano, entretanto, propõe um caminho oposto ao dessa busca, mostrando como a verdade é produzida através de relações de poder e de tecnologias de saber – ou seja, muito distante de ser uma essência a ser descoberta ou revelada, por exemplo (SCISLESKI; GUARESCHI, 2011, p. 221).

Em seus últimos trabalhos no domínio da genealogia, Foucault passa a se interessar pelo que ele chama de “governamentalidade”, que pode ser entendida como:

[...] o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008b, p. 143).

A governamentalidade tem como foco principal o governo das populações. É uma arte de governar que tem a razão de Estado como princípio de inteligibilidade, sempre preocupada em como governar na medida: não governar demais, a ponto de se tornar uma ditadura, e nem governar de menos (FOUCAULT, 2008c). Essa noção de governamentalidade também se faz presente nas publicações que colocam em diálogo o trabalho de Foucault com a Psicologia.

Essa forma de exercício do poder analisada por Foucault desemboca em dois conceitos-chave por ele desenvolvidos, a biopolítica e o biopoder. Dentre as estratégias biopolíticas podemos situar “[as] políticas públicas sobre o corpo social [o indivíduo e sua vida nua], que são supostamente justificadas pela análise das necessidades e atitudes humanas, por um lado, e as medidas razoáveis e *prima facie* corretas para enfrentá-las, por outro lado” (SCHARAMM, 2006 apud VENTURA, 2010, p. 29). Já o biopoder pode ser entendido como uma forma de exercício da biopolítica, pois, como Foucault (2005, p. 297) explica, o biopoder funciona como:

[...] uma tecnologia que, por sua vez, é centrada não no corpo, mas na vida; uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva; uma tecnologia que procura controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo caso, compensar seus efeitos. É uma tecnologia que visa, portanto não o treinamento individual, mas, pelo equilíbrio global, algo como uma homeóstase: a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos.

Essa relação entre governamentalidade, biopolítica e biopoder se mostra bastante produtiva em articulação com a Psicologia. A partir dos artigos analisados, constatamos que esse conjunto teórico está principalmente vinculado a problematizações que envolvem produção de subjetividade e normalização da vida. Conforme Minayo-Gomez e Barros (2002, p. 660) apontam:

A arte de governar/gerir/regulamentar a vida é seu objetivo mais importante, pois define os modos de subjetivação adequados e submete os inadequados à disciplinarização e à regulamentação. A lógica dessa arte de governar é, princi-

palmente, a tutela e a normalização.

O trabalho de Soler (2008, p. 576) também indica como, a partir de uma análise biopolítica das relações de poder, pode-se afirmar que existe uma

[...] normalização como via de regra aos fatores que envolvem os cuidados e as políticas de higienização, de alimentação, e o controle das taxas de natalidade e de mortalidade. Aqui a subjetividade aparece como uma produção regulada na caracterização de parâmetros que intensificam a vida.

O domínio da ética

No domínio da ética, Foucault desenvolve uma análise do sujeito ético moderno. Para o autor, é importante fazer uma separação entre a moral e a ética. Em Foucault, a moral seria um conjunto de regras prescritas por diferentes instituições, como a família, a escola, a igreja, o trabalho; já a ética diz respeito às relações que o sujeito estabelece consigo mesmo em face dessas regras presentes no corpo social. Segundo Castro (2009, p. 156), “o termo ético refere-se a todo esse domínio da constituição de si mesmo como sujeito moral”.

É nesse complexo emaranhado de assujeitamentos e resistências a essas regras morais que Foucault enxerga a possibilidade da construção de uma arte de viver, intimamente ligada à ampliação do grau de liberdade com que se pode viver e a uma produção de estratégias para que se possa estabelecer uma alternância de posicionamento nos jogos de poder e verdade (NARDI; SILVA, 2005).

Em um dos artigos analisados, o conceito de ética também é associado às chamadas “técnicas de si”. Os autores utilizam esse conceito para problematizar a produção de subjetividade, pois, conforme eles argumentam, “As técnicas de si seriam, então, procedimentos ou mecanismos capazes de colocar em funcionamento certas operações do sujeito com relação a ele mesmo. E, se são capazes disso, tornam-se, então, dispositivos ou ordenadores de efeitos. Isso resulta na forma como se experimenta a vida como uma vida ‘de si’” (SILVA; MÉLLO, 2011, p. 377).

A partir dessa noção de ética, pode-se concluir que o sujeito ético moderno se constitui mediante práticas que são historicamente construídas em cada cultura (NARDI; SILVA, 2005). Nos artigos analisados constatamos que as práticas psicológicas são consideradas um dispositivo ético e, portanto, produtor de subjetividade. Conforme Ferreira Neto e Penna (2006, p. 382) argumentam, “a clínica passa a ser entendida, atualmente, menos como um modo de intervenção e mais como um dispositivo produtor de subjetividade – em suma, como um dispositivo ético de subjetivação”.

Considerações finais

O material analisado nos indica que as publicações da Psicologia que dialogam com as teorizações e a obra de Michel Foucault, em periódicos científicos indexados nas bases consultadas, iniciaram a partir do ano de 2001; portanto, são publicações recentes, que apresentam um crescimento gradativo no decorrer dos anos. Outro elemento interessante de ser pontuado é que, ao longo dessa produção, mais ferramentas conceituais do autor são trazidas

para o campo da Psicologia. Nossa pesquisa não contemplou outras formas de publicação, pois entendemos que esses materiais nos permitem acompanhar de forma mais dinâmica aquilo que se tem produzido e legitimado em um campo científico.

A utilização de ferramentas teórico-metodológicas de Michel Foucault pela Psicologia agrega novos elementos ao modo como se produz conhecimento nesse campo de saber. Como vimos, os principais pontos de articulação com o pensamento foucaultiano foram a problematização da própria produção científica, questionando a sua neutralidade e afirmando, portanto, sua dimensão política; a análise da inter-relação entre a produção de discursos e modos de subjetivação, por sua vez ligada a práticas de governamentalidade, estratégias biopolíticas e normalização da vida; e, por fim, o questionamento das práticas psicológicas como dispositivos éticos de subjetivação.

Tais elementos levam à ruptura de uma concepção do que é o conhecimento e o sujeito para a Psicologia. A recusa de um sujeito psicológico universal relaciona-se a uma postura epistemológica não mais preocupada com a produção de verdades universais, mas de questionamento do próprio conhecimento científico e seus efeitos de governamentalidade, subjetivação e normalização. Esse aspecto situa a produção de verdades da própria ciência psicológica como intimamente ligada a práticas políticas.

A normalização das subjetividades que a Psicologia vem produzindo também é destacada em muitos dos trabalhos analisados, que denunciam como muitas práticas psicológicas têm como principal função enquadrar um sujeito na esfera do “normal”, considerando suas diferenças e individualidades como um desvio a ser corrigido.

É importante salientar que em todos os domínios foucaultianos discutidos a subjetividade é sempre alvo de discussão. Com base nas produções científicas analisadas, pode-se afirmar que a aproximação de Foucault com o campo da Psicologia tem como elo o conceito de sujeito. Entende-se que são justamente as modificações no modo de entender o sujeito – a partir de Foucault não mais o “sujeito psicológico”, da interioridade e da essência – e a análise dos processos sociais e culturais de subjetivação, numa perspectiva local, situacional e historicamente datada, que permitem a articulação do pensamento foucaultiano com os saberes psicológicos.

As ferramentas teórico-metodológicas trazidas da obra foucaultiana para a Psicologia são, sobretudo, utilizadas na Psicologia Social, com foco na análise e problematização dos modos de subjetivação e governo das subjetividades, recolocando a questão foucaultiana de pensarmos sobre aquilo que estamos nos tornando. Tal uso passa a configurar uma nova perspectiva em Psicologia Social, que, por suas dimensões epistemológicas, metodológicas, ontológicas e éticas, já não cabe nas definições das perspectivas clássicas mencionadas no início desse texto.

Embora Foucault seja ele mesmo um crítico do enquadramento do saber em campos disciplinares, questionando o modo como se constituem essas fronteiras (FOUCAULT, 2014), consideramos importante a análise

de sua influência para a Psicologia (assim delimitada como campo disciplinar), exatamente por compreendermos, em consonância com esse autor, os processos de construção e legitimação do conhecimento como permeados por relações de poder. Ao sinalizarmos os pontos de contato, contribuições e rupturas produzidas na Psicologia, buscamos não produzir mais demarcação de fronteira desse campo de saber, mas exatamente apontar para sua permeabilidade e flexibilidade. Ao constituir-se sempre como prática inacabada, no exercício da crítica sobre o que produz, a Psicologia se atualiza, se contradiz e se transforma, não apenas como decorrência de um desenvolvimento epistemológico, mas sobretudo ético-político.

Referências

- BASTOS, Rogério Lustosa. Psicanálise e o pensamento científico: entre o fisicalismo e/ou a contraciência em diferentes modos de subjetividade. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 89-119, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/108124>. Acesso em: 4 nov. 2018.
- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- COIMBRA, Cecilia Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Livia do. O efeito Foucault: desnaturalizando verdades, superando dicotomias. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 17, n. 3, p. 245-248, 2001. [CrossRef](#)
- ESCÓSSIA, Liliana da; MANGUEIRA, Maurício. Para uma Psicologia clínico-institucional a partir da desnaturalização do sujeito. *Revista do Departamento de Psicologia - UFF*, Niterói, v. 17, n. 1, p. 93-101, jan./jun. 2005. [CrossRef](#)
- FARR, Robert M. *As raízes da Psicologia Social moderna*. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- FERREIRA NETO, João Leite; PENNA, Lícia Mara Dias. Ética, clínica e diretrizes: a formação do psicólogo em tempos de avaliação de cursos. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 2, p. 381-390, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n2/v11n2a16>. Acesso em: 12 dez. 2016.
- FERREIRA, Maria Cristina. A Psicologia Social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 26, n. especial, p. 51-64, 2010. [CrossRef](#)
- FOUCAULT, Michel. *Doença mental e Psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (1975). 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Os anormais* (1974-1975): curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. A Psicologia de 1850 a 1950. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a. Coleção Ditos & Escritos, v. 1, p. 133-151.

FOUCAULT, Michel. Foucault. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ética, Sexualidade, Política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. Coleção Ditos & Escritos, v. 5, p. 234-239.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber* (1969). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*: curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*: curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*: a vontade de saber (1976). Rio de Janeiro: Graal, 2012. v. 1.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso* (1970). São Paulo: Loyola, 2014.

MÉLLO, Ricardo Pimentel; PAOLO, Angela Flexa Di. Subjetivações, identidades e o linguajar. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 490-501, 2007.

MINAYO-GOMEZ, Carlos; BARROS, Maria Elizabeth Barros de. Saúde, trabalho e processos de subjetivação nas escolas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 649-663, 2002. [CrossRef](#)

NARDI, Henrique Caetano; SILVA, Rosane Neves da. Ética e subjetivação: as técnicas de si e os jogos de verdade contemporâneos. In: GUARESCHI, Neuza; HÜNING, Simone Maria (Org.). *Foucault e a Psicologia*. Porto Alegre: Abrapso Sul, 2005. p. 93-105.

PRADO FILHO, Kleber. Para uma arqueologia da Psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 464-468, 2011. [CrossRef](#)

PRADO FILHO, Kleber; MARTINS, Simone. A subjetividade como objeto da(s) Psicologia(s). *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 14-19, 2007. [CrossRef](#)

SCISLESKI, Andrea; GUARESCHI, Neuza. Promete falar a verdade? *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 220-227, 2011. [CrossRef](#)

SILVA, Alyne Alvarez; MÉLLO, Ricardo Pimentel. Subjetivação e governamentalidade: questões para a Psicologia. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 23, n. 2, p. 367-387, 2011. [CrossRef](#)

SILVEIRA, Fernando de Almeida; FURLAN, Reinaldo. Corpo e alma em Foucault: postulados para uma Metodologia da Psicologia. *Revista Psicologia USP*, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 171-194, 2003. [CrossRef](#)

SOLER, Rodrigo Diaz de Vivar Y. Uma história política da subjetividade em Michel Foucault. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 20, n. 2, p. 571-582, 2008. [CrossRef](#)

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a educação*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VENTURA, Miriam. *A transexualidade no tribunal*: saúde e cidadania. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

Recebido em: 15 de dezembro de 2015

Aceito em: 22 de novembro de 2018

A tecnologia de gestão coletiva dos sonhos[★]

Abraão de Oliveira Santos^{Orcid, ★★}

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

Resumo

Desde a Antiguidade e em diversos povos, o homem se ocupa dos sonhos. Ao lado das abordagens dos sonhos de Artemidoro e Freud, apresentamos a “gestão coletiva dos sonhos”, mais próxima da tecnologia coletiva dos Warlpiri (trazida pela antropóloga Barbara Glowczewski), dando um enfoque metodológico. São examinados resultados parciais da pesquisa com catorze participantes que narram sonhos, em cinco encontros em grupo semanais, no SPA - Serviço de Psicologia Aplicada da UFF – Universidade Federal Fluminense. O enfoque teórico é dado por autores como Felix Guattari, Gilles Deleuze, Jean-Paul Sartre, Georges Simondon e Michel Foucault. O método inovador aqui elaborado abandona a busca da verdade oculta nos sonhos e os conflitos psicológicos da infância e abraça as cenas noturnas como criações dramáticas, aquilo que os negros Warlpiri da Austrália consideram condições de formação de tudo o que existe. A pesquisa tem o objetivo de propor a gestão coletiva dos sonhos como uma técnica de ativação dos elementos instituintes da vida cotidiana e de criação de método de intervenção no campo da subjetivação. Os resultados mostram que a gestão coletiva dos sonhos é, nesse sentido, viável.

Palavras-chave: sonhos; psicologia social; psicoterapia; psicanálise, Warlpiri.

Collective management technology of dreams

Abstract

Since antiquity and in diverse peoples the human mind dreams. The classic methods of approach of dreams Artemidorus and Freud we present the technology of collective management of dreams, inspired by the Warlpiri collective technology (Barbara Glowczewski). Partial results of the survey are presented with 14 participants who report dreams in five weekly meetings, in SPA - Serviço de Psicologia Aplicada (Applied Psychology Service) of the Universidade Federal Fluminense. The theoretical approach is given by authors such as Felix Guattari, Gilles Deleuze, Jean-Paul Sartre, Georges Simondon e Michel Foucault. The innovative method elaborated here abandons the search for the truth hidden in dreams and childhood psychological conflicts and embrace the night scene as dramatics creations, what blacks Warlpiri of Australia consider conditions of formation of everything that exists. The research aims to propose collective management of dreams as a technique of activation of the criatives elements of everyday life and method of intervention in the field of subjectivation. The results show that the collective management of dreams is feasible.

Keywords: dreams; Social Psychology; psychotherapy; psychoanalysis; Warlpiri.

Introdução

Este artigo traz os resultados de um percurso de pesquisa a que nos dedicamos. Nele, apresentamos a onirocrítica de Artemidoro, por se tratar de uma abordagem antiga, bem estruturada, que não se restringe ao campo psicológico, e mostrar como o sonho se relaciona aos acontecimentos da cidade e seu interesse para o cuidado do cidadão envolvido na *polis*. Tomamos também a abordagem de Freud, pela importância que ela ofereceu às ciências humanas e ao desenvolvimento das práticas de interpretação dos fenômenos psíquicos. A teoria de Jung não foi abordada, pois consideramos que ela não traz contribuições aos objetivos da pesquisa, uma vez que, embora traga inúmeras diferenças das anteriores, também busca decifrar o conteúdo onírico e encontrar a “verdade implacável” (JUNG, 1999, p. 19) da vida interior. Em seguida, apresentamos a abordagem dos Warlpiri (trazida pela antropóloga Barbara Glowczewski), que nos inspirou na pesquisa e na construção de uma abordagem nova dos sonhos, a “gestão coletiva dos sonhos”, que é o foco deste estudo. Nesta nova abordagem, o processo onírico não representa a realidade nem repete mecanismos psicológicos. O sonho é criador de cenas e

imagens. Na oficina, o coletivo de participantes, fazendo uso de relatos de sonhos, ativa elementos da vida cotidiana para possibilitar o sentido de criação permanente da subjetivação. Para isso traremos contribuições de autores como Guattari, Deleuze, Sartre, Simondon e Foucault. O que almejamos com este estudo é abrir uma possibilidade de cuidar das pessoas fazendo uso do que lhes aparece em seus sonhos, sem contudo restringir o processo onírico a conflitos interiores. Os sonhos serão tomados com processos de criação.

Considerações metodológicas

Nesta pesquisa, abandonamos a perspectiva da pergunta metodológica platônica reducionista “o que é?”, qual verdade do passado, do presente ou do futuro o sonho quer dizer, e preferimos variar as perguntas, como sugere o método da dramatização. Para Deleuze (2006), as figurações se revelam melhor nas perguntas “quem?”, “com quem?”, “como?”, “em quais circunstâncias?”, “quando?” e “onde?”. Questões que forçam a aparição de dramas, a liberação de singularidades, e não enclausuram o ser em seu movimento de atualizar-se e diferenciar-se de si mesmo. A pluralidade das perguntas, tal como vemos ocorrer nas oficinas, induz à produção dramática, enquanto os sonhadores narram. Nas oficinas de sonhos, seguindo a proposta metodológica de Deleuze, queremos

[★] Apoio financeiro FAPERJ, CAPES e CNPq (bolsa de Iniciação Científica).

^{★★} Endereço para correspondência: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Psicologia, Campus do Gragoatá. Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/nº, bloco N, 4º andar. São Domingos – Niterói, RJ – Brasil. CEP: 24210-201. E-mail: abrahaosantos@hotmail.com



nos aproximar da figura, dos movimentos, da cena, distingui-los, ver suas diferenças, sua irredutibilidade dramática, estética e imagética.

Nesse caso, precisamos suportar as cenas oníricas, seu não-sentido, sua não-direção, sua simplicidade, multiplicidade e estranheza. Poder descrever o que no sonho é singular e fazer aparecer o processo de criação das suas figurações é o que marca a tecnologia da gestão coletiva que tentamos construir.

A tecnologia dos sonhos de Artemidoro

Artemidoro de Daldis, grego do século II, cita e comenta várias teorias sobre os sonhos e apresenta a sua própria arte de interpretá-los, a “onirocrítica”, e se dispõe a encontrar a verdade do sonho para o benefício do cidadão que pretendia bem conduzir sua vida. Há os “sonhos simples” (provocados pela lembrança presente) e os “sonhos oníricos” (que dizem do ser, *to on éirei*). Estes dizem diretamente o que vai acontecer ou precisam de deciframento (ARTEMIDORO, 2009). O sonho é uma extensão da cena social e nessa direção se dará o trabalho do onirocrítico. A técnica detalhada de interpretação desse autor será descrita em outro momento. Por ora, queremos só ressaltar que, em Artemidoro, os sonhos dizem respeito ao indivíduo, à família, aos vizinhos e aos amigos, e podem mesmo ter desfecho importante para o povo e para a cidade, como nos sonhos políticos, e ainda ter relações com as transformações da natureza, como nos sonhos cósmicos. As visões noturnas não remetem exclusivamente ao mundo privado do homem, mas ao bem público e ao interesse de todos, à *polis*.

Considerando isso, ter uma técnica de interpretação segura é, segundo Artemidoro, indispensável como ferramenta útil para o cidadão. Gerir a própria existência e se preparar para os acontecimentos que virão é importante, pois o sonho diz a respeito do futuro da pessoa, da cidade ou da natureza. O livro de Artemidoro e sua prática respondem às necessidades de uma época empenhada no cuidado de si e que fez disso um traço cultural extenso dos séculos I e II na Grécia e em Roma (FOUCAULT, 2009).

A tecnologia dos sonhos de Freud

Em Freud é o pensamento diurno privado e secreto que coincide com as visões da noite. Freud tende inequivocamente para o mental e participa do contexto burguês no qual os indivíduos são instados ao individualismo (FIGUEIREDO, 1994) e a sentirem vergonha de seus instintos e suas funções corporais (ELIAS, 1994). O homem urbano, tomado da angústia de existir como ser isolado, precisa ser civilizado, e sua suposta liberdade “original” é má, como dirá o pensamento burguês. As visões mentalistas da experiência humana e dos conflitos da cidade triunfam.

É nesse contexto que Freud propõe, em 1900, sua tecnologia da interpretação dos sonhos. Os embates instintivos da vigília despertam à noite e marcam a vida onírica (FREUD, 1922/1976, 1900/1987). Os sonhos são revalorizados ao serem trazidos para a dimensão psicológica e tornados representações dos conflitos mentais. Essa tecnologia dos sonhos torna-se o método mais efi-

caz de acessar o mais fundo da alma, as forças arcaicas secretas, indomáveis e transgressivas. É técnica de interpretação do segredo dos homens. A razão de ser do sonho baseia-se no cotidiano privatizado dos indivíduos, e o objetivo da interpretação é reinserir o sentido dos sonhos no contexto da vida anímica (FREUD, 1900/1987). Desde o século XVIII, torna-se consenso no pensamento psiquiátrico europeu que a vida anímica ancora-se em um contexto mental infantil; este culmina com a teoria freudiana, que enfoca os elementos arcaicos discretos da biografia do indivíduo e está ligada à formação de controles das subjetividades contraburguesas e à experiência da loucura (FOUCAULT, 1978).

Na tradição mentalista da psicanálise, o sonho repete eternamente a inscrição das forças mentais, nas quais toda experiência se contém e se constitui. Ele está encapsulado no drama familiar patriarcal mítico, que se tornou a chave do desvelamento das loucuras e da subjetivação. O drama do qual o indivíduo sente culpa e vergonha está sob recalque e só aparece na simbologia dos sonhos após ser reanimado na vigília do dia anterior sem ser percebido. A imagem onírica é passiva e receptáculo das pulsações mentais.

A tecnologia de interpretação dos sonhos de Freud e sua inequívoca eficácia técnica e seu êxito social deram à ciência o modelo formal para entender a subjetividade. Ao mesmo tempo, apurou um olhar ora acolhedor e libertário, ora judicante das séries de subjetividades inassimiláveis, em função de reiteração de estratégias de subjetivação dominantes, como salienta Orlandi (1995). Já não diz respeito ao contexto da cidade, ou *polis*, e aos acontecimentos do mundo, como na antiguidade greco-romana, mas ao controle dos desarranjos subjetivos.

A tecnologia dos sonhos dos Warlpiri

Longe dos propósitos decifratórios e mentalistas da tradição europeia, encontra-se a tecnologia dos Sonhahes (*Jukurrpar*) dos Warlpiri, povo negro do deserto da Austrália, descrita na etnografia de Barbara Glowczewski (GLOWCZEWSKI; GUATTARI, 1987). Para os Warlpiri, o Sonhar é um ancestral que lhes vem falar. O Sonhar não reitera a individualidade, mas compõe a cartografia da cultura, das instituições, dos anseios, dos interditos, dos seus itinerários e do seu território de viagens. O sonho não remete a um desejo recalçado nem a um tempo das origens, mas à condição cósmica de todas as transformações possíveis. O tempo do sonho é o presente, não um tempo histórico, porém um tempo no qual todas as formas, o passado e o futuro, existem no presente. O sonho não fala de uma forma ou tempo particulares, mas sim da dinâmica da transformação e das metamorfoses. Território “do passado, do presente e do futuro, no sonho estão estocadas todas as combinações possíveis dos elementos da existência [...] o sonho é todo o possível” (GLOWCZEWSKI; GUATTARI, 1987, p. 16-17), o meio, a condição da vida e das transformações, o ponto de origem da existência e seu sentido.

Assim, os Warlpiri rejeitam o corte clássico entre sonho e realidade. Todas as manhãs eles se reúnem para expressar os sonhos pela linguagem das mãos, das pala-

bras, dos traçados na areia, da dança e do canto ou dos desenhos do corpo e definir o que farão do dia, em uma gestão coletiva dos sonhos, com evidente supremacia da dimensão pragmática e experimental, isto é, o importante não é que o sonho seja dito ou explicado nem seja a busca de um sentido oculto, mas que seja “vivido por cada indivíduo e pelo conjunto do grupo” (GLOWCZEWSKI; GUATTARI, 1987, p. 19) corporalmente em sua dimensão de produção. A tecnologia coletiva dos sonhos dos Warlpiri é meio de gestão do seu cotidiano e constituição do seu território existencial, dos arranjos de vida e dos itinerários. Segundo Barbara Glowczewski, é a gestão da vida feita através da produção onírica que possibilitou aos Warlpiri afirmarem o nomadismo intensivo e sobreviverem aos imperativos genocidas da colonização inglesa na Austrália, que os sedentarizou, e a encontrar saídas para a organização de sua resistência social, cultural e política.

Na modernidade de Freud, o sonho foi valorizado como experiência interior, modo de conhecer os conflitos e sofrimento interiores; foi desvinculado do contexto político e histórico-social da cidade. Em Artemidoro o sonho tinha conexão cósmica com o presente e o futuro, com o espaço da cidade, com a natureza e a cultura; o sonho se oferecia como elemento que desvenda a vida social e o mundo. Nos Warlpiri o sonho também tem conexão com o cósmico, o tempo e o espaço, embora não se trate da *polis*; o onírico aqui tem o estatuto da ancestralidade, está relacionado ao coletivo, à condução, no cotidiano, do grupo étnico como um todo e ao enfrentamento da dominação colonial. A concepção de que o sonho contém a potência de criação e transformação de tudo que existe e os encontros matinais dos Warlpiri instigaram a nossa abordagem.

A tecnologia da gestão coletiva dos sonhos

Apresentamos até então algumas versões de como lidar com os sonhos, de como o sonho é constituído, de como se debruçar sobre suas imagens. Agora, vamos expor um trabalho que vem sendo desenvolvido com inspiração na tradição Warlpiri. Não se trata de praticar os rituais de Sonhadores dos australianos, mas de criar, a partir da sua concepção, uma técnica particular.

Os participantes das oficinas, as etapas e as consignas

Um grupo de catorze sujeitos realizou uma sequência de cinco encontros, uma vez por semana, durante três horas, em uma sala ampla com cadeiras em círculo, no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA), para falar dos sonhos. Os participantes eram vinculados ao Instituto de Ciências Humanas: o coordenador da pesquisa, uma professora de Serviço Social, alunos ligados à equipe de pesquisa, alunos dos cursos de Psicologia, Letras e Serviço Social e um aluno da pós-graduação em Psicologia, além de duas participantes que faziam psicoterapia no SPA. O número de participantes em cada oficina variou entre oito e doze, assim distribuídos: seis pessoas participaram de todas as oficinas; quatro pessoas participaram de quatro oficinas; três pessoas participaram de duas oficinas; e uma pessoa participou de apenas uma oficina. Ao todo foram catorze sujeitos que participaram das oficinas. As oficinas seguiram um padrão, e por isso descreveremos o trabalho do

primeiro encontro, uma vez que os demais a este se assemelha, apesar da variação do conteúdo dos sonhos e da produção estética em cada encontro.

As oficinas de sonhos ocorreram em quatro etapas: 1) exercícios de relaxamento; 2) relatos de sonhos; 3) produção estética a partir do conteúdo ou dos afetos decorrentes do material relatado; 4) avaliação da oficina. Nestas etapas, seguimos três consignas básicas, como se verá um pouco mais adiante. Assim se constitui a oficina como dispositivo expressivo. Um dispositivo engendra uma produção, e o que dele emerge está marcado pelas condições desse dispositivo, seu contexto, seus traços internos e aquilo que dele não participa. O dispositivo faz aparecer os objetos, os torna perceptíveis (DELEUZE, 1990). A oficina de sonhos é o dispositivo que traz as condições para que o sonho ganhe um novo sentido.

A primeira consigna refere-se à liberação do sonho da biografia do sujeito que o conta (o sonhador não deve associar o relato do sonho a sua vida desperta); a segunda, à liberação dos sonhos das significações (o sonhador deve relatar o sonho sem dar a ele nenhum significado); a terceira convida todos os participantes a explorar o relato do sonho. Essas consignas têm efeito performativo, ou seja, elas mesmas colocam as condições para a realização daquilo a que se propõem. Com isso queremos dizer que as oficinas, como dispositivo, não recuperam a verdade dos sonhos, mas engendram uma determinada experiência dos sonhos na qual uma criação nova é visada, como sugere o conceito da *meditatio*. Além disso, o processo da oficina vai do relato individualizado do sonhador para a escuta e a interlocução com os demais participantes, que interferem no próprio relato a partir de perguntas feitas e ainda mais na produção estética. Esse processo, inspirado na tradição Warlpiri, constitui um coletivo que aborda os sonhos, e por isso trata-se de um dispositivo que pratica uma “gestão coletiva dos sonhos”.

Iniciamos com os exercícios de relaxamento de 20 minutos e seguimos para a segunda etapa, que é o relato de sonhos. A terceira etapa é a da produção estética. Nos primeiros quatro encontros, nesta etapa, foram produzidos, sequencialmente: um desenho coletivo em papel pardo; uma dramatização; movimentos de danças; e pintura facial. Na quinta oficina cada participante escreveu um texto sobre o modo como cada um a experimentou, o que cada pessoa quis dizer da vivência. Em todas as cinco sessões vimos surgir uma criação do coletivo da oficina. Entretanto, apenas o resultado da primeira oficina foi discutido neste artigo, como foi dito acima.

Desde o início, os relatos de sonhos vieram com vivacidade e alegria, e os ouvintes sentiram-se incitados a se pronunciar, relatar outros sonhos, perguntar, fazer comparações, associações com outros sonhos e experimentar os sonhos (*meditatio*). Havia sonhos leves e pesados, com morte e afetos de angústia, mas a atenção de todos e as perguntas criavam o bom clima da oficina. O coordenador buscava promover um ambiente acolhedor. As consignas liberaram os sonhos das biografias dos sonhadores, da interpretação, e coletivizaram as experiên-

cias oníricas individualizadas. Cada oficina cumpria um círculo completo em torno de si e nada deixava para encontros posteriores.

O relato costuma trazer um mínimo de contextualização do sonho: se é sonho atual, antigo ou de infância, se foi único ou vários parecidos. Às vezes, inicia por expressar uma concepção do que é o processo onírico ou insinuar uma interpretação. A apresentação dos sonhos abaixo pretende descrever as imagens oníricas dos sonhadores evitando repetições, cacotias de linguagem e o excessivo tamanho da história. Um único sonho contado e comentado durante 15 minutos oferece tantas imagens e detalhes que torna inviável sua apresentação exaustiva. O viés que podemos assumir é o de trazer a história de um sonho, os movimentos e afetos que produziu no sonhador e nos ouvintes, e das novas imagens suscitadas no contexto do seu relato. O viés é poder apresentar a produção de diferenças que o processo onírico porta, como nos sugere o método da dramatização acima exposto, e o conceito de dispositivo. Todos os sonhos narrados no primeiro dia da oficina estão aqui apresentados.

Narrativas de sonhos

O sonho de N

Oito sonhadores se encontraram, no primeiro dia, para narrar seus sonhos.

Sonhei que estava numa floresta, como aquela do conto de João e Maria, [dispara um relato]. Por um tubo dourado, chego lá em cima, encontro um rapaz com roupa de cavaleiro. “Quem é você?”, pergunto. “Você sabe quem sou”, ele me responde, mas não sei nada dele. Ele me guia e a gente atravessa as nuvens até um castelo, com caminho de pedras e escadaria, com rosas nos muros, frutas, comidas, flores. Olho uma bacia com água até conseguir ver o fundo, que me fogia. Logo estou num quarto de novela mergulhando meus pés machucados numa bacia com água. Meus dedos machucados ficam curados.

O sonho longo e detalhado é criador de imagens e situações. O relato se estica ainda mais com as intervenções, os comentários e as perguntas: “Quem era o moço?”, “Isso foi em uma noite só?”, “Estava escuro?”, “Só vocês dois?”, “Como isso aconteceu?”, “Por que não conseguia ver o fundo?”, “Ele acompanhou você o sonho inteiro?” Sem que os participantes conheçam o método de Deleuze, as perguntas se multiplicam. A atenção e as perguntas trazem o relato individualizado para a experiência coletiva, multiplicam as linhas do sonho, puxando-o para o presente e para o encontro coletivo. As falas iam nos afetando e dirigindo os relatos oníricos do “mundo privado” para o mundo grupal, uma gestão coletiva ia se constituindo em meio às perguntas que conduziam não a uma verdade, mas às figurações dramáticas, como aparecem nos outros relatos abaixo. Desde a primeira oficina, era perceptível que um sonho chamava o outro, e sem demora um novo relato vinha ocupar a conversa. O dispositivo da oficina coloca outro modo de compreender o sonhar e de lidar com o relato do sonho.

O sonho de P

“Eu já tive sonhos procurando desesperadamente alguém que eu não sabia quem era e, do nada, eu me encontro numa sala, numa casa em que nunca estive, mas é a minha casa”. Alguém interrompe a narrativa e o relato vai se coletivizando: *“O sonho de cada um poderia ter ocorrido comigo”.* Dissipam-se as referências à realidade biográfica e ficamos com a imagem como criação do processo onírico. O sonho inventa os lugares, as casas e os personagens. Provoca espantos, surpresas, interjeições e muitos risos. É todo um coletivo que se volta para os relatos do sonho que, deixando de se referenciar à vigília e livres da interpretação que o encaixaria numa verdade interior, torna o sonho possível de ser sonhado por qualquer outra pessoa, uma vez que ele é visto como invenção.

Novamente alguém intervém, retomando a narrativa do sonho de P: *“De repente, ficou tudo florido, que bonito!”* A narrativa era contagiante no grupo e surgia a vontade de sonhar e de relatar seus sonhos. Um participante chegou a imaginar que fôssemos dormir para realizar a sessão de sonhos. *“Na parte da pedra, fiquei aflita também; achei muito sombrio”*, comentavam os ouvintes contagiados. *“Eu já tive um sonho procurando alguém”.* Enquanto um participante conta que está sobre as nuvens, outros recriam as cenas, refletem e meditam. O coletivo vai gerindo as falas, interferindo, trazendo novas imagens, dando uma condução à oficina, produzindo uma meditação na qual se explicita o caráter criativo de qualquer sonho. Uma gestão vai se fazendo.

Meditatio, em latim; *meleté*, em grego, é o “exercício de pensamento” (FOUCAULT, 2006a, p. 428), mas não o exercício do sujeito “sobre” um tema, um objeto, uma situação. *Meditatio* é exercitar-se na própria coisa, fazer a experiência de uma coisa, pôr-se a si mesmo no lugar daquele que está fazendo a experiência, de tal modo que, pelo pensamento, o sujeito se torne aquele que sofre da experiência que o pensamento faz. Pela *meditatio* o sujeito é deslocado daquilo que ele é para experimentar-se a si mesmo em uma situação fictícia, experimentar-se de outro modo, ou seja, o próprio sujeito aí é ficcionado. E, além disso, no exercício que a oficina de sonhos nos propõe, nos relatos e na *meditatio*, no que se constitui o encontro de sonhadores, nos tornamos todos sujeitos-imagem entre as imagens relatadas. O próprio sujeito presente no sonho deixa de ser um representante do sonhador para ser ele mesmo uma ficção do sonho. Em relação àquele que está relatando o sonho e os demais participantes do grupo, o pensamento da *meditatio* implica um sujeito em outra posição, vivenciando lances novos, tomando itinerários radicalmente distintos dos atributos biográficos daquele que sonha.

“Foi um sonho bom ou angustiante?”, pergunta alguém. *“Meus sonhos não têm tantos detalhes”*, diz outro. *“Tem gente que tem consciência de que está sonhando.”* *“Isso ocorreu no sonho ou depois que você acordou?”* Falamos dos processos dos sonhos, da falta de referências com a realidade, das misturas de imagens, da falta de or-

dem, das invenções dos sonhos, dos sonhos como filmes, da morte nos sonhos, dos sonhos com bicho, dos muitos jeitos do sonhar e de como o sonho altera o dia de cada um.

Sonho de Ad

Meu namorado tinha morrido, e, no meu sonho, ele me manda uma mensagem pelo Orkut dizendo para eu ficar bem. Mas como ele pôde me mandar um recado, se ele tinha morrido?, eu pensava no sonho. Tinha o sentimento ambíguo de me sentir enganada e de ficar feliz por ele estar vivo. Consegui ligar pra ele, que me falou que estava na Europa. “Por que você fez isso?”, perguntei. Ele queria ter uma vida de anônimo, queria ter uma vida diferente, só que não aguentou, cansou dessa vida de anônimo e mandou o recado para mim.

Houve uma onda de perguntas, comentários, observações, repercussões, interjeições faciais e muitos risos: “Você chegou a duvidar de que era um sonho?”, “Tinha certeza de que era seu namorado?”, “Quando sonho, eu sei que é um sonho”, “Você procurava outro no sonho também”.

Os sonhos constroem aporias, impasses, cenas insolucionáveis do ponto de vista da realidade e do cálculo, coloca dramas éticos sobre qual escolha vamos fazer. Se nos perguntarmos o que o sonho quer dizer e qual é sua verdade, como no dispositivo de Freud e também em Artemidoro, perdemos a própria dramatização do sonho em troca de uma suposta finalidade exterior à própria imagem. Se nos focarmos na elaboração simbólica que a sonhadora processa acerca da morte de seu namorado, esquecemo-nos da cena na qual uma pessoa se faz de morta para viver uma vida totalmente diferente. No nosso dispositivo, abandonamos a cena onírica como criação de algo que não existe na experiência de fato e perdemos a figuração onírica como produção (DELEUZE, 2006).

O sonho faz uso do material existente na experiência de uma pessoa para inventar uma experiência nova, para liberar singularidades livres das biografias dos sonhadores. Daí a experiência noturna violenta, pois irrompe dela uma existência nova, ainda que apenas em imagem. O sonho mesmo procede por *meditatio*. Por isso, não podemos reduzir o onírico ao sentido da realidade nem fundamentar-lhe na identidade biográfica do sonhador. Possibilidades, destinos e futuros figuram nos sonhos, “em imagens”, segundo nos diz Sartre (1936/2010). A gestão dos sonhos feita coletivamente nos leva aos inusitados destinos: “Agora que vocês me chamaram a atenção para essa coisa do anônimo, fiquei intrigada. No sonho, eu também ficava intrigada com isso”.

O sonho é exercício de nomadismo, e a oficina de sonhos é narração de histórias estrangeiras, como diria Benjamin (1994), não de mundos privados e segredos, mas narrativas que se afastam do cotidiano e da vivência plausível e longe do compromisso de legitimar a realidade. São histórias inverossímeis (SANTOS, 2010) que habitam o corpo e se apresentam como liberdade. Figurações ou dramáticas que se revelam melhor nas múltiplas perguntas circunstanciais que forcem a aparição do drama onírico e a liberação de singularidades. Da liberação da busca da verdade interior e da reexperimentação da dramática onírica surge algo novo também na oficina: “Eu

não tinha prestado atenção nessa ideia de alguém ter uma vida anônima; eu só me voltava para qual é o significado do sonho para mim”. Os sonhos contam histórias jamais vividas pelos sonhadores no passado, no presente ou no futuro e nos aproximam da tecnologia dos Warlpiri. Tudo no sonho é produção que pode ser apropriada de inúmeras maneiras pelos sonhadores depois do acordar.

Sonho de Di

Vou contar um sonho muito bonito que tive. Já tinha me formado, estava casado, eu estava saindo para trabalhar. Tinha música de fundo. Rodava como um filme. Mostrava nossa rotina, beijinhos, ela ficava grávida, nascia a menina de cabelinho preto. Nem abria os olhos e já começava a falar com a gente. Eu sou o espectador do filme, do meu sonho. “E como vamos chamá-la?” “Esperaremos a hora certa”. Minha filhinha se desenvolveu e era muito inteligente, filosófica, espiritual. Então tirei férias e fomos para um lugar com dunas e praia. Lá o brilho do ouro do sol batendo nas nuvens era lindo. Havia muita paz. No meio do deserto, num oásis, havia umas pessoas conversando, uma gazela tomando água. Uma entidade baixa na gazela e diz que vai dar seu nome à menina, Isis [risos na oficina]. Mas em seguida mudou de ideia para não ser muito egocêntrica [risos] e dá o nome de Íris, por onde a menina vai captar toda a beleza da criação. Isis batizou minha filha de 3 anos. “Ela veio para falar comigo”, disse minha filha. Saíram para o deserto, minha filha e a gazela, enquanto a gente ficou no restaurante. Quando voltaram, minha filha diz dentro da minha cabeça: “Nós conversamos muito e ela, infelizmente, não quis o nome que eu escolhi, mas ela me convenceu de um nome muito melhor e que eu acho que vai servir: o nome vai ser Mônica” [muitos risos]. Isis sobe e o sonho acaba”.

Perguntas, surpresas, excessos de risos renovados a cada relato e comentários: “Eu não sonho desse jeito”. “Os sonhos de vocês são muito bonitos”. “O outro era o caminho de uma vida; no meu, eu procurava alguém”. “Já tive um sonho parecido”. “Ela ia com uma pessoa que ela não conhecia”. “Quando alguém conta um sonho, parece que a gente sonhou também”.

Alguns relatos surpreendem quando o sonho encena o que todo mundo faz em vigília, mas ainda assim a cena onírica é acompanhada de brilho inusitado. Há um elemento de banalidade na narrativa de Di: formatura, casamento, criança, nome, dunas, restaurante, gazela. Mas a experiência onírica propriamente não fica na banalidade, pois porta um movimento de excesso. As imagens podem ser comuns, mas se recombina e excedem na criação, na invenção de si mesmas. Estão carregadas de possibilidades de existências que nunca vão acontecer. Mesmo quando parece o relato de uma cena cotidiana (“Eu, quando era criança, tinha o cabelo bem assim”, “Me identifiquei: olha eu ali”), o sonho traz uma intensidade, um raio de sol fulgurante, um transbordamento, uma inquietação ou angústia que o torna de fora da realidade, induzindo os participantes a dizer: “parece como se fosse meu”.

O onírico transcende aos indivíduos, de modo que o personagem-sujeito do sonho, ao mesmo tempo que é identificado ao sonhador, é estranho a ele, sente e faz coisas estranhas, em situação distinta e incomparável. O

sujeito do sonho é único e é o próprio assunto,¹ o drama sonhado, aquilo que, no processo onírico, foi criado. A criação onírica vem pelo transbordamento do comum, do regular, do ordenado que contém minha vida na realidade, e, nesse momento, o sonho ficcional não a realidade, mas fatos que só existem, como diz Sartre, em imagem. O dispositivo oficina de sonhos nos lança para fora de nós mesmos, nos provoca risos e desejo de continuar sonhando de olhos abertos, quer dizer, de continuar criando possibilidades imagéticas. Se buscamos o significado para o sonho, o significado de “Mônica”, que, no sonho, transborda e compõe uma cena inusitada, o drama onírico, e o reatemos no familiar, na biografia, nos códigos linguísticos e lhe reestabelecemos um significado, reduzimos sua potência de criação.

As narrativas do sonho tocam, surpreendem, implicam, puxam os pensamentos, agitam os corpos e as memórias. Com a participação de cada um, os sonhos são coletivizados, se forma a gestão dos relatos, dos estranhamentos, da produção dos afetos, da apreensão daquilo que teria sido realizado à noite e na individualidade, e a *meditatio* é coletiva. Gestão que inclui o silêncio de quem não contou seu sonho, de quem cedeu a vez de falar, o relato e a escuta do onírico, o sem-sentido, os sorrisos e acenos para o estranho. A narrativa de cada sonhador afeta as pessoas, agita o corpo, percute, de modo que, na oficina, o sonho deixa de ser uma questão da interioridade e passa a compor modos de perceber a produção de possibilidades da existência como sujeitos da criação, de modos de perceber o inusitado que nos toca, e que pode alterar nosso modo de viver e de estar na cidade, como em Artemidoro.

Com o avançar da oficina, surge um volume de sonhos que nos lança para o que não existe, para longe de nós mesmos, da realidade e do sentido comum das coisas. Traz uma gama de singularidades indomadas, de simulacros, de linhas de variação que nos dão condição para a invenção. Do caos de tantas histórias noturnas, do sem-sentido, do sem-significado e imagens em estado de fuga, vem a vontade de criar um desenho em papel, uma pintura, cenas teatrais, danças individuais ou coletivas, para dar corpo e realidade aos dinamismos espaço-temporais que persistem no sono.

A gestão dos sonhos não se coloca como se visse no sonho um imperativo, um destino, um passado ocultado. Aproximando-se da tecnologia dos Warlpiri, a gestão dos sonhos se propõe, como dispositivo, a um trabalho de produção, *tékhne tou bíou*, técnica para governar sua própria vida, lembrando-nos de Foucault (2006b, 2006c). Não se trata de buscar a “verdade” interior. A tecnologia da gestão dos sonhos desenvolve a produção das formas, não a sujeição ao saber de fora, aos discursos que nos dizem o que fazer, mas a ativação da capacidade de criação.

Forçar a produção expressiva: onírica do desenho

Saturados das singularidades trazidas pelas narrativas dos sonhos, as imagens oníricas nos trazem sinais de um mundo distante, implausível, não domesticado, o lado de fora de nós mesmos. Formas querendo se desenvolver e que existem, se não “de fato”, mas “em imagem”, lembrando Sartre. Imagens que nada representam a não ser a si mesmas. Os relatos nos preenchem de sonhos e, por estarmos prenhes dos sonhos, vamos nos tornar artesãos de imagens ou, como na *meditatio*, experimentar coisa em pensamento. Vamos desenhar e pintar em papel a partir da sugestão das narrativas oníricas.

Tomar um elemento, ideias, sensações, imagens para fazer um desenho no papel pardo a dezesseis mãos, já que éramos oito participantes. Vamos pintar a identidade, o lugar, o rosto desconhecido? Como desenhar a busca de um nome? O plano da gestão ressalta, como diz Guattari (1992), a interlocução entre os comentadores, a visão de si mesmos na oficina, o aumento da liberdade de jogo e de simulação, o acolhimento imediato das expressões que aí se desenvolvem, o abandono da atitude realista que facilita a apreensão construtivista da produção de subjetividades. Tudo é construído no ato de sua montagem, no debate, no conluio e na transversalização dos afetos das experiências, na negociação dos termos, nas mediações, na produção do comum. Aí opera a “gestão coletiva dos sonhos”.

“Carimbar a digital do polegar ou pintar o RG, que representa a identidade”, alguém propõe e algo se encaminha sobre o papel pardo que usamos. “Mas o que nos surpreende em sonho é a não identidade.” “O desconhecido que passa nos sonhos, como colocar isso no papel?”, “Os sonhos são alegres”. “E bonitos”, outro retruca. “Façamos somente uma margem”. “Por que não deixar em branco? Afinal, o desenho reduz a um significado”. Todavia, sem desenho resta a não existência; nem fato nem imagem. Estamos discutindo, identificando, selecionando e decidindo. O próprio sonho seleciona, faz uma imagem e não faz outras. Há gestão, seleção e escolhas no processo onírico. “Todos os sonhos são alegres, vamos colocar uma boca de palhaço”. Há falas, defesas de ideias, escolhas e silêncios na criação. O nariz vermelho e o rosto do palhaço: a alegria não identificada, a presença sem nome; flores, caminhos, sol e dunas. Os elementos vão ganhando forma e cor, a gestão vai consumando uma nova imagem. “Um branco aqui”, “Tem marrom aí?”, “Em vez de chifres, o elmo é melhor”, “Passa o pincel. Quem desenha o elmo?”, “E o azul lá do céu; e o do Orkut?” “Nossa, derramou tinta”: são frases que põem fim aos silêncios nos quais todos se debruçam, riscam sobre o papel no chão, até que o desenho se dê por terminado. A gestão resolve problemas criando formas a existir “em imagem” e, agora, “de fato”:

¹ Em francês, *le sujet* porta dois sentidos na tradução para o português: além de ser o sujeito, é também o assunto. Isso nos inspira dizer que o assunto do sonho é que é o sujeito. Dizendo melhor: o que está em questão no sonho, do ponto de vista da gestão coletiva, é aquilo que ele dramatiza.



A espada, a flor, o palhaço, as flores em cima do elmo, as linhas de criação e, simultaneamente, de ocupação do território, a expressão do inacabado, a expectativa de que uma nova figura possa se formar em decorrência de mudanças no tracejado, o múltiplo em vez do uno e da totalidade fechada sobre si. Uma nova existência não mais no plano do sonhar, mas o desenho no papel incluindo até os acasos, na expressão da tinta que derrama.

Conversar sobre o desenho e avaliar

Depois da etapa de criação estética, de desenhar, entramos na última fase, a de conversar sobre o desenho e avaliar tudo o que fizemos. É o fechamento da “meditação”. O desenho “*daqui onde eu estou parece um barco*”, diz alguém. “*Só mudando um pouco a posição, já é outra experimentação*”, diz outro. Agora não mais sonho noturno; dessa vez, produção estética do grupo, resultado da gestão dos relatos oníricos, imagens e narrativas. Na frente de todos, o papel pardo, suporte da nossa produção. “*O desenho me trouxe uma alegria*”, alguém comenta sobre o cavaleiro mal-humorado, cheio de flores sobre o elmo. Outro tenta identificar quem é o personagem da pintura. Observamos os caminhos traçados, as possibilidades colocadas, o desconhecido, o anônimo, o que poderia vir a ser. O desenho fica pronto à nossa frente e não é mais sonho nem relato, mas desenho sobre papel, outra produção com conteúdo sensível.

“*A gente sente liberdade*”, alguém diz. A gestão coletiva dos sonhos é um exercício de criação e liberdade. “*Dá alegria ver a produção acontecer*”, expressam os participantes, ver o arranjo, o desenho surgir. “*A gente não*

precisa seguir uma ordem prévia”, outro comentário. Isso ajuda o plano de elaboração que se afirma a partir de dentro, o plano do arranjo interno, conforme Deleuze (1997), que emerge lentamente das componentes provenientes da oficina. Em vez de pegar as imagens dos sonhos e tirar delas um significado que já estaria lá como um elemento que lá repousa e o qual só extraímos, o dispositivo da oficina procede como analogia do próprio processo onírico, construindo. Não é achar a realidade dos sonhos ou sua verdade, mas seguir o fluir do sonho no seu ímpeto de inventar formas. A oficina de sonhos instaura um tempo da transformação, como na versão dos Warlpiri.

Começamos com o relato como se reproduzíssemos os sonhos. Mas, no exercício de gestão coletiva, até a etapa de desenhar, selecionamos elementos, delimitamos, contornamos, criamos arranjos e, em vez de deixarmos o papel branco, damos a nós mesmos a liberdade de uma nova expressão, o direito de criar como um sonho. “*O próprio desenho é muito onírico, pois o céu vira água e vira chão também*”, alguém comenta. Notamos que o chão não reproduz o chão, a flor não reproduz a flor, a espada não reproduz a espada. Cria-se nova imagem. O mundo se faz ali na montagem de um desenho, na trama das conversas, nas cores escolhidas, nos traços, na gestão coletiva.

Um esforço vai ganhando solução para o campo saturado (SIMONDON, 2003; ORLANDI, 2003) de imagens e ganha forma. As imagens oníricas são produções do vivo que porta a condição da “natureza naturante” (DELEUZE, 2002), “industrial” (DELEUZE; GUATTARI, 2010), natureza artesã que ficciona formas e imagens. Esse processamento ou essa habilidade de artífice queremos apreender para a vida desperta. É esse o sentido da prática de si e do preceito délfico “*ocupa-te de ti mesmo*”, recuperados por Foucault (2006c). O processo de criação do indivíduo que de fato somos não difere daquele da criação das imagens.

Nesta etapa das oficinas, os participantes relacionam os fragmentos oníricos com modos do acontecer da realidade e falam de inventar e reinventar maneiras de explorar a vida; transformar os olhares e os sentidos; trazer o processo onírico para a vida real; conectar a vigília ao sonho, pois nele sempre é possível outro caminho, outra solução.

Considerações finais

O método dramático nos permitiu deixar as abordagens que buscam a verdade escondida nos sonhos, tal qual Artemidoro e Freud, e abraçar as cenas noturnas como criações “em imagens”, retomando Sartre, estéticas, dramas em si mesmos, que dizem das muitas potencialidades de criação do ser, do que os Warlpiri mencionam como condições de formação e transformação de tudo o que existe. Por essa via, o sonho também deixa de refletir conflitos psicológicos da infância, como no dispositivo freudiano.

O dispositivo da gestão coletiva dos sonhos, construído no campo das práticas de cuidar e das práticas psicológicas, leva seus participantes a perceberem um mundo ilimitado de possibilidades de criação, e podem apreender a natureza em sua condição construtivista (“natureza

naturante”). Com isso, poderemos fazer crescer nossa liberdade, compor novos roteiros para a vida e, na mesma direção do objetivo de Artemidoro, ajudar as pessoas no cuidar de si mesmas, embora nosso procedimento não inclua a interpretação do sonho. O efeito da *meditatio* é fazer o coletivo experimentar-se a si mesmo em uma situação fictícia, experimentar-se de outro modo.

Mais pesquisas precisam avaliar o quanto a gestão coletiva dos sonhos pode se apresentar como um modo de as pessoas resolverem ou saírem dos constrangimentos e sufocamento que as gerações contemporâneas sentem e que os excessos das práticas de interpretação impostos pelos saberes científicos acabam por reiterar. Eis uma meta que queremos alcançar com esse projeto de oficina de sonhos, aprender a fazer novos roteiros nas nossas vidas. Vimos aqui algumas tecnologias de gestão da vida, cada uma no campo da emergência social que lhe é próprio, e como o dispositivo da gestão coletiva dos sonhos ativam, nos participantes, forças instituintes do sonhar (SANTOS, 2010, 2014, 2015) e de transformar os olhares e a sensibilidade.

Ressurge no dispositivo das oficinas o que Foucault (1978, p. 18), em outro contexto, chama de onirismo, um aspecto da vida que se silenciou quando os sonhos se prenderam nas redes da psicologia familiar. O onirismo é o movimento de fazer aparecer sentidos novos para si e para o mundo, que abre para a proliferação de arranjos de realidades que não se submetem ao comando do logos, da razão, da ordem previamente consentida de tudo, mas abre para a transformação e criação de modos de perceber e de fazer a si a ao mundo, como vimos emergir nas oficinas.

Ainda é necessário estender e aprofundar a pesquisa para termos mais clareza dos seus resultados, mas vemos aí surgir, no campo das práticas psicológicas, um modo novo para a experimentação e diversidade de existências (SANTOS, 2006) e afirmação da condição criadora do ser humano.

Referências

ARTEMIDORO. *Sobre a interpretação dos sonhos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009. Trabalho original publicado no século II.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Magia e técnica, arte e política*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. v. 1, p. 197-221. Coleção Obras Escolhidas.

DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: DELEUZE, Gilles et al. Michel Foucault, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990. p. 155-161.

DELEUZE, Gilles. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34, 1997. v. 4.

DELEUZE, Gilles. *Espinosa, filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, Gilles. O método da dramatização. In: _____. *A ilha deserta*. São Paulo: Iluminuras, 2006. p. 129-154.

DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo*. São Paulo: Ed. 34, 2010.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

FIGUEIREDO, Luis Claudio. *A invenção do psicológico*. São Paulo: Escuta/Educ, 1994.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, Michel. Aula de 3 de março de 1982. In: _____. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006a. p. 427-443.

FOUCAULT, Michel. Aula de 20 de janeiro de 1982. In: _____. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006b. p. 102-154.

FOUCAULT, Michel. A Ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: MOTTA, Manoel Barros da. (Org.). *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c. Coleção Ditos & Escritos, v. 5, p. 264-287.

FOUCAULT, Michel. O método de Artemidoro. In: _____. *História da sexualidade: o cuidado de si*. São Paulo: Graal, 2009. v. 3, p. 13-42.

FREUD, Sigmund. Dois verbetes de enciclopédia (1922). In: SALOMÃO, Jayme (Org.). *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. 18, p. 285-318. Edição Standard Brasileira.

FREUD, Sigmund. A interpretação dos sonhos (1900). In: SALOMÃO, Jayme (Org.). *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. 7, p. 11-650. Edição Standard Brasileira.

GUATTARI, Félix. *Caosmose*. São Paulo: Ed. 34, 1992.

GLOWCZEWSKI, Barbara.; GUATTARI, Félix. Les Warlpiri: espaces de rêves. *Chimères*, Paris, n. 1, p. 4-37, 1987.

JUNG, Carl Gustav. *Ab-reação, análise dos sonhos, transferência*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

ORLANDI, Luiz Benedito Lacerda. Pulsão e campo problemático. In: MOURA, Arthur Hipólito de. *As pulsões*. São Paulo: Escuta/Educ, 1995. p. 147-195.

ORLANDI, Luiz Benedito Lacerda. O indivíduo e sua implexa pré-individualidade. *Cadernos de subjetividade: o reencantamento do concreto*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 87-96, 2003.

SANTOS, Abrahão de Oliveira *Psicose: questões de vida ou morte*. São Paulo: Vetor. 2006.

SANTOS, Abrahão de Oliveira. Gestão coletiva dos sonhos: elementos para uma psicologia da diferença. *Mnemosine*, v. 6, n. 2, p. 59-76, 2010.

SANTOS, Abrahão de Oliveira. Une gestion collective des rêves Extractions déterritorialisées. *L'Unibévue revue de Psuchanalyse*, n. 31, p. 148-162, 2014.

SANTOS, Abrahão de Oliveira. Culture africaine au Brésil: Rêve, résistance et singularization. *Chimères Revue de Schizoanalyses: Les paradoxes du rêve*, n. 86, p. 73-84, 2015.

SARTRE, Jean-Paul. *A imaginação* (1936). Porto Alegre: LPM, 2010.

SIMONDON, Gilbert. A gênese do indivíduo. *Cadernos de subjetividade: o reencantamento do concreto*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 97-117, 2003.

Recebido em: 17 de novembro de 2015

Aceito em: 1 de novembro de 2018

Subjetividades de beneficiárias do Programa Bolsa Família em contexto rural

Elaine Costa-Fernandez,^{Orcid}★ Claudio Andres Baradit Munoz^{Orcid}

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar uma breve revisão teórica e alguns resultados parciais de uma dissertação de mestrado realizada no PPG em psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). De desenho qualitativo, o estudo visa analisar as práticas discursivas que constituem os modos de subjetivação de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) no contexto rural da Zona da Mata Sul Pernambucana. As referências teóricas consideram o enfoque da governamentalidade, entendendo que práticas de inclusão social, como o PBF, modificam as subjetividades de seus beneficiários. A população estudada é constituída de uma amostra não probabilística de seis mulheres. A coleta de dados foi realizada através de entrevista semiestruturada, e a análise dos dados se baseia na perspectiva de análise crítica do discurso. Os resultados obtidos questionam o potencial do PBF para gerar mudanças nas relações de gênero. Finalmente, interroga-se a evolução das políticas públicas de inclusão social na sociedade brasileira, abrindo perspectivas para novos estudos sobre as mudanças vivenciadas pela população beneficiária no contexto rural de Pernambuco.

Palavras-chave: inclusão social; Programa Bolsa Família; gênero; ruralidade; modos de subjetivação.

Subjectivities of Bolsa Família Program's beneficiaries in rural context

Abstract

This article aims to present a brief theoretical review and some partial results of a Master's dissertation held at the PPG in Psychology of the Federal University of Pernambuco (UFPE). With qualitative design, the study aims to analyze the discursive practices that constitute the modes of subjectivation of women beneficiaries of the Bolsa Família Program (PBF) in rural context of the Zona da Mata Sul Pernambucana. The theoretical references consider the approach of governmentality, understanding that practices of social inclusion, such as the PBF, modify the subjectivities of its beneficiaries. The study population consists of a non-probabilistic sample of six women. Data collection was performed through a semi-structured interview and data analysis is based on the perspective of critical discourse analysis. The results obtained question the potential of the PBF to generate changes in gender relations. Finally, we discuss the evolution of the public policies of social inclusion in the Brazilian society, opening perspectives for new studies on the changes experienced by the beneficiary population in the rural context of Pernambuco.

Keywords: social inclusion; Bolsa Família Program; gender; rurality; subjectivity modes.

O contexto rural da Zona da Mata Sul de Pernambuco

Sem dúvida a pobreza é um dos problemas sociais mais preocupantes da contemporaneidade. Seu combate tornou-se o principal foco de ações governamentais na tentativa de reduzir as iniquidades sociais produzidas pelo sistema capitalista nas sociedades modernas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2017), para o ano 2016, e segundo a linha de 5,5 dólares per capita estabelecida pelo Banco Mundial (BM) para países de desenvolvimento médio como o Brasil, 24,5 % da população brasileira encontrava-se em situação de pobreza, tendo a maior incidência no Nordeste (43,5%). Segundo o informe, em 2016 um total de 40,1% da população pernambucana estava abaixo da linha da pobreza do BM. Segundo o organismo, em todos os estados da Federação a pobreza atinge de forma mais acirrada as zonas interiores que as capitais, sendo reflexo da realidade já observada pela ONU, que diz que, atualmente, 80% da pobreza está nas zonas rurais dos países em desenvolvimento. Este fato fica mais claro quando observamos as grandes diferenças intraestaduais no Estado de Pernambuco, retratadas no informe do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2012), que traz

uma análise contextualizada e aprofundada, apontando diferenças significativas no que se refere aos níveis de extrema pobreza (11.1% na zona urbana e 22.2% na zona rural), renda familiar per capita (390.3 reais na zona urbana e 193.3 reais na zona rural), porcentagem de renda familiar dependente da seguridade social e transferências de renda estatais (29.5% na zona urbana e 45.4% na zona rural) e rendimento médio do trabalho (749 reais na zona urbana e 370 reais na zona rural). Esta realidade confere uma importância fundamental ao Programa Bolsa Família (PBF) na vida das famílias em situação de extrema pobreza, sendo ainda mais relevante sua atuação nas zonas rurais (IPEA, 2012).

Complementarmente, outros índices destacam os diferentes níveis de inclusão social e qualidade de vida das famílias vulneráveis nas zonas rurais pernambucanas (IPEA, 2012). No âmbito da educação, as diferenças entre a zona urbana e rural de Pernambuco se observavam na quantidade de anos de estudo (6.6 na primeira e 4.1 na segunda) e no índice de analfabetismo (17.6% no urbano e 33.3% no rural). No âmbito de saneamento básico, enquanto 21% da população das zonas urbanas não tem acesso à água encanada, 42.2% das famílias que moram nas áreas rurais não têm este serviço. No âmbito da conectividade, 76.7% da população pernambucana tem acesso a telefonia celular, mas nas áreas rurais "a situação é mais acirrada, pois meros 1,2% possuem [sic]

*Endereço para correspondência: Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Av. Professor Moraes Rego s/n - Cidade Universitária, Recife, PE - Brasil. CEP: 50670-901. Emails: elainef@frec.br, baradit.claudio@gmail.com



telefone fixo e apenas 50% dos domicílios dispõem de telefone celular. Os demais 50% vivem uma situação que beira o isolamento” (IPEA, 2012, p. 32).

A Mata Sul Pernambucana é uma zona rural onde se misturam elementos do moderno e do tradicional (BRANDEMBURG, 2010), nas formas de vida, trabalho e economia. Esta região tem a produção da cana de açúcar como sua principal atividade econômica (RODRIGUES; ROLLO, 2000). Durante as décadas de 80 e 90, crises econômicas prejudicaram esta atividade, o que causou uma importante redução da renda da população, incrementando-se os índices de extrema pobreza. Nesta região, a Reforma Agrária permitiu que muitos trabalhadores obtivessem a posse de terras, mas inicialmente os assentamentos se encontravam em condições precárias, com carências nas áreas de infraestrutura, produtividade, crédito, saúde, educação, saneamento, energia e água. Apesar de diversas ações políticas terem tentado minimizar estas problemáticas nas últimas décadas, muitas delas ainda continuam presentes.

No que diz respeito à situação das mulheres, Dourado et. al. (apud SILVA, 2002) afirmam que elas sempre tiveram um papel importante na produção da cana de açúcar, desde a colonização até os tempos atuais. Além de trabalharem nesta atividade e em outras consideradas tipicamente femininas (empregadas domésticas, babás, lavadoras de roupa, etc.), as mulheres desta região também trabalham como agricultoras familiares, além de cumprirem com os labores domésticos.

Sem desconhecer a importância dos indicadores estatísticos para traçar os “perfis da pobreza”, afirmamos que eles são uma imagem incompleta da realidade, já que as características de cada contexto outorgam à expressão da pobreza uma feição particular. Neles, elementos espaciais, tecnológicos, morais, sociais e históricos influenciam a vida dos indivíduos, a forma como constroem suas relações e subjetividades. Este estudo propõe apreender estes contextos segundo a noção de agenciamento definida como a rede de práticas e relações sociomateriais onde são constituídas as subjetividades (ROSE, 1998). As práticas de subjetivação devem ser entendidas em termos de interconexões entre componentes humanos e não humanos heterogêneos que, dentro de um agenciamento, se articulam para estabilizar formas de subjetivação.

Racionalidades que compõem a ruralidade brasileira: a tipologia de Brandemburg

Para Brandemburg (2010), o contexto rural brasileiro é composto por três tipos de racionalidade, marcos de referências simbólico-materiais às quais se articulam modos de vida e trabalho.

A primeira delas, a ruralidade tradicional, destaca o papel da pequena propriedade familiar e as redes sociais, formadas pela família extensa e integrantes da comunidade. Estes espaços seriam os primeiros lugares para o estabelecimento de relações sociais além da família. Nesta forma de vida, um grau de autonomia relativa é desenvolvido pelos grupos familiares, que produzem alimentos para o au-

toconsumo e fomentam uma pequena indústria doméstica, que obtêm produtos derivados a partir dos excedentes, para serem consumidos ou comercializados em pequena escala.

A segunda forma de vida é o rural moderno, sendo que “quando a sociedade se moderniza e impõe seu ritmo e padrão de vida ao campo, as condições de vida camponesa se redefinem, a vida social em comunidade se reorganiza” (BRANDEMBURG, 2010, p. 421). Desestabiliza-se a vida social só focada no comunitário, e o camponês se integra ao mercado, estabelecendo relações comerciais de consumo. As famílias buscam satisfazer algumas necessidades adquirindo produtos industriais, o que reduz a importância da indústria doméstica. Observam-se também fenômenos como o trabalho assalariado fora da unidade de produção familiar e o êxodo rural em busca de oportunidades. O ingresso da modernidade no rural modifica as relações, passando de próximas a societárias.

Finalmente, para o autor, a terceira forma seria o rural socioambiental, típica das sociedades modernas avançadas. Este novo rural se articula socialmente no espaço local, onde convivem lógicas diversas, de forma que “tradicional e moderno não são opostos nestas condições e sim componentes de uma ruralidade multidimensional formando um conjunto de rede de relações de sociabilidade heterogênea” (BRANDEMBURG, 2010, p. 424). Nestas condições, observa-se uma vida rural integrada à vida urbana, onde a tradição é reinventada e serve como referente cultural para as pessoas da cidade, que reafirmam sua própria identidade mantendo viva a tradição. Outro processo é a “ecologização do rural”, onde atores diversos se relacionam com base em princípios ecológicos e práticas produtivas sustentáveis.

Em resumo, Brandemburg (2010) destaca a importância do processo da modernidade como chave das mudanças na vida rural. Mesmo se os valores da ruralidade moderna aparecem hegemônicas as formas de vida tradicional, isto não implica a “morte da tradição”, senão a resignificação da mesma e até a revalorização do tradicional como elemento identitário. No rural contemporâneo coexistem formas de vida em que racionalidades se misturam de forma híbrida e valores tradicionais e modernos se resignificam, sendo ambos referenciais importantes na configuração de relações, subjetividades e formas de vida das pessoas que habitam o campo.

Programa Bolsa Família: características e críticas

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) foi criado em janeiro de 2004 com a missão de promover a inclusão social, a segurança alimentar, a assistência integral e uma renda mínima de cidadania às famílias que vivem em situação de pobreza. Para isto o órgão implementa inúmeros programas e políticas públicas de desenvolvimento social nas três esferas de governo e em parceria com instituições da sociedade civil, organismos internacionais e instituições de financiamento. Essa articulação pretende estabelecer uma sólida rede de proteção e promoção social que quebra o ciclo de pobreza e promove a conquista da cidadania para os brasileiros (BRASIL, 2013).

Neste contexto, o Programa Bolsa Família (PBF) se transformou na grande estratégia de luta contra pobreza no Brasil, visando promover a inclusão social e o acesso a direitos sociais, além de incrementar a renda familiar através de uma transferência condicionada ao cumprimento de certos deveres por parte da família, vinculados principalmente ao cuidado e escolarização das crianças. Além disto, o PBF contempla a participação da família em programas complementares, que visam à capacitação de seus membros, desenvolvendo “competências” psicossociais e de empregabilidade.

O PBF é parte de uma estratégia ampla de proteção social impulsionada pelo Estado para a luta contra as condições de exclusão social e pobreza que ainda afetam uma parcela significativa da população brasileira. O Plano Brasil sem Miséria é esta grande estratégia, que inclui uma série de programas sociais em três eixos de atuação (BRASIL, 2013). O eixo “garantia de renda” se relaciona às transferências monetárias feitas para as famílias no intuito de dar alívio imediato à situação de extrema pobreza, dentro do qual o PBF ganha destaque como um de seus principais programas. O eixo de “acesso a serviços públicos” trata do provimento, ampliação e qualificação dos serviços e ações de cidadania e de bem-estar social com foco no público em extrema pobreza, priorizando ações que articulam as famílias com a rede de proteção social (saúde, educação e assistência). Finalmente, o eixo “inclusão produtiva” está voltado para a oferta de oportunidades de qualificação, ocupação e renda, sendo estas oportunidades específicas para os contextos urbanos e rurais.

Assim, por exemplo, na zona rural, o eixo de inclusão produtiva é fundamental para que as famílias otimizem sua produção agrícola e possam comercializar os excedentes para conseguir melhoras na qualidade de vida e vias autônomas de geração de renda. O Plano Brasil sem Miséria propõe uma série de programas com este objetivo, como o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), o Programa Água para Todos e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outros (BRASIL, 2013).

Na gestão do Plano Brasil sem Miséria, o município é um dos principais atores (BRASIL, 2013). Cabem ao município a materialização e a operacionalização dos programas como uma rede de proteção social territorial que considere a diversidade geográfica, sociocultural e econômica das diferentes localidades que o compõem, se articulando às redes comunitárias e familiares já existentes.

Há mais de uma década de operação, o PBF tem comprovado em inúmeras pesquisas seus resultados e impactos positivos nas áreas de intervenção que são parte de seus objetivos. Segundo Campello (2013), o Programa, que inicialmente se propôs ser um alívio imediato à miséria e à fome, viu seus objetivos alcançados e superados, tanto em cobertura e focalização como em impacto na vida dos beneficiários. Segundo a autora, o acesso a uma renda complementar e direitos sociais foi parte de uma estratégia integrada de inclusão social e desenvolvimento econômico (“Modelo de Desenvolvimento com Inclusão”), em que se potencializou paralelamente o salário mínimo, a agricultu-

ra familiar e o emprego formal, entre outras ações. Entre 2001 e 2011 se observou uma queda da desigualdade de renda, com contribuição importante do PBF. O Programa significou a melhoria da renda das famílias pobres e maior qualidade de vida, além de oferecer possibilidades de empoderamento feminino através da titularidade da mulher como beneficiária, contribuindo, assim, para uma maior autonomia financeira nos âmbitos privado e público. Cabe ressaltar que entendemos por empoderamento feminino a consciência coletiva, expressada por ações para fortalecer as mulheres e desenvolver a equidade de gênero, o que está longe de ser atingida nessa região.

O PBF obteve resultados positivos em várias dimensões (CAMPELLO, 2013). Na área de saúde, nota-se melhora na segurança alimentar das famílias, queda nas taxas de desnutrição e de mortalidade infantil, incremento dos atendimentos em saúde da gestante e crianças, aumento das taxas de amamentação e vacinação, junto com a diminuição dos índices de hospitalização infantil. Já no âmbito da educação, observa-se diminuição das taxas de evasão escolar, aumento da frequência escolar e dos índices de aprovação, diminuição da defasagem idade/série e também do trabalho infantil.

Segundo Campello (2013), logo da implantação do Plano Brasil sem Miséria, em 2011, se produz um reajuste dos valores dos benefícios do PBF, junto a novos benefícios para gestantes e nutrisses. Finalmente, entre 2012 e 2013, além do nascimento do Programa Brasil Carinhoso, se implementa o benefício variável segundo a severidade da situação de pobreza, o que significou o fim da “miséria” segundo o critério de renda, com todas as famílias ultrapassando a linha da extrema pobreza, definindo-se assim a fome como mínimo inaceitável que nenhuma pessoa ou família poderia viver no Brasil.

Apesar dos resultados positivos do Programa, autores de disciplinas diversas têm questionado os fundamentos das políticas de inclusão social em geral e o PBF em particular. Segundo Lopes (2009), em nossas sociedades, onde opera o imperativo “todos devem estar incluídos”, os dispositivos de inclusão social aplicam estratégias de normalização dos indivíduos, sendo as subjetividades “gerenciadas” por estes dispositivos. Assim, por exemplo, para Gomes (2011, p. 72) o PBF opera uma forma de inclusão “através do pertencimento a uma categoria, que os pobres não podem sequer reivindicar como sua”. O autor destaca a origem técnica-política da categoria “pobreza/pobre”, constituída nos discursos das ciências sociais e da sociedade neoliberal, sendo uma categoria com uma carga moral negativa construída historicamente. A aplicação desta categorização vai ter como consequência a classificação de uma parcela da população, a imposição de formas particulares de interpretação da própria realidade e de si mesmo, prescrevendo, portanto, um modo específico e normalizado de subjetivação.

Para Miller e Rose (2012), nas sociedades neoliberais as estratégias de governamentalidade são aplicadas através da ação de racionalidades políticas e tecnologias de governo. Os dispositivos técnico-políticos atuam estrategicamente nos espaços privados, transformando estes

espaços em tecnologias humanas (ROSE, 1998), centros de cálculo para o governo dos indivíduos. Sendo assim, propomos que o PBF aciona uma intervenção na intimidade da família, influenciando suas relações internas (conjugais, parentais, etc.), externas (escola, centro de saúde, etc.) e as subjetividades de seus membros. O PBF pode ser entendido como um dispositivo (WEINMANN, 2006) que aciona práticas de subjetivação, as quais oscilam entre ações de “assujeitamento” e práticas de resistência ante o poder (DELEUZE, 1972/1990; WEINMANN, 2006).

Donzelot (1980) identifica como as sociedades liberais têm governado as famílias “excluídas”, aquelas que fogem a esta norma da autonomia, na medida em que não conseguem se autogerenciar e caem nas redes da tutelarização. O autor descreve a aparição no século XX de um “complexo tutelar”, uma série de autoridades e saberes (jurídicos, sociais, ciências “psi”) articulados para acionar mecanismos de vigilância constantes sobre as famílias populares. Donzelot (1980) descreve que a função da “mulher-mãe” dentro deste cenário seria fundamental, por seu papel socialmente designado de vigia das dinâmicas familiares, de sua moralização e educação. A mulher seria uma peça estratégica, já que o êxito das práticas educativas e moralizantes da família dependeria do papel ativo da mulher como “mãe-cuidadora”.

Nesta linha, autoras feministas apresentam críticas à forma como o PBF reforça o posicionamento da mulher nos papéis de gênero tradicionalmente prescritos pela cultura patriarcal. Gomes (2011) observa que o cumprimento das condicionalidades do PBF recai nas mulheres, como também a assistência a atividades complementares de “capacitação/educação”. Esta situação apresenta efeitos sobre o tempo das mulheres e as vincula diretamente à esfera doméstica dos cuidados da família.

Mariano e Carlotto (2009) complementam este argumento pela afirmação de que no PBF a mulher é valorizada apenas pelos papéis tradicionalmente femininos aos quais ela tem sido associada, o de mãe (maternidade) ou cuidadora (maternagem). Assim, as categorias “mulher” e “mãe” se tornam equivalentes no discurso, gerando efeitos subjetivantes, na medida em que “a estratégia de inclusão e de interpelação das mulheres supõe a seguinte operação ideológica: mulher = mãe ou família = mãe” (MARIANO; CARLOTTO, 2009, p. 905). Um enfoque “familista” de política pública substitui a demanda por empoderamento da mulher pelo fortalecimento da família.

A mulher como elo: redes familiares, comunitárias e institucionais

As políticas de inclusão social, como o PBF, não poderiam ser operacionalizadas se não fosse pela implementação de redes de proteção social institucionais nos territórios onde as ações públicas encontram seus principais beneficiários. Segundo Martinez Ravanal (2006, p. 60), na contemporaneidade, as redes sociais se tornam “o principal suporte de integração das pessoas”. Para o autor, o processo de integração social se daria nas redes sociais, onde o sujeito encontraria “um lugar na socieda-

de, um trabalho, uma moradia, uma família, qualidade de vida, satisfação de necessidades, oportunidades, proteção, seguridades, apoio, desenvolvimento psicossocial” (MARTINEZ RAVANAL, 2006, p. 61).

Martinez Ravanal (2006) vai distinguir a rede social primária da secundária. A primeira é a rede de vínculos mais próxima do sujeito, fonte principal de apoio emocional e funcional, constituído pelas pessoas e grupos que formam parte do cotidiano, do mundo das relações informais e afetivas. A segunda é a rede de vínculos de tipo formal, não necessariamente parte do cotidiano das pessoas, tendo as relações estabelecidas características mais impessoais, racionais ou contratuais. Martinez Ravanal (2006) faz uma segunda distinção, entre rede local comunitária e rede local institucional. A primeira inclui atores locais comunitários, e a segunda as instituições formais (escola, posto de saúde, igreja, ONGs, creche, centro de assistência social, etc.) inseridas nas comunidades e que têm uma influência na forma como estas funcionam, tendo papéis relevantes na educação, saúde, proteção social, espiritualidade, lazer, seguridade, etc.

Segundo Azeredo (2010), em torno das redes sociais, tanto comunitárias como institucionais, o papel da mulher ganha destaque quando falamos de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade. Estas redes são claramente femininas, sendo sistemas de vínculos entre mulheres que intercambiam apoio social. Se considerarmos as formas de solidariedade estabelecidas entre mulheres pobres, verificaremos que estas sempre contaram com o apoio de outras mulheres para o cuidado dos filhos, seja para o desempenho das tarefas domésticas ou para integrar-se ao mercado de trabalho.

Essas redes de apoio femininas aparecem frequentemente quando as redes de proteção secundária, ligadas às políticas públicas de proteção social, são inexistentes ou deficitárias. A centralidade da mulher na manutenção deste sistema de apoio social estaria diretamente relacionada com os papéis tradicionais de gênero que designam à mulher a responsabilidade pelo âmbito dos cuidados no espaço doméstico. Por esta razão, a função de cuidado-educação das crianças do lar torna-se uma tarefa muitas vezes compartilhada por uma rede de mulheres de confiança da família ou da comunidade.

Azeredo (2010) também vai destacar o papel central da mulher como primeiro vínculo entre a família e os programas sociais. Este fenômeno é destacado também por Gomes (2011), no caso do PBF, sendo a mulher a beneficiária por excelência do programa e vínculo fundamental com as principais instituições operadoras da política no território (posto de saúde, escola e centro de assistência social). Azeredo (2010) destaca a importância da presença de um sistema de proteção social articulado, que possa aliviar as mulheres da carga do trabalho doméstico e de cuidados da família, para que elas possam protagonizar outros espaços públicos, políticos e laborais.

Objetivos e método da pesquisa

Além da já destacada relevância social e política da pobreza como problema social (IPEA, 2012) e do PBF (CAMPELLO, 2013; BRASIL, 2013), constatamos a ausência de pesquisas em psicologia nesta temática no Brasil (DANTAS; OLIVEIRA; YAMAMOTO, 2010). Já em outras disciplinas, identificamos pesquisas que visam compreender a subjetividade de mulheres beneficiárias do PBF, principalmente focadas na realidade urbana (ARAÚJO, 2007; CARLOTO; MARIANO, 2010, 2012; CAMARDELO, 2009). Também estabelecemos um diálogo com algumas pesquisas que estudaram as formas de vida de famílias da classe popular urbana (PINTO et al., 2011; SOUZA, 2009, 2012). Finalmente, identificamos algumas pesquisas que analisaram as realidades das mulheres na área rural, não necessariamente beneficiárias do PBF (HENN, 2013; MAGALHÃES et al., 2011). Assim, detectamos, especificamente, uma carência de pesquisas que abordem os modos de subjetivação de mulheres beneficiárias do PBF em contextos rurais, estabelecendo de forma mais clara a relação entre subjetividade e contexto.

Considerando as indagações e a relevância do objeto de estudo, esta investigação se orientou a partir da seguinte pergunta: que práticas discursivas constituem os modos de subjetivação de mulheres beneficiárias do PBF no contexto rural da Zona da Mata Sul de Pernambuco? O estudo teve como objetivo analisar as práticas discursivas que constituem modos de subjetivação de mulheres beneficiárias do PBF do contexto rural da Zona da Mata Sul de Pernambuco. Buscou-se também compreender como o fato de habitar no contexto rural de um estado do nordeste brasileiro dá especificidade às subjetividades. Finalmente, analisamos a implementação do PBF no marco de uma rede de proteção social que interage com redes familiares e comunitárias já existentes.

O estudo utilizou o tipo de amostra não probabilística (HERNÁNDEZ SAMPIERI; FERNÁNDEZ COLLADO; BAPTISTA LUCIO, 1998), na qual os sujeitos são escolhidos segundo os objetivos da pesquisa e o critério de saturação amostral (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008). Utilizamos, portanto, critérios de tipicidade (VALLES, 2003), elementos que fazem com que os sujeitos pertençam a um grupo com características comuns de interesse para a pesquisa. Considerando as orientações do autor, os critérios de inclusão dos sujeitos foram: ser mulher; ser maior de 18 anos; ter sob seu cuidado crianças/adolescentes menores de 18 anos; ser beneficiária do PBF; ser residente de territórios rurais da Zona da Mata Sul de Pernambuco.

Como instrumento de coleta de dados foi privilegiada a entrevista semiestruturada. Seis mulheres foram selecionadas para participar de entrevistas individuais, a quantidade necessária até cumprir com o critério de saturação dos dados. Utilizou-se um roteiro de entrevista com três grandes temas (“Realidade Familiar”, “Contexto Rural” e “Programa Bolsa Família”), divididos em subtemas e

operacionalizados em perguntas disparadoras do diálogo. O material coletado foi interpretado segundo a análise crítica do discurso (FAIRCLOUGH, 2001a, 2001b).

Resultados parciais da pesquisa

A análise parcial dos resultados permitiu observar que as subjetividades das mulheres participantes se constituem de forma relevante a partir do autopoicionamento discursivo “mulher-mãe”, enquadrado no modelo da família nuclear burguesa (BADINTER, 1991), norma hegemônica que, a partir de pares dicotômicos, naturaliza posições de gênero. Segundo as participantes, as principais funções da “mulher-mãe” são cuidar, criar e educar os filhos, as tarefas domésticas e a administração do lar. As virtudes da “boa mãe” são ser paciente, presente, cuidadora, atenciosa e carinhosa.

Com relação à “família extensa”, ela funciona como uma rede social primária solidária para o auxílio ao enfrentamento da pobreza (MARTINEZ RAVANAL, 2006). O papel da mulher nesta “rede social feminina” é estratégico e está vinculado à tarefa de cuidar dos filhos (AZEREDO, 2010). São também observadas estratégias familiares solidárias, como dividir gastos de comida, plantio e comercialização conjunta de produtos, troca de apoio material (comida, dinheiro, roupas) e cuidado coletivo com as crianças.

Para as mulheres, o fato de habitar um território rural implica particulares formas de vida, visões de mundo e definições da própria subjetividade. O trabalho do campo, as diversas atividades rurais, são fonte fundamental de reconhecimento social, orgulho e configuração das subjetividades das mulheres. O trabalho, como uma “forma de vida”, se transforma no eixo articulador dos costumes e atividades na família rural. Os trabalhos rurais são fonte de alimentação e renda. As atividades rurais são definidas como “trabalhos pesados”, por suas difíceis condições, grandes esforços físicos e baixas rendas. Estes trabalhos passam de geração em geração e orientam o processo de socialização de gênero na família. As mulheres trabalham em ambos os espaços, numa dupla jornada de trabalho. Apesar de serem apontadas ocasionalmente como as “provedoras” principais, isto não modifica as relações patriarcais de gênero na família.

Identificamos, no discurso das mulheres participantes, uma filosofia de vida que pode ser caracterizada como “épica da luta”, uma forma de narrativa heroica (GERGEN, 1996), que apresenta as seguintes características: 1) Pluriatividade (diversos modos de sobrevivência e geração de alimentação-renda); 2) Proatividade (“correr atrás” das oportunidades); 3) Instabilidade (insegurança e incerteza); 4) Pouco poder de planejamento futuro (“presentismo”); 5) Ética do esforço pessoal (êxito vinculado a fatores individuais); 6) O “trabalho pesado” como fonte de orgulho. Esta ética constitui a subjetividade das entrevistadas enquanto “mulheres-lutadoras” do campo e está ancorada claramente nas práticas da ruralidade tradicional (BRANDEMBURG, 2010). Esta ética do esforço pessoal e a concepção da vida como uma luta já foram observadas em outras pesquisas (ARAÚ-

JO, 2007; BRANDÃO; GERMANDO, 2009; HENN, 2013; MAGALHÃES et al., 2011; CAMARDELO, 2009; PINTO et al., 2011; SOUZA, 2009, 2012).

Observamos também que as entrevistadas utilizam um conceito de “pobreza” construído através das noções de “fome” e “renda”. O fato de poder satisfazer às necessidades básicas permite diferenciar “pobres” de “miseráveis”. A categoria miséria está relacionada a condições de vida indignas e inumanas, principalmente o fato de “passar fome”, enquanto a pobreza está vinculada à falta de renda. Neste contexto, a renda do PBF distancia as mulheres da extrema pobreza, marcada pela vivência da “fome”, drama que muitas delas já tiveram que vivenciar, e as situa como pessoas “pobres”, possuidoras de renda insuficiente, numa lógica de “pobreza digna”, na qual não se passa fome ou não se precisa “pedir aos outros” para sobreviver. Neste sentido, a renda do PBF incrementa a autonomia familiar no que diz respeito a satisfazer suas necessidades básicas, dignificando a vida de seus beneficiários.

Sem embargo, a vivência da pobreza persiste, tanto objetiva como subjetivamente. A autopercepção de “mulher-pobre” se reforça, já que, para serem beneficiárias do Programa, elas devem “comprovar” sua pobreza (RAMOS ZINCKE, 2016) para os gestores que as visitam em suas moradias. Observa-se, paralelamente, que o discurso religioso introduz a categoria do “pobre-humilde”, que prescreve o fato de dever agradecer a Deus o pouco que se tem e levar uma vida austera. Estes conceitos, próprios do discurso das participantes, conformam uma noção subjetiva de “mulher-pobre” em que a austeridade é ressaltada até como uma virtude religiosa.

O PBF, parte da rede social secundária de caráter institucional (MARTINEZ RAVANAL, 2006) as quais as mulheres acessam, é considerado uma “grande ajuda”, uma renda muito relevante para o orçamento familiar. O benefício é considerado uma renda fixa e segura, previsibilidade que dá possibilidade de planejamento, um “quase salário” para a mulher. Também se percebe nas narrativas analisadas uma alta dependência do benefício e o medo permanente de perdê-lo. Para as entrevistadas, o valor recebido deve ser utilizado em favor dos filhos. O fato de receber o benefício traz mudanças importantes para as mulheres, como maior autonomia financeira e melhora da autoestima. Os efeitos positivos do PBF sobre as mulheres beneficiárias já foram descritos em outras pesquisas (BARTHOLO; PASSOS; FONTOURA, 2017; CAMPELLO, 2013; CARLOTO; MARIANO, 2010, 2012; MAGALHÃES et. al., 2011).

Sobre as condicionalidades do PBF, estas se transformam em novos deveres para a “mulher-mãe” (GOMES, 2011; MARIANO, CARLOTO, 2009). Estas responsabilidades são reforçadas pela ameaça de perder o benefício. As condicionalidades operam como instrumentos para “incentivar” a mulher a cumprir suas obrigações, aproveitando suas “qualidades de mãe” para conseguir objetivos no âmbito familiar (DONZELOT, 1980). A “instrumen-

talização” das mulheres nas políticas de inclusão social já tem sido analisada por Carlotto e Mariano (2010, 2012), Gomes (2011), Mariano e Carlotto (2009) e Meyer (2005).

Por outro lado, programas complementares ao PBF, da rede secundária institucional (MARTINEZ RAVANAL, 2006) do Plano Brasil Sem Miséria, que deveriam visar a autonomização econômica das famílias via emprego e renda (MDS, 2013), são, segundo as mulheres, escassos ou inexistentes, limitando-se a ações isoladas e pouco efetivas. Sendo assim, as famílias dificilmente alcançam a autonomia, pelas poucas alternativas de inserção laboral, o que compromete a efetividade da inclusão social do PBF.

Considerações finais

O Programa Bolsa Família (PBF), desde sua criação, prioriza as mulheres como responsáveis pelo recebimento do benefício financeiro (BARTHOLO; PASSOS; FONTOURA, 2017). Este arranjo faz com que a conexão entre o PBF e mudanças nas relações de gênero seja objeto de interesse de pesquisas como a aqui apresentada. Embora seu desenho possa reforçar a ideia de que o trabalho de cuidado é responsabilidade feminina, o programa gera inquietações relativas à autoridade masculina e procura ampliar as redes sociais das mulheres. No entanto, os resultados obtidos questionam o potencial do PBF para gerar mudanças nas relações de gênero. Eles apontam para o fato de que posições tradicionais de gênero podem estar sendo reforçadas pelas políticas públicas, tanto através de ações diretas como através de omissões no momento de questionar as estruturas tradicionais de gênero. O PBF poderia, neste sentido, estar reforçando estruturas de gênero tradicionais através de suas ações (GOMES, 2011; MARIANO; CARLOTO, 2009; MEYER, 2005). A análise da dimensão gênero deve ser contextualizada no agenciamento sociomaterial da ruralidade, no qual práticas discursivas particulares influenciam as configurações dos posicionamentos de gênero das beneficiárias.

Sobre outros modos de subjetivação observados nas narrativas das mulheres, a categoria “pobre” destaca-se dentro da experiência de vida e constituição subjetiva (GOMES, 2011; RAMOS ZINCKE, 2016). Como categoria técnica aplicada por programas como o PBF, atuaria sobre as subjetividades dos beneficiários classificando-os dentro de uma categoria com uma forte carga valorativa negativa, mas que, ao mesmo tempo e de uma forma um tanto paradoxal, permite-lhes acessar diversos benefícios estatais. Carregar o preconceito e o estigma de uma categoria a câmbio de benefícios necessários para suas famílias parece ser a disjuntiva que as beneficiárias enfrentam. Sem embargo, no contexto rural, a categoria negativa “pobre” é confrontada com o posicionamento das mulheres como “lutadoras”, construído a partir do trabalho pesado do campo e que carrega marcas de autonomia e orgulho para as mulheres. Esta postura ética se ancora nas práticas e racionalidades da ruralidade tradicional (BRANDEMBURG, 2010).

Sobre o funcionamento do Plano Brasil sem Miséria nos territórios, se observa um déficit da rede institucional (MARTINEZ RAVANAL, 2006) de proteção social nas comunidades,

com pouco impacto de outros programas que complementem a ação do PBF. Ante esta situação, as redes primárias familiares-comunitárias proporcionam formas de apoio social e estratégias de enfrentamento da pobreza transcendentais quando a rede institucional é deficiente, assumindo as mulheres um papel relevante de nexos entre as distintas redes do território (AZEREDO, 2010).

Identifica-se que o PBF tem grande importância na vida das famílias, observando-se que a renda familiar depende muito do benefício. Sobre a autonomia familiar, esta fica comprometida pela débil ação de outros programas que venham a complementar o PBF, oferecendo oportunidades de emprego e renda num contexto claramente debilitado em termos econômicos, como a Zona da Mata Sul de Pernambuco. Nela predominam empregos estacionais e informais que não conseguem absorver grande parte da mão de obra disponível. Neste cenário, aprecia-se uma sensação de insegurança e medo nas mulheres de perder o benefício do PBF, situação interpretada como um possível retorno aos “tempos da fome”, barreira que, se transpassada, devolveria as famílias à condição de “miseráveis”, categoria que, mais do que apontar uma conotação moral negativa, como a carregada pelos “pobres”, estaria vinculada a condições inumanas ou infra-humanas.

Com as mudanças políticas vividas no Brasil em 2016, momento político e social em que as políticas públicas de inclusão social foram debilitadas, um ambiente de incerteza afeta a população beneficiária do PBF. Novos estudos pretendem questionar os impactos destas mudanças nos níveis de segurança das mulheres, sobre uma renda que é fundamental para a família e, em muitos casos, a única renda fixa. As subjetividades das mulheres são influenciadas pela dúvida da continuidade do benefício e pela incerteza de um futuro no qual essa renda possa não mais ser parte da já diminuída economia familiar. Supomos que a instabilidade política impacta diretamente as dinâmicas de famílias que são altamente dependentes desta renda.

Tendo esta investigação um caráter qualitativo e estando limitada a um contexto particular, seus resultados não podem ser generalizados. Eles podem servir de elemento para alimentar a discussão sobre temas associados a políticas públicas de inclusão social em geral, o PBF em particular e a subjetividade de seus beneficiários. Parece, no entanto, fundamental o cruzamento destes resultados parciais com dados obtidos em outras pesquisas de similares características, para ir construindo, na área da psicologia, um saber sobre a realidade da pobreza no Brasil e a subjetividade dos brasileiros.

Referências

- ARAÚJO, Cleonice Correia. Concepções de pobreza – construções vivenciadas: o pensamento das “beneficiárias” do Programa Bolsa Família. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2007, São Luís. *Questão social e desenvolvimento no século XXI*. São Luís: UFMA, 2007. p. 1-9. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoC/7c4e052840dd2cf441f5Cleonice%20Correia%20Ara%C3%BAjo.pdf>. Acesso em: 23 set. 2018.
- AZEREDO, Verônica Gonçalves. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 103, p. 576-590, 2010. [CrossRef](#)
- BADINTER, Elisabeth. *Existe el instinto maternal?* Historia del amor maternal. Siglos XVII al XX. Barcelona: Paidós Ibérica, 1991.
- BARTHOLO, Letícia; PASSOS, Luana; FONTOURA, Natália. *Bolsa Família, Autonomia Feminina e Equidade de Gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?* Rio de Janeiro: IPEA, 2017.
- BRANDÃO, Thaís Oliveira; GERMANDO, Idilva Maria Pires. Experiência, memória e sofrimento em narrativas autobiográficas de mulheres. *Psicologia & Sociedade*; Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 5-15, 2009. [CrossRef](#)
- BRANDEMBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, v. 13, n. 2, p. 417-428, 2010. [CrossRef](#)
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *Plano Brasil sem Miséria no seu Município*. Brasília, DF: MDS, 2013.
- CAMARDELO, Ana Maria Paim. A significação da pobreza a partir dos sujeitos que a vivenciam. In: SEMINÁRIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, 19., 2009, Guayaquil. *El trabajo social en la coyuntura latinoamericana: desafíos para su formación, articulación y acción profesional*. Guayaquil: Universidad Católica Santiago de Guayaquil, 4-8 oct. 2009. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-019-283.pdf>. Acesso em: 23 set. 2018.
- CAMPELLO, Tereza. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Org.). *Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA, 2013. p. 15-24.
- CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana Aparecida. No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 451-471, maio/ago. 2010. [CrossRef](#)
- CARLOTO Cássia Maria; MARIANO Silvana Aparecida. Empoderamento, trabalho e cuidados: mulheres no Programa Bolsa Família. *Textos e Contextos*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 258-272, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321527332006>. Acesso em: 1 out. 2018.
- DANTAS, Candida Maria Bezerra; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Psicologia e pobreza no Brasil: produção de conhecimento e atuação do psicólogo. *Revista Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 104-111, jan./abr. 2010. [CrossRef](#)
- DELEUZE, Gilles. *Conversaciones* (1972). Espanha: Letrae, 1990.
- DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UNB, 2001a.
- FAIRCLOUGH, Norman. El análisis crítico del discurso como método para la investigación en ciencias sociales. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (Org.). *Métodos de análisis crítico del discurso*. Barcelona: Gedisa, 2001b. p. 179-203.

- FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, jan, v. 24, n. 1, p. 17-27, jan. 2008. [CrossRef](#)
- GERGEN, Kenneth J. *Realidade y relaciones: aproximaciones a la construcción social*. Barcelona: Paidós Básica, 1996.
- GOMES, Simone da Silva Ribeiro. Notas preliminares de uma crítica feminista aos programas de transferência direta de renda: o caso do Bolsa Família no Brasil. *Revista Textos e Contextos*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 69-8, 2011. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/8560/6425>. Acesso em: 18 abr. 2018.
- HENN, Iara Aquino. Agroecologia e relações de gênero em projeto societário. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo. *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013. p. 65-88.
- HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, Pilar. *Metodología de la investigación*. México: Mc Graw Hill Interamericana, 1998.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. *Estudos & Pesquisas: Informação demográfica e Socioeconômica*, Rio de Janeiro, n. 37, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>. Acesso em: 22 set. 2018.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Situação social nos estados*: Pernambuco. Brasília: IPEA, 2012.
- LOPES, Maura Corsini. Políticas de inclusão e governamentalidade. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 153-169, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8297/5536>. Acesso em: 25 set. 2018.
- MAGALHÃES, Kelly Alves et. al. Entre o conformismo e o sonho: percepções de mulheres em situação de vulnerabilidade social à luz das concepções de Amartya Sen. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 1493-1514, out./dez. 2011. [CrossRef](#)
- MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 901-908, 2009. [CrossRef](#)
- MARTINEZ RAVANAL, Victor Manuel. *El enfoque comunitario: el desafío de incorporar a la comunidad en las intervenciones sociales*. Santiago: Universidad de Chile, 2006.
- MEYER, Dagmar E. Estermann. Uma politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. *Revista Gênero*, Niterói, v. 6, n. 1, p. 81-104, 2005. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/198/134>. Acesso em: 2 out. 2018.
- MILLER, Peter; ROSE, Nikolas. *Governando o presente: gerenciamento da vida econômica, social e pessoal*. São Paulo: Paulus, 2012. Coleção Biopolíticas.
- PINTO, Rosa Maria Ferreira et. al. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 105, p. 167-179, jan./mar. 2011. [CrossRef](#)
- RAMOS ZINCKE, Claudio. *La producción de la pobreza como objeto de gobierno*. Santiago: Universidad Alberto Hurtado, 2016.
- RODRIGUES, Mônica dos Santos; ROLLO, Paula de Andrade. *Estudo de caso: o mercado de terras rurais na região da Zona da Mata de Pernambuco*, Brasil. Santiago de Chile: Cepal, 2000. Série Desarrollo Productivo, v. 2, n. 92. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/4463/1/LCL1447add1P_pt.pdf. Acesso em: 24 set. 2018.
- ROSE, Nikolas. *Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- SILVA, Maurício Roberto da. Recortando e colando as imagens da vida cotidiana do trabalho e da cultura lúdica das meninas-mulheres e das mulheres-meninas da Zona da Mata canavieira pernambucana. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 22, n. 56, p. 23-52, abr. 2002. [CrossRef](#)
- SOUZA, Jessé de. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- SOUZA, Jessé de. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- VALLES, Miguel S. *Técnicas cualitativas de investigación social*. Madrid: Síntesis, 2003.
- WEINMANN Amadeu de Oliveira. Dispositivo: um solo para a subjetivação. *Revista Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 16-22, 2006. [CrossRef](#)

Recebido em: 4 de dezembro de 2015

Aceito em: 1 de novembro de 2018

A movimentação das palavras: devir-construção no feminino da escrita

Jimena de Garay Hernández^{Orcid, I.} ★ Flavio Lopes Guilhon^{Orcid, II}

^I Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^{II} Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

Resumo

O presente trabalho, baseado em uma revisão teórica e em experiências de pesquisa acadêmica e de atuação das autoras junto a pessoas e famílias LGBT e a pessoas em privação de liberdade, levanta algumas possibilidades e desafios presentes na construção da escrita cartográfica. Uma escrita que, no exercício das problematizações do que tem sido naturalizado nas articulações de saber, poder e ética, se constitui enquanto um processo onde se afirmam tanto um novo paradigma ético-estético quanto um ato político e de resistência. A escrita cartográfica, no campo de luta, pode reverberar em revoluções moleculares, produzindo assim novos territórios de existência e táticas de singularização. Apostamos que essa escrita coletiva, atenta, minoritária, pode capturar movimentos sem, no entanto, aprisioná-los, e que esta pode ser entendida como uma máquina de guerra a produzir transformações tanto no próprio sistema linguístico quanto no cotidiano de nossas práticas de pesquisa, profissionais, políticas e de Vida.

Palavras-chave: escrita; revolução molecular; subjetivação; cartografia.

The movement of words: becoming-construction in the feminine of writing

Abstract

This paper, based on a literature review and the authors' research and work experiences with LGBT people and families and persons deprived of liberty, raises some possibilities and challenges present in the construction of cartographic writing. A writing that, in the exercise of the problematizations of what has been naturalized in the articulations of knowledge, power and ethics, is constituted as a process where both a new ethical-aesthetic paradigm and a political and resistance act claim. The cartographic writing, in the battlefield, may reverberate in molecular revolutions, thus producing new territories of existence and singularization tactics. We believe that this collective, attentive, minority writing can capture movements without, however, imprisoning them, and that it can be understood as a war machine that produces changes both within the linguistic system as in our everyday research, professional, political and Life practices.

Keywords: writing; molecular revolution; subjectivation; cartography.

Iniciando uma conversa

...escrever é o modo de quem tem a palavra como isca: a palavra pescando o que não é palavra. Quando essa não-palavra – a entrelinha – morde a isca, alguma coisa se escreveu. Uma vez que se pescou a entrelinha, poder-se-ia com alívio jogar a palavra fora. Mas aí cessa a analogia: a não-palavra, ao morder a isca, incorporou-a. O que salva então é escrever distraidamente (LISPECTOR, 1980, p. 21).

A ação de escrever nos convida a um mergulho no próprio processo da escrita. Sequenciar palavras de modo a construir um enunciado, apresentar uma ideia e suas afetações ou simplesmente construir novos territórios para que nossos pensamentos e emoções vagueiem são ações que se mesclam, se afetam e reinventam o processo de escrita, transformando aquilo que se sabe e apresentando novas formas de saber-fazer ou de fazer-saber, pois “escrevemos para transformar o que sabemos e não para transmitir o já sabido” (LARROSA; KOHAN, 2002, p. 5). Nesse sentido, a escrita pode ser entendida como um “campo de luta”, ao fazer parte de um “modo de conhecer situado e engajado” (MORAES; BERNARDES, 2014).

Neste texto, pensamos nos movimentos do devir-construção na escrita, partindo do processo da escrita de nossas dissertações e teses no campo da Psicologia Social. Nelas, buscamos cartografar processos referentes aos dispositivos de gênero e sexualidade em filhas de lésbicas, de jovens homens em privação de liberdade e de pessoas LGBT acompanhadas no Centro de Cidadania LGBT, dispositivo ligado ao Programa Rio sem Homofobia, da extinta Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro.

Em uma cartografia, segundo Barros, R. (2013, p. 234), “o que se faz é acompanhar as linhas que se traçam, marcar os pontos de ruptura e de enrijecimento, analisar os cruzamentos dessas linhas diversas que funcionam ao mesmo tempo”. Ainda acerca da cartografia, Rolnik (2011, p. 23) afirma que esta se desenha no mesmo tempo em que ocorre o desmanchamento de certos mundos, “mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos”, a partir dos novos desenhos cartográficos que vão sendo desenhados concomitantemente aos territórios que vão adquirindo corpo, pois um não existe sem o outro. Desse modo, cartografia se constitui como um mapa em constante processo de produção em que a experimentação sensível é contínua e capaz de criar novas coordenadas de leitura – e de escrita – da realidade, de forma que se questionem as hierarquias e fronteiras

* Endereço para correspondência: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Avenida São Francisco Xavier, 524 – Maracanã, Rio de Janeiro, RJ – Brasil. CEP: 20550-900. E-mails: jime_degaray@hotmail.com, guilhon.flavio@gmail.com



que dividem os campos de conhecimento e se proponha uma recriação permanente do campo de pesquisa (ZAMBENEDETTI; SILVA, 2011).

As experiências das autoras ao longo de suas trajetórias de vida e profissional as lançou para a produção de diferentes problematizações e encrências no campo da discussão teórico-conceitual da sexualidade e do gênero. Tanto o que se refere à construção do feminino nos casos das mulheres transexuais ou de filhas de lésbicas quanto o que concerne à vivência do masculino dentro de uma unidade do sistema socioeducativo nos auxiliam a discutir, por um lado, as construções das relações de saber-poder e de afetividades, a partir de um feminino/masculino que subverte os padrões hegemônicos e homogeneizantes. Ou seja, o modo como o gênero vai sendo constituindo em um corpo transexual, em uma família lesboparental e/ou em privação de liberdade, nos deram indícios para colocar em análise o modo como escrevemos e inscrevemos o gênero no texto e no corpo.

Destarte, tal como aconteceu nas nossas pesquisas, se a cartografia é não linear e não possui um roteiro que delimite suas entradas, passagens e saídas, se é cheia de aventuras, desafios, angústias, mudanças e afetações, a prática da escrita situada no *ethos* cartográfico percorre a habitação do campo de análise-intervenção, a criação de parcerias e alianças, o estabelecimento múltiplo de vínculos analíticos, os limites e potências do exercício de conceitos, a operação coletiva de movimentações e as implicações éticas, metodológicas e políticas (GARAY HERNÁNDEZ, 2018).

As experiências de pesquisa mencionadas nos remeteram, em diferentes momentos, a problematizar tanto aquilo que estava sendo escrito, incluindo o saber produzido, quanto o ato de escrever, na perspectiva de trilhar outros rumos para fugir das generalizações recorrentes ao campo acadêmico. Uma dessas generalizações corresponde à gramática portuguesa acerca do gênero feminino e masculino das palavras e conseqüentemente a todas as contradições existentes no sistema binário que acaba se refletindo e sendo produzido pela linguagem. E, ao não problematizar essas generalizações e contradições presentes na gramática portuguesa, transformando-as em questões a serem discutidas, corre-se o risco tanto de naturalizá-las quanto de perpetuar as violências por elas produzidas, seja quanto tomamos o masculino como universal, seja quanto tomamos o feminino como um lugar menor ou de menos valia.

Assim, uma aposta que de início se evidencia neste artigo é a de substituir a utilização generalista dos artigos definidos masculinos pela utilização dos artigos femininos, propondo que a totalidade seja percebida a partir das pessoas, de modo que a pluralidade das vivências, corporeidades e diversidade de gêneros não sejam homogeneizadas e invisibilizadas por uma certa universalidade masculina. Neste contexto, utilizaremos ao longo do texto artigos femininos enquanto uma aposta ética-estética-política de valorização do feminino, não no sentido edípico complementar e oposto do masculino, mas en-

quanto devir-minoritário (BRAIDOTTI, 1996) e, portanto, de problematização da norma gramatical da língua portuguesa e da compreensão do mundo que ela instaura.

Se por um lado isso pode ser entendido como uma generalização às avessas, por outro podemos entender como uma tentativa de promover deslocamentos e des-sencializações (e apostamos nisso), o que, numa perspectiva cartográfica, de imediato nos lançaria a um mergulho na experiência de pesquisar a partir da análise de nossas implicações e sensações. Seguindo Donna Haraway (1995, p. 584-585), podemos partir da proposição dos

conhecimentos situados, [que] sustentam a possibilidade de redes de conexões chamadas de solidariedade na política e de conversações compartilhadas na epistemologia, [exercitando uma] prática da objetividade [que] privilegia a contestação, a desconstrução, a construção apaixonada, as conexões em rede, e tem a esperança de transformar sistemas de conhecimento e formas de olhar.

É por isso que a escrita no feminino se produz na direção não de uma reificação material de Mulher, mas de um devir-minoritário, de uma “sujeita nômade de trajetórias coletivamente negociadas” (BRAIDOTTI, 1996, p. 314, tradução nossa).

Considerando a importância na cartografia da experiência no ato de pesquisar, Passos, Kastrup e Tedesco (2013, p. 217) sinalizam ser este o direcionador que “aponta sua inscrição no plano de forças, que constitui o plano de produção tanto do conhecimento quanto da realidade conhecida”, e, no mesmo caminho, apostamos na realização destas reflexões sobre o processo da escrita, visto que uma pesquisa fala de e a partir da experiência, e conseqüentemente possibilita falas e produz conhecimentos. Neste sentido, as autoras sinalizam ser “necessário sublinhar que o ponto incontornável aqui é que a diretriz da investigação é o acesso/produção do plano de forças que responde pela criação/trans formação da experiência” (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2013, p. 218).

Segundo Barros, R. (2013, p. 28), “escrever é lutar, resistir... é uma tarefa política” que pode ser entendida como um processo de construção de mundos e potencializadora da própria Vida, pois “escrever é cartografar, é a criação de territórios, estética da provisoriidade, constituição de panos de consciência, de onde a sujeita e objeto advêm”. Ainda sobre a prática de escrever, a autora sinaliza que esta “é devir; é a estética da processualidade, dos acontecimentos que rompem a História, contato com o instante que suspende a continuidade temporal” (BARROS, R., 2013, p. 28).

Escrever é produzir, mas também se refere a felizes encontros e povoamentos. De acordo com Deleuze e Parnet (2004, p. 17), durante a produção estamos numa solidão absoluta, pois nesse momento

Não se pode fazer escola, nem fazer parte de uma escola. Há apenas trabalho nas trevas, e clandestino. Só que é uma solidão extremamente povoada. Não povoada de sonhos, de fantasmas nem de projetos, mas de encontros. Um encontro é talvez o mesmo que um devir ou umas núpcias. É do fundo dessa solidão que se pode dar qualquer encontro.

Encontram-se pessoas (e por vezes sem as conhecer nem as ter jamais visto), mas também movimentos, ideias, acontecimentos, entidades.

Diante deste processo clandestino e povoado de encontros e possibilidades, nos vimos e sentimos duplamente roubadas, construindo e sendo construídas, por estas “novas maneiras de ler, e talvez mesmo de escrever” (DELEUZE; PARNET, 2004, p. 13). Deste modo, nos permitimos deslizar mais suavemente pelas letras e sílabas, pelas palavras e linhas, pelos parágrafos e textualidades produzidas nesta escrita, nos percebendo contagiadas pelo romantismo e fluidez, acessando, assim, cores, paisagens, afetos e a própria experiência, pois é “a experiência, e não a verdade, o que dá sentido à escritura” (LARROSA; KOHAN, 2002, p. 5).

Neste sentido, a experiência de escrever nos convoca a realizar cada vez mais encontros e mais transformações, considerando que o que anima o ato de escrever é a possibilidade de que “essa experiência em palavras nos permita liberar-nos de certas verdades, de modo a deixarmos de ser o que somos para ser outra coisa, diferentes do que vimos sendo” (LARROSA; KOHAN, 2002, p. 5). Libertação esta que nos aproxima de Andréa Zanella (2013, p. 19), ao propor uma perspectiva antropofágica para pensar e refletir sobre as mais diversas atrizes, sobretudo no que se refere aos modos de fazer-saber pesquisa, “ingerir, degustar, deglutir, digerir conceitos, hibridizar disciplinas, provocar fronteiras artificialmente impostas à realidade cambiante, complexa, mutável. Ampliar o debate psicológico, abrir possibilidades para várias outras aberturas e caminhos”.

Deixar de ser o que somos para ser outra coisa nos remete ao devir, ao movimento e ao processo de vir a ser, pois, como sinalizam Deleuze e Parnet (2004, p. 12): “devir nunca é imitar, nem fazer como, nem uma sujeição a um modelo, seja ele de justiça ou de verdade, não há um termo de que se separe nem um ao qual se chegue ou ao qual se deva chegar”. As ideias de processualidade e construção presentes nesta afirmação nos aproximam da preocupação que nos atravessa ao escrevermos, considerando a importância de pensar “como é que captamos os movimentos sem aprisioná-los”, como sugere Uziel (2011, p. 20). Ou seja, a ideia de “devir” está ligada à possibilidade ou não de um processo de singularização (GUATTARI; ROLNIK, 2011).

Entendemos, tanto na realização deste trabalho quanto em nossas práticas cotidianas, o ato de escrever (e se inscrever no mundo) como um momento de criação que pode encontrar, aproximar e inventar diferentes conceitos. Consideramos o termo “conceito” como aquilo que é cheio de uma força crítica, política e de liberdade, visto que “é justamente a potência do sistema que pode, só ela, destacar o que é bom ou ruim, o que é novo ou não, o que está vivo ou não numa construção de conceitos” (DELEUZE, 1992, p. 46); sua potência nos remete à possibilidade de pensar sobre e como ele pode ser torcido e (re)adequado de acordo com o que produzimos.

Neste contexto, faz-se necessário, conforme sinaliza Deleuze (1992, p. 119-120),

primeiramente, ver e falar, mas com a condição de que o olho não permaneça nas coisas e se eleve até as ‘visibilidades’, e de que a linguagem não fique nas palavras ou frases e se eleve até o enunciados. É o pensamento como arquivado. Além disso, pensar é poder, isto é, estender relações de forçar, com a condição de compreender que as relações de força não se reduzem à violência, mas constituem ações sobre ações, ou seja, atos, tais como ‘incitar, induzir, desviar, facilitar ou dificultar, ampliar ou limitar, tornar mais ou menos provável... É o pensamento como estratégia.

Utilizar o pensamento como estratégia possibilita que compreendamos as relações de forças que constituem ações, tornando provável ou possível pensar sobre a engrenagem molar e a revolução molecular. Ou seja, no plano molar, das formas e suas representações, das diferenças sociais mais amplas, da política, da constituição das grandes identidades, e no plano molecular, o plano das sensações, dos processos (GUATTARI; ROLNIK, 2011). Deste modo, podemos pensar em afetações moleculares, as quais são possíveis de serem produzidas com nossa escrita cotidianamente. Nesse campo, pensamos acerca dos desafios que nos envolvem, como pessoas que escrevem, produzindo novos territórios existenciais.

O processo de escrever está diretamente associado ao modo como as questões são fabricadas. Acerca do que envolve essas construções, Deleuze e Parnet (2004, p. 11) afirmam que,

as questões fabricam-se como qualquer outra coisa. Se não nos deixam fabricar nossas questões, com elementos vindos de toda a arte, não importa de onde, se apenas nos são colocadas, não temos grande coisa a dizer. A arte de construir um problema é muito importante: inventa-se um problema, uma posição do problema, antes de se encontrar uma solução.

Fabricar questões e construir problemas refere-se a problematizar o processo de escrita, considerando todas as linhas e forças que a atravessa e constitui.

Problematizando a escrita

O que eu tenho pontuado é isso: é o direito da escrita e da leitura que o povo pede, que o povo demanda. É um direito de qualquer um, escrevendo ou não segundo as normas cultas da língua. É um direito que as pessoas também querem exercer.
Conceição Evaristo (2011)

Ao discutirem o ato de escrever, Deleuze e Parnet (2004, p. 60) apontam que:

Escrever é simples. Ou é uma maneira de se reterritorializar, de se conformar a um código de enunciados dominantes, a um território de estados de coisas estabelecidas [...] Ou, ao contrário, é tornar-se, tornar-se outra coisa que um escritor, já que, ao mesmo tempo, o que se torna torna-se outra coisa que não a escritura. Nem todo devir passa pela escritura, mas tudo o que se torna é objeto de escritura, de pintura ou de música.

Dessa forma, para realizar este trabalho a partir de nossos questionamentos precisamos encontrar uma maneira pela qual, cada uma de nós, pudesse dialogar consigo mesma, com suas angústias e incertezas, e depois, juntas, nos arriscar a navegar na experiência uma da outra. Nesta maneira que não foi única, mas múltipla e muito transformadora, acessamos conversas repletas de vozes e muitas vezes cheias de silêncios e estranhamentos absolutos, tivemos que aprender a nos movimentar e capturar os movimentos sem capturá-los, como sinaliza Anna Uziel (2011).

Construir esta postura de estar no mundo numa constante análise das instituições, mas sobretudo das nossas implicações, concepções, certezas e dúvidas, nos levou ao estranhamento daquilo que se tornou tão familiar e naturalizado. Assim, por exemplo, ao partilharmos a análise crítica da Psicologia como campo de conhecimento tradicionalmente disciplinador (dos corpos, da sexualidade, da infância, da juventude, das famílias) e ao perceber que muitas vezes era nesse lugar que as participantes das pesquisas nos colocavam e até nós mesmas chegávamos a incorporar nas nossas ações, tentávamos incansavelmente colocar em análise e tentar deslocar esse lugar, gerando uma série de estranhamentos e incômodos, tanto nossos quanto das participantes. Esses incômodos e estranhamentos, enquanto experimentações, constituem dobras centrais das nossas pesquisas, já que os deslocamentos e problematizações das práticas fazem parte da cartografia enquanto intervenção, afirmando seu caráter político (COIMBRA; NASCIMENTO, 2008), e dessa forma permeiam nossa escrita, bem como as alianças que conseguimos estabelecer com outras psicólogas participantes das pesquisas, produzindo transformações coletivas na forma de se engajar pela potencialização da afirmação de vida, tanto na profissão quanto nas instituições em que atuamos.

Sobre estes incômodos, estranhamentos e deslocamentos, Sandra Azeredo (2010, p. 175) sinaliza que teorizar sobre gênero implica a produção de uma ‘encrenca’, especialmente para a Psicologia, “na medida em que essa é uma área disciplinar e a complexidade de gênero, segundo Judith Butler, exige um discurso inter e pós-disciplinar para resistir à domesticação acadêmica”. Essa encrenca atravessa também os processos de pesquisa de campo e de escrita, pois, como sinalizado por Zanella (2013, p. 25), o estranhamento, quando acontece, possibilita “reconhecer o quão pouco vemos e o muito que há para ver nas paisagens que supostamente são conhecidas, nos detalhes que se revelam a olhares atentos, a olhares com formações diversas ou mesmo desprezíveis intenções”.

Ao longo do acompanhamento de uma adolescente transexual, no Centro de Cidadania LGBT, cuja família procurou pelo serviço com a demanda de “curarmos o filho, que havia resolvido virar mulher”, percebemos as tensões, confusões e encrencas que foram se apresentando no decorrer desse processo de transformação. As tensões e violências que emergiram por conta da construção desse corpo feminino, ao qual, inicialmente, recaíram expectativas referentes a uma vivência masculina, nos possibilitou presenciar os desafios que foram sendo apresentados a esta adolescente, cujo corpo e gênero subverteram e desorga-

nizaram um certo funcionamento familiar e escolar, mas que, em suas palavras, “colaboraram para me transformar na mulher que hoje sou, menos ingênua, mas mais conhecedora do lugar que posso ocupar, mesmo com todas as violências que marcam nossas vidas de mulheres trans”.

Ao conseguirmos estranhar o familiar e o natural e, conseqüentemente realizarmos algumas análises, nos deparamos com algumas dúvidas e construímos novas interrogações. Sobre a dúvida, Pozzana (2013, p. 335) afirma que “quando transformada em problema, quando articulada, é criação e produção de pensamento, é mergulho na experiência porque é com o corpo que uma questão se faz”. Barros, L. e Barros, M. (2013, p. 377), acerca da análise, salientam que o

movimento de interrogação que a análise viabiliza se efetiva na constituição de um plano de pesquisa que indaga as demandas presentes no campo de intervenção e as forças e acontecimentos considerados estranhos ou silenciados por serem tidos como impeditivos de uma pesquisa bem-sucedida.

Assim, desde uma escolha política por uma transformação social e a tentativa de fazer da escrita uma das ferramentas para essa transformação, é necessário manter as nossas práticas, olhares, ouvidos e mãos (que digitam) fluidos, abertos e em conexão com os movimentos da experiência do campo do/com/em que está se escrevendo e inscrevendo. Perspectiva que se abre e nos abre a pensar novas maneiras de fazer e produzir práticas. De acordo com Azeredo (2010, p. 183),

o novo jeito de fazer está no encontro com a diferença, no esvaziar-se de si mesmo, colocando o eu na narrativa, enfim, na invenção de novas práticas performativas que resistam à reiteração das normas que produzem o humano numa situação de dominação.

Assim, reportar as suspeitas das nossas próprias certezas cristalizadas e como elas são desestabilizadas e deslocadas no processo da pesquisa aparece como um elemento fundamental da escrita cartográfica. Estranhar, duvidar e interrogar refere-se a posturas diante desta viagem, com as quais, sozinhas em nosso refúgio e clandestinidade, fomos acessando e transformando experiências, interrogações, de modo a propor outros modos de escrever.

Pensar nosso modo de escrita e conseqüentemente o modo como seu conteúdo tem sido redigido, assim como nossos questionamentos e como estes têm sido pesquisados, dizem de apostas éticas, estéticas e políticas que carregamos em nossos corpos, práticas e convicções de vida.

Em pesquisa com meninas, jovens e adultas filhas de lésbicas, uma família chamou particularmente a atenção pela multiplicidade de relações, vínculos e subjetividades, transbordando as noções tradicionais de organização familiar. Desta forma, na hora de experimentar o desenho de uma “árvore genealógica” dessa família, composta por experiências de inseminação caseira, homossexualidade, transexualidade, casamentos e amizades, foi necessária a criação de linhas, figuras e cores diversificadas, produzindo uma imagem que muito mais se parecia a um rizoma do que a uma árvore. O “rizoma genealógico” integrou a dissertação, com suas cores e figuras, e o próprio

campo de pesquisa e seu mapeamento inventivo acionaram e operacionalizaram o campo conceitual e analítico que embasaram a pesquisa.

Nesse sentido, a aposta na estética como capacidade de criação no exercício da escrita, assim como dos corpos das mulheres transexuais e das relações familiares de mulheres lésbicas, aparece como parte importante desse processo. Por exemplo, a proliferação de títulos e subtítulos criativos e instigantes, muitas vezes provindos de falas de participantes da pesquisa, nos textos cartográficos se configura como uma arte que gera convites à leitura, no momento em que o título faz perguntas, não traz respostas anunciadas do que será lido, produzindo movimentos e deslocamentos. Perguntas que fazem da experiência da escrita e da leitura um processo coletivo, com um diálogo entre as vozes que escrevem, que leem, que citam, que indicam, que comentam, que questionam, nos lançando a novas descobertas e à construção de novos caminhos.

Encontros e descobertas: novas formas de escrever

Mapas... Localizadores espaciais que, ao mesmo tempo em que podem auxiliar quem os sabe ler, podem bloquear descobertas; orientadores de trajetórias que seguem a lógica do ponto de chegada, mas que podem ao mesmo tempo cegar. Quem pode com estes se orienta às vicissitudes dos percursos, à riqueza dos caminhos e à vida que os singulariza.

Andréa Zanella (2013, p. 37).

Ao nos arriscarmos mergulhar na experiência que envolve o processo de escrita deparamo-nos com diferentes encontros e diálogos, (re)construímos caminhos e reinventamos problematizações, em eterna descoberta e movimentação rítmica, onde uma “dupla-captura” acontece. Conforme sinaliza Zanella (2013, p. 21),

problematizar o pesquisar como processo de criação e a pesquisa realizada como objetivação de uma atividade criadora que se apresenta com o obra a ser lida, degustada, devorada, deglutida. Obra que reinventa a própria vida, em vez de somente explicá-la ou compreendê-la. Testemunho de um fazer ciência para o qual não há alibi: não se apresenta o discurso do método singular como seu fundamento, mas as escolhas éticas e estéticas do pesquisador que se reinventa, bem como a realidade investigada no próprio processo de pesquisar.

Transformarmos a realidade investigada através de outra forma de fazer ciência, pautada em escolhas éticas, estéticas e políticas e na análise dessas escolhas. Tracejamos e seguimos linhas e viajamos por movimentos e sons, na perspectiva de construir outras melodias, produzindo novos territórios, como sugere Rolnik (2011), quando o fluxo de intensidades, ao escapar do plano de organização de territórios, canaliza as intensidades, dando-lhes novo sentido e construindo outras cartografias psicossociais.

Novos desenhos cartográficos psicossociais que nos remetem aos mapas, que, segundo Deleuze (1997, p. 86-87), “não devem ser compreendidos só em extensão, em relação a um espaço constituído por trajetos”, considerando a existência “também [de] mapas de intensidade,

de densidade, que dizem respeito ao que preenche o espaço, ao que subtende o trajeto”. Neste contexto, o mapa, segundo Deleuze e Guattari (1995, p. 30),

contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para sua abertura máxima sobre um plano de consistência. Ele faz parte do rizoma. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social.

Ao tracejarmos pontos e compormos mapas, estamos seguindo linhas de modo a, como sinalizam Deleuze e Guattari (1995, p. 28), “escrever, fazer rizoma, aumentar seus territórios por desterritorialização, estender a linha de fuga até o ponto em que ela cubra todo o plano de consistência em uma máquina abstrata”. Escrita enquanto ato político e máquina abstrata a produzir novos territórios de existência.

Por exemplo, incorporar trechos do diário de campo na escrita das dissertações e teses possibilita trazer de forma significativa à análise os percursos afetivos, políticos e metodológicos da pesquisa. Como apontado por Coimbra e Nascimento (2012, p. 131), o diário de campo é um dispositivo importante para a análise de implicação, pois

trabalha com o cotidiano da pesquisa, historicizando-o, registrando-o, potencializando-o; ou seja, incluindo-o naquilo que normalmente fica fora dos relatos considerados científicos. [...] A escrita do diário de campo é, portanto, uma potente ferramenta para que esses acontecimentos ignorados, tidos como perturbadores e desviantes, sejam problematizados.

Nesse sentido, trazer fragmentos do diário de campo possibilita sentir texturas das vivências e processos de experimentação. Como apontado por Lazzarotto e Carvalho (2012, p. 25), estarmos afetadas pelo acontecimento no ato de pesquisar “marca uma condição indispensável do processo de pesquisar: a capacidade de afetar e afetar-se para que se criem os modos de expressar os sentidos de uma pesquisa”.

É assim que uma “escrita implicada” faz sentido. Aquela que tenta captar, “no dia a dia, as percepções, as experiências vividas, os diálogos, mas também as sobras do concebido que emergem” (HESS; WEIGAND, 2006, p. 16), que contém um projeto político das pesquisadoras de “transformar a si e a seu lugar social, a partir de estratégias de coletivização das experiências e análises” (LOURAU, 1993, p. 84-85). Uma escrita “calorosa”, “espontânea”, “sob o efeito do impacto dos acontecimentos”, “transversal”, que “explora a complexidade” (HESS; WEIGAND, 2006, p. 18/20), que dá conta das emoções ou paixões envolvidas no processo e procura produzir efeitos éticos, políticos e estéticos no campo e em si mesma a partir das movimentações, rupturas e desterritorializações das palavras, tornando-as acontecimentos.

A escrita com várias mãos: quem escreve e para quem?

*Este livro não foi escrito apenas a quatro mãos (...).
Na verdade, muitas mãos o escrevem.*
Suely Rolnik (2011, p. 15)

A experiência da escrita na cartografia é sempre feita a muitas mãos, como sugere Rolnik ao apresentar o livro “Micropolítica: cartografias do desejo” (GUATTARI; ROLNIK, 2011); apresenta um desafio ao paradigma científico que tem a ver com o fazer coletivo do processo da pesquisa. Sob nossa perspectiva, o campo de experimentação sensível que envolve uma pesquisa cartográfica dificilmente é percorrido apenas por uma pessoa. Equipe de pesquisa, colegas, orientadora, pares e, sobretudo, as pessoas que compõem o campo fazem parte das problematizações e propostas feitas no processo, pelo que elas são também interlocutoras/escritoras. É com e para todas essas pessoas que escrevemos, com o intuito de que essa escrita tenha reverberações que vão além dos pontos de entrada que imaginamos no início.

Diante dessa noção, nos deparamos com uma questão: em textos assinados por uma pessoa, tal como a dissertação, escrevemos como “eu” ou como “nós”? Nesse sentido, é importante refletir sobre o conceito de dissolução do ponto de vista da pesquisadora, um dos eixos da pesquisa cartográfica e que resulta extremamente desafiante, pois solicita que a pesquisadora não se localize na posição de observadora distante nem que localize um objeto como coisa idêntica a si mesma, mas que ponha em xeque os pontos de vista proprietários e os territórios existenciais solidificados, que se lance de forma performática na experiência, acompanhando os processos de emergência, que procure um paradigma de cuidar e conhecer como inseparáveis na transformação social que procura no momento em que pesquisa (PASSOS; DO EIRADO, 2009).

Ou seja, essa dissolução não significa deixar de existir, mas investir em uma existência de afetação e sensibilidade com os fluxos que o campo traz. Desta forma, mesmo trazendo as outras participantes da pesquisa ao processo de escrita, é importante não nos considerarmos onipotentes ao pensar que todas as ideias colocadas nos textos teriam sido construídas da mesma forma por essas outras pessoas, mas o nosso investimento na sensibilidade para ser atravessada por elas faz com que a escrita tente dar conta também dos seus próprios investimentos. Logo, uma possibilidade pode ser transitar entre o “eu”, nos momentos em que consideramos pertinente trazer a nossa posição particular de sujeita atravessando o campo e as implicações que essa posição coloca, e o “nós”, nos momentos em que as problematizações foram construídas coletivamente e o plano comum foi experimentado.

Em tese provinda de uma pesquisa realizada em uma unidade masculina de internação do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro, o fato de a pesquisa ter sido realizada por uma equipe grande trouxe uma riqueza incomensurável, ao mesmo tempo em que apresentou desafios na hora de embarcar na produção de uma tese localizada em uma pessoa singular. A polifonia permeou todo o material de campo: gravações de reuniões na uni-

versidade e de conversas no caminho de volta da unidade e de outros espaços do sistema, entrevistas realizadas não apenas pela doutoranda, relatos escritos em plataformas virtuais onde cada pesquisadora diferenciava com uma cor específica suas contribuições, anotações de eventos acadêmicos e políticos, bem como artigos, relatórios e outros textos coletivos escritos antes de a tese ser finalizada. Isto foi necessariamente incorporado na tese, apontando em cada momento a particularidade das reflexões propostas, na tentativa de potencializar essas polifonias.

Outra questão a ser considerada é a forma em que a escrita incorpora as vozes das participantes do campo, que não estão restritas aos momentos das entrevistas gravadas e das quais extraímos trechos a serem situados de forma separada no texto, mas proliferam nas nossas imersões no campo, em momentos não gravados, em gestos que não aparecem nas gravações, em sensações sentidas e experimentadas nos encontros. Inclusive, como nos instiga Despret (2011a), é possível questionar a naturalidade dada no campo das ciências humanas à necessidade da manutenção de um anonimato das participantes, como se isso lhes garantisse a proteção, quando na verdade pode auxiliar na instauração da assimetria de poder entre pesquisadora – a “expert” – e participantes, no que tange à diferença na sua responsabilização sobre os procedimentos e os conhecimentos que estão sendo produzidos. Isto, no entanto, continua sendo um desafio para as atuais políticas de pesquisa e em alguns contextos específicos em que elas se desenvolvem, tais como estabelecimentos de privação de liberdade, pois “como construir coletivamente dentro de uma instituição que produz segregação e controle?” (LEITE, 2014, p. 804). Porém, outras ferramentas podem ser acionadas para possibilitar a expressão da pluralidade na produção de conhecimento.

No caso da pesquisa com jovens no sistema socioeducativo, a abertura a expressões particulares que produzem sentidos na “vida do crime” e “na cadeia” nos instigou a fugir de tendências elitistas e adultocêntricas de tradução dessas expressões para uma linguagem palatável no âmbito acadêmico ou ao seu isolamento enquanto “termos êmicos”. Esse processo nos levou a elaborar planos comuns em que essas expressões dialogassem com nossas ideias, colocando-as em itálicas, tal como fazemos neste texto, sem correções ortográficas ou gramaticais, por exemplo, no caso da expressão “oprimição”. Também nos vimos convidadas a produzir eixos analíticos a partir dessas expressões e formular a escrita a partir delas, por exemplo, ao acionar o conceito de “sujeito homem” e seus múltiplos sentidos para explorar as performatividades masculinas. Para além de ser um analisador, “sujeito-homem” virou dispositivo de escrita, engrenando instituições, modos de subjetivação, encontros entre pesquisadoras e participantes, criação de territórios existenciais. Ao apostar que o processo de escrita pode reorganizar territórios e construir novas cartografias, enfatizamos que “o conhecimento a ser produzido e compartilhado pela pesquisa abrange as zonas de ambiguidades,

acolhendo a experiência sem desprezar nenhuma de suas faces, seja a da objetividade, seja a da subjetividade” (BARROS, L.; BARROS, M., 2013, p. 375).

Quando consideramos todas as faces da experiência no processo de pesquisa, apostamos na possibilidade do acontecimento, que consiste

em remontar-se nele como num devir, em nele rejuvenescer e envelhecer a um só tempo, em passar por todos os seus componentes ou singularidades. O devir não é história; a história designa somente o conjunto das condições, por mais recentes que seja, das quais desvia-se a fim de ‘devir’, isto é, para criar algo novo (DELEUZE, 1992, p. 211).

As revoluções moleculares escritas e as escritas molecularmente revolucionárias

Como ouvi conversas de mulheres! Falar e ouvir entre nós era talvez a única defesa, o único remédio que possuíamos. Venho de uma família em que as mulheres, mesmo não estando totalmente livres de uma dominação machista, primeiro a dos patrões, depois a dos homens seus familiares, raramente se permitiam fragilizar. Como ‘cabeça’ da família, elas construíam um mundo próprio, muitas vezes distantes e independentes de seus homens e mormente para apoiá-los depois. Talvez por isso tantas personagens femininas em meus poemas e em minhas narrativas? Pergunto sobre isto, não afirmo.
Conceição Evaristo (2005, p. 4).

Vinciane Despret (2011b) chama a atenção à importância da articulação entre emoção e política – enquanto relações de poder – e propõe que a construção do problema de pesquisa se dê junto com o conhecimento do campo, dando à pesquisadora a possibilidade de transformação no próprio processo de investigação.

Ao ser a cartografia, enquanto método de pesquisa-intervenção, constituída pelo devir, pelo movimento, pela atenção, pela busca de irregularidades e surpresas que produzem mundo (LEITE, 2014), apostamos no processo da escrita coletiva e, por conseguinte, feliz, entendendo que esta se transforma numa máquina de guerra e em um texto que funciona como um ato de resistência, uma tarefa política e uma cartografia que segue criando territórios pois, como afirma Barros, R. (2013, p. 28), “escrever é devir; é a estética da processualidade, dos acontecimentos que rompem a História, contato com o instante que suspende a continuidade temporal”.

Igualmente, podemos enxergar a reflexão da escrita cartográfica em conexão com a noção de “revolução molecular” entendida por Guattari e Rolnik (2011), como um processo de diferenciação e resistência ao controle social. As revoluções moleculares são produções de condições de vida coletiva e subjetiva que se constituem em todos os níveis: infrapessoais (sonhos, criações), pessoais (relações de autodomação) e interpessoais (a invenção de formas de sociabilidade na vida doméstica, profissional, local e escolar). Desta forma, as nossas escolhas políticas

não são apenas uma resistência contra um processo de serialização da subjetividade, “mas a tentativa de produzir modos de subjetivação originais e singulares, processos de singularização subjetiva” (ROLNIK, 2011, p. 61).

Esses processos são caracterizados por serem automodeladores, ou seja, constroem seus próprios tipos de referências práticas e teóricas, sem depender constantemente dos poderes globais, econômicos e sociais. E essa autonomia e liberdade de viver os próprios processos produzem uma capacidade de criação e de insurgência. Se acionarmos essa capacidade nas tessituras das caminhadas investigativas, a escrita sendo parte fundamental delas, podemos experimentar os “devires revolucionários” como verbos em sua singularidade (GUATTARI; ROLNIK, 2011).

A escrita cartográfica, instaurada em uma perspectiva de abertura, atenção, confiança, processualidade, emoção, se abre aos curtos-circuitos do campo de pesquisa enquanto campo de diferenciação e desterritorialização, busca a criação, a multiplicação das conexões de formas de ser no mundo, tem como principal objetivo traçar planos em comum em que as diferenças não apenas sejam consideradas, mas que constituam as possibilidades de existência coletiva e singular, em que os conceitos sejam partilhados, inventados e também desestabilizados, sempre acompanhando processos, fazendo perguntas, abrindo caminhos, possibilitando que as revoluções moleculares do campo façam passagem pela escrita e ao mesmo tempo gerando possibilidades de singularização em um texto pulsante e potencializador. Como Deleuze e Guattari (1995, p. 32) apontam:

empregamos somente palavras que, por sua vez, funcionavam para nós como platôs. [...] Estas palavras são conceitos, mas os conceitos são linhas, quer dizer, sistemas de números ligados a esta ou àquela dimensão das multiplicidades (estratos, cadeias moleculares, linhas de fuga ou de ruptura, círculos de convergência, etc.).

Ao transitar e habitar territórios de pesquisa, de exercício profissional e de escrita, uma metodologia rizomática vai se constituindo a partir da noção de processualidade, da inversão, reflexão e modificação dos jogos de forças entre sujeitas/participantes, pesquisadoras, territórios e temporalidades, de modo que uma escrita no feminino, coletiva, descentrada, minoritária, cartográfica e revolucionária, possa emergir, nos apontando novos caminhos moleculares a serem descobertos, experimentados e vivenciados, pois,

Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida. É um processo, ou seja, uma passagem de vida que atravessa o vivível e o vivido. A escrita é inseparável do devir: ao escrever, estamos num devir-mulher, num devir-animal ou vegetal, num devir-molécula, até num devir-imperceptível (DELEUZE, 1997, p. 11).

Referências

- AZEREDO, Sandra. Encrenca de gênero nas teorizações em psicologia. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 175-188, 2010. [CrossRef](#)
- BARROS, Regina Duarte Benevides. *Grupo: a afirmação de um simulacro*. 3. ed. Porto Alegre: Sulina/UFRGS, 2013. Coleção Cartografias.
- BARROS, Leticia Maria Renault de; BARROS, Maria Elizabeth Barros de. O problema da análise em pesquisa cartográfica. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 25, n. 2, p. 373-390, maio/ago. 2013. [CrossRef](#)
- BRAIDOTTI, Rosi. Nomadism with a difference: Deleuze's legacy in a feminist perspective. *Man and World*, v. 29, n. 3, p. 305-314, 1996. [CrossRef](#)
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. In: GEISLER, Adriana Ribeiro Rice; ABRAHÃO, Ana Lúcia; COIMBRA, Cecília Maria Bouças (Org.). *Subjetividades, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos em saúde*. Niterói: EdUFF, 2008. p. 143-153.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Implicar. In: FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci. (Org.). *Pesquisar na diferença: um abecedário*. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 129-131.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. Tradução de Peter Pál Pelbart. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Ed 34, 1995. v. 1. Coleção TRANS.
- DELEUZE, G.; PARNET, C. *Diálogos*. Tradução de José Gabriel Cunha. Lisboa: Relógio D'Água, 2004.
- DESPRET, Vinciane. A leitura etnopsicológica do segredo. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 23, n. 1, p. 5-28, 2011a. [CrossRef](#)
- DESPRET, Vinciane. As ciências da emoção estão impregnadas de política? Catherine Lutz e a questão do gênero das emoções. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 23, n. 1, p. 29-42, 2011b. [CrossRef](#)
- EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza Martins; SCHNEIDER, Liane (Org.). *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora*. João Pessoa, PB: Ideia/UFPB, 2005. p. 201-212.
- EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo: literatura e consciência negra. *Blogueiras Feministas*, 22 nov. 2011. Entrevista concedida a Bárbara Araújo. Disponível em: <https://blogueirasfeministas.com/2011/11/22/conceicao-evaristo/>. Acesso em: 1 nov. 2018.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- GARAY HERNÁNDEZ, Jimena de. *O Adolescente dobrado: cartografia feminista de uma unidade masculina do Sistema Socioeducativo do Rio de Janeiro*. 2018. 442 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social)-Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- LISPECTOR, Clarice. *Água viva*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- HARAWAY, Donna. *Ciencia, cyborgs y mujeres: la invención de la naturaleza*. Madrid: Cátedra, 1995.
- HESS, Remi; WEIGAND, Gabriele. A escrita implicada. *Revista Reflexões e Debates - Cadernos de educação*, n. 11, p. 14-25, 2006.
- LARROSA, Jorge; KOHAN, Walter (Coord). Apresentação. In: RANCIÈRE, Jacques. *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 5. Coleção Educação: Experiência e Sentido.
- LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini; CARVALHO, Julia Dutra de. Afetar. In: FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci. (Org.). *Pesquisar na diferença: um abecedário*. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 23-25.
- LEITE, Maynar Patricia Vorga. Cartografar (n)a prisão. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 14, n. 3, p. 795-813, 2014. [CrossRef](#)
- LOURAU, René. *René Lourau na UERJ: Análise Institucional e Práticas de Pesquisa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1993.
- MORAES, Marcia; BERNARDES, Anita Guazzelli. Apresentação. In: BERNARDES, Anita Guazzelli; TAVARES, Gilead Marchezi; MORAES, Marcia (Org.). *Cartas para pensar: políticas de pesquisa em Psicologia*. Vitória: EDUFES, 2014. p. 7-14.
- PASSOS, Eduardo; DO EIRADO, André. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In: KASTRUP, Virginia; PASSOS, Eduardo; ESCÓSSIA, Liliana da. (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 109-130.
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; TEDESCO, Silvia. Editorial v. 25, n. 2 - Dossiê Cartografia: pistas do método da cartografia – Vol. II. *Fractal, Revista de Psicologia*, Niterói, v. 25, n. 2, p. 217-220, maio/ago. 2013. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/fractal/article/view/4939/4781>. Acesso em: 10 out.2018.
- POZZANA, Laura. A formação do cartógrafo é o mundo: corporificação e afetabilidade. *Fractal, Revista de Psicologia*, Niterói, v. 25, n. 2, p. 323-338, maio/ago. 2013. [CrossRef](#)
- ROLNIK, Suely. *Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina/UFRGS, 2011.
- UZIEL, Anna Paula. Diversidade sexual, democracia e promoção de direitos. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.). *Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos*. Brasília: CFP, 2011. p. 13-24. Conferência.
- ZAMBENEDETTI, Gustavo; SILVA, Rosane Azevedo Neves da. Cartografia e genealogia: aproximações possíveis para a pesquisa em psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, v. 23, n. 3, p. 454-463, set./dez. 2011. [CrossRef](#)
- ZANELLA, Andréa Vieira. *Perguntar, registrar, escrever: inquietações metodológicas*. Porto Alegre: Sulina/UFRGS, 2013.

Recebido em: 14 de outubro de 2015

Aceito em: 22 de novembro de 2018

A trama de vínculos na história de um representante sindical*

Augusto Dutra Galery^{Orcid}, **

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Palavras-chave: vínculo; democracia; René Kaës; Eugène Enriquez.

Partimos da hipótese teórica de que a organização democrática de grupos institucionalizados, na qual um representante é eleito pelo voto dos demais integrantes do grupo, pode cumprir uma função psíquica de intermediário, na acepção de KAËS (2005). A função do intermediário, nesse caso, é mediar os espaços intersubjetivos, “na ordem da vida social e da cultura” (KAËS, 2005, p. 12). Sugere-se, portanto, que o representante democrático pode ocupar tal papel entre os membros do grupo e o poder. Pensamos tal hipótese a partir de Freud (1913/2012, p. 49) quando afirma, em *Totem e Tabu*: “Ainda Moisés tem de atuar como intermediário entre seu povo e Jeová, já que o povo não suportaria a visão de Deus, e quando ele retorna da presença de Deus seu rosto brilha, uma parte do ‘maná’ transferiu-se para ele, como sucede com o intermediário nos povos primitivos”.

Por outro lado, a função da organização democrática da liderança é garantir a possibilidade de expulsão do líder, caso ele represente uma ruptura para o Ideal de Eu dos integrantes do grupo frente ao seu projeto comum, na concepção de Enriquez (2001). Tal hipótese aparece a partir das concepções de democracia de Barus-Michel (2001).

Para abordar o tema, utilizamos o método de entrevista de história de vida, tendo como sujeito de pesquisa um sindicalista que, por 20 anos seguidos, atuou em um sindicato ligado à justiça federal. A partir dos dados obtidos, foi possível levantar a hipótese de que o representante identifica seu Ideal do Eu com os ideais do grupo, podendo postergar a satisfação de seus desejos em troca de ser reconhecido pelo grupo. O representante, assim, recebe uma transferência de poder para exercer funções típicas do papel de intermediário, mas, através da organização democrática, o grupo mantém o poder de destituí-lo de seu papel e massacrá-lo (mesmo que simbolicamente).

Pensamos que a história do representante sindical foi uma ilustração rica que nos permitiu algumas considerações: 1) o representante eleito ocupou, por diversas vezes, o papel de intermediário entre as descontinuidades dos diversos grupos que se entrelaçavam na composição do sindicato; 2) ao se posicionar como representante, o entrevistado teve que abrir mão de seus ideais e de sua satisfação, que não deixaram de existir, mas ficaram adiadas; 3) a manutenção da aliança teve um alto custo psíquico, em forma de sofrimento, mas que parece ser compensado pela manutenção de outros vínculos; 4) a ruptura da aliança entre o entrevistado e a direção do sindicato relacionou-se com um investimento narcísico do entrevistado (como proteção ao Eu, mas também como potência); e 5) o entrevistado, investido em seu narcisismo, foi colocado pelos membros do grupo na posição de “pai da horda” e simbolicamente assassinado pelo grupo, na forma de exclusão e ostracismo, o que foi vivido, pelo próprio entrevistado, como um luto.

Referências

BARUS-MICHEL, Jacqueline. A democracia ou a sociedade sem pai. In: ARAÚJO, José Newton Garcia de.; SOUKI, Léa Guimarães; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta (Org.). *Figura Paterna e Ordem Social*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2001. p. 29-39.

ENRIQUEZ, Eugène. O Vínculo Grupal. In: MACHADO, Marília Novais da Mata et al. (Org.). *Psicossociologia: análise social e intervenção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 61-74.

FREUD, Sigmund. *Totem e Tabu* (1913). São Paulo: Companhia das Letras/Penguin, 2012.

KAËS, René. *Os espaços psíquicos comuns e partilhados: transmissão e negatividade*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

*Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Psicologia Social. Fonte de financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

**Psicólogo. Doutorado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (2014). Professor assistente da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP e professor convidado do curso de mestrado profissional e do CEAG da Escola de Administração de Empresas de São Paulo/Fundação Getúlio Vargas. E-mail: galery@usp.br

